



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

**ANTÔNIO CARLOS MELO DA SILVA**

**EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE NOVAS TECNOLOGIAS:  
O PROGRAMA CIDADANIA DE INCLUSÃO DIGITAL DO  
SERPRO**

**BELÉM – PARÁ**

**2006**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO  
LINHAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

ANTÔNIO CARLOS MELO DA SILVA

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE NOVAS TECNOLOGIAS:  
O PROGRAMA CIDADANIA DE INCLUSÃO DIGITAL DO SERPRO

**Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Pará, para a obtenção do título de MESTRE em Educação, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> . Rosângela Novaes Lima.**

BELÉM – PARÁ

2006

ANTÔNIO CARLOS MELO DA SILVA

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE NOVAS TECNOLOGIAS:  
O PROGRAMA CIDADANIA DE INCLUSÃO DIGITAL DO SERPRO

**Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Pará, para a obtenção do título de MESTRE em Educação, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr Rosângela Novaes Lima.**

Data de Aprovação: 27/12/2006

**Banca Examinadora:**

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Rosângela Novaes Lima – UFPA - Orientador (a)

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Vera Lúcia Jacob Chaves - UFPA - Suplente

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Terezinha Fátima de M. dos Santos - UFPA - Membro

Prof. Dr. Benedito de Jesus Pinheiro Ferreira - UFPA - Membro

## **DEDICATÓRIA**

A minha família, sempre presente em tudo o que sou e posso realizar, em especial à Professora e Costureira Amélia Melo da Silva, que me ensinou as verdadeiras lições: a simplicidade da vida e de uma verdadeira educação.

Às companheiras Benedita Chaves e Edineia Pereira, que, nos momentos mais difíceis contribuíram de forma solidária e sábia para a concretização desta dissertação.

## **AGRADECIMENTOS**

A Escola não pode nunca deixar de exercer seu papel político e educacional. A Universidade Federal do Pará, através do Centro de Educação e a Pós-Graduação nos proporcionaram este momento tão simplificado e ao mesmo tempo complexo, com suas normas, exigências, regras e suas disciplinas. Tudo é resultado das adversidades, das ousadias, das dificuldades, das alegrias. Neste sentido, reiteramos nossos agradecimentos a esta academia por tudo.

Aos professores, aos colegas das turmas da Pós-graduação, especialmente minha turma de 2004, aos colegas funcionários e bolsistas da pós-graduação. Peço permissão a todos (as) para agradecer especialmente a minha Orientadora, Professora Doutora Rosângela Novaes Lima, sempre demonstrou confiança que as adversidades não poderiam se sobrepor à solidariedade que requer a orientação acadêmica.

Uma vida inteira dedicada à área de informática me reconforta em inserir todos (as) verdadeiros amigos (as) de profissão, em especial do SERPRO, meu local de trabalho, onde esta pesquisa, certamente, terá mais do que um valor simbólico, representa a expressão “somos parte viva do que restou”.

Aos companheiros (as) desta trajetória militante na categoria de informática, em especial aos companheiros do Sindicato de Informática, à Federação nacional dos Profissionais de Informática e à CUT pelos incentivos, solidariedade, contribuições, sugestões, multiplicando esta sinergia para chegarmos onde não imaginávamos.

Finalmente, a minha família que foi privada de momentos em comunidade, que suportou nossa ausência e os momentos de solidão, voltará a compartilhar outros encontros e despedidas que a vida haverá de nos proporcionar.

## RESUMO

SILVA, Antonio Carlos Melo da – Educação Em Tempos de Novas Tecnologias: O Programa Cidadania de Inclusão Digital do SERPRO.

Esta pesquisa visa analisar o Programa de Cidadania de Inclusão Digital da Empresa Pública de Tecnologia da Informação do Governo Federal – SERPRO, intitulada *Educação Em Tempos de Novas Tecnologias: O Programa Cidadania de Inclusão Digital do SERPRO*, enfatizando as políticas públicas de inclusão digital para prover cidadania através da adoção de cursos básicos de informática como instrumento educativo e político, “garantindo” a inclusão de cidadãos das “comunidades carentes” no mundo das tecnologias. Para isto, divide-se a referida pesquisa em três partes: primeiramente buscou-se de forma sintetizada traçar um panorama que perpassasse aspectos centrais de relações políticas, econômicas, tecnológicas e sociais, associando o desenvolvimentismo brasileiro e a política tecnológica aos ciclos reformistas do Estado brasileiro. Na segunda parte, discorre-se sobre as atividades institucionais do SERPRO em sua trajetória histórica e tecnológica, fazendo um *link* com a inclusão digital no Brasil. Trata-se de uma política compensatória instituída em meados dos anos 90 pelo movimento Terceiro Setor, ressignificando categorias importantes como: sociedade civil e movimentos sociais. Além disso, descreve-se e analisa-se o período de 1999/2004 do Programa Cidadania, abordando duas escolas públicas na periferia da cidade de Belém: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mário Barbosa e Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio D. Pedro I. Nossa metodologia debruçou-se sobre as informações sociais contidas num banco de dados específico do Programa Cidadania e uma vasta bibliografia sobre a temática. Por último, analisa-se a relação cidadania e comunidade desmembrada em dois momentos: cidadania como categoria principal e em segundo momento, buscar respostas às questões problemas desta dissertação.

**Palavras chave:** cidadania, sociedade civil, inclusão digital, educação, comunidade.

## ABSTRACT

SILVA, Antonio Carlos Melo da – Educação Em Tempos de Novas Tecnologias: O Programa Cidadania de Inclusão Digital do SERPRO

This research aims to analyze the Brazilian Federal Data Processing Agency (SERPRO) Citizenship Program of Digital Inclusion, intitled "Educação Em Tempos de Novas Tecnologias": This Program emphasizes the public politics of digital inclusion to provide citizenship through the adoption of computer basic courses as educative instrument and politic, "guaranteeing" the inclusion of citizens of the "poor communities" into the world of technologies. For that matter, this research is divided into three parts: the first one traces in a synthezized form an overview that surpass central aspects of political, economic, technological and social relationships, associating the Brazilian's development model and technological politics in the reformist cycles of its Federal State; in the second part, the institucional activities of SERPRO in its historical trajectory are shown, establishing a link with the digital inclusion in Brazil, then it is presented the compensatory politics model instituted in the 90's by the Thrid Sector Movement giving a new meaning to important categories such as civil society and social movements, besides that, it is described and analyzed the Citizenship Program from 1999 to 2004, dealing with two public Elementary and High Schools, Mario Barbosa and Dom Pedro I, using a research methodology based on social information from a specific data base and a large bibliography on the thematic; finally, it is analyzed the relationship "citizenship-community" divided into two distinct moments: citizenship as main category, and as subsidizing the main purpose of this research central questions.

**Keywords:** citizenship, civil society, digital inclusion, education, community.

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1.....</b>	<b>114</b>
<b>FIGURA 2.....</b>	<b>117</b>
<b>FIGURA 3: PROJETO OFICINA DE CONSTRUÇÃO DO FUTURO.....</b>	<b>119</b>
<b>FIGURA 4.....</b>	<b>120</b>
<b>FIGURA 5: PROJETO SERPRO CIDADÃO.....</b>	<b>123</b>

## PRINCIPAIS SIGLAS UTILIZADAS

<b>AGU</b>	Advocacia Geral da União
<b>ARENA</b>	Aliança Nacional renovadora
<b>ARPA</b>	Advanced Research Projects Agency
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CAPRE</b>	Coordenação de Assessoria ao Processamento Eletrônico
<b>CDI</b>	Comitê de Democratização da Informática
<b>CNBB</b>	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
<b>CNI</b>	Confederação Nacional da Indústria
<b>CNPq</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>CNPJ</b>	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
<b>COEP</b>	Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida
<b>COMPASNET</b>	Portal de Compras Públicas Pela Internet
<b>CONTAG</b>	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
<b>DCM</b>	Diretoria de Comunicação da Marinha
<b>DFA</b>	Divisão de Fabricação de Equipamentos
<b>DIEESE</b>	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FINEP</b>	Financiadora de Estudos e Projetos
<b>FSE</b>	Fundo Social de Emergência
<b>FMI</b>	Fundo Monetário de Internacional
<b>FGV</b>	Fundação Getúlio Vargas
<b>FUNDEF</b>	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
<b>FUNDEB</b>	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
<b>FNDCT</b>	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>FINEP</b>	Financiadora de Estudos e Projetos
<b>FEBRABAN</b>	Federação Brasileira de Bancos

<b>FIESP</b>	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
<b>GESAC</b>	Governo Eletrônico de Serviços e Atendimento ao Cidadão
<b>GNU/LINUX</b>	General Public License (Licença Pública Geral)
<b>IBM</b>	International Business Machine Corporation
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
<b>IR</b>	Imposto de Renda
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>LDO</b>	Lei de Diretrizes Orçamentárias
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996
<b>LRF</b>	Lei de Responsabilidade Fiscal
<b>LETRA</b>	Solução Leitura Eletrônica
<b>MERCOSUL</b>	Mercado Comum Do Cone Sul
<b>MPOG</b>	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
<b>MF</b>	Ministério da Fazenda
<b>MM</b>	Ministério da Marinha
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>MINC</b>	Ministério da Cultura
<b>MCT</b>	Ministério da Ciência e Tecnologia
<b>MTB</b>	Ministério do Trabalho
<b>NTE</b>	Núcleo de Tecnologia Educacional
<b>OMC</b>	Organização Mundial do Comércio
<b>ONGs</b>	Organização Não Governamentais
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PDT</b>	Partido Democrático Trabalhista
<b>PMDB</b>	Partido Moderador Democrático Brasileiro
<b>PND</b>	Plano Nacional de Desenvolvimento
<b>PDS</b>	Partido Democrático Social
<b>PP</b>	Partido Popular
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>PTB</b>	Partido Trabalhista Brasileiro
<b>PFL</b>	Partido da Frente Liberal
<b>PSDB</b>	Partido da Social Democracia Brasileira

<b>PCB</b>	Partido Comunista Brasileiro
<b>PC do B</b>	Partido Comunista do Brasil
<b>PDV</b>	Programa de Demissão Voluntária
<b>PGFN</b>	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
<b>PROINFO</b>	Programa Nacional de Informática na Educação
<b>PROUNI</b>	Programa Universidade Para Todos
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional da Agricultura Familiar
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PND</b>	Plano Nacional de Desenvolvimento
<b>PND-NR</b>	Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional Por Amostragem De Domicílios
<b>PBID</b>	Programa Brasileiro de Inclusão Digital
<b>PITCE</b>	Política Industrial, Tecnológica e do Comércio Exterior
<b>PNTC</b>	Programa Nacional de Treinamento em Comunicação
<b>PUC</b>	Pontifícia Universidade Católica
<b>RECEITANET</b>	Sistema de Entrega da Declaração Imposto de Renda via Internet
<b>SEED</b>	Secretaria de Educação à Distância
<b>SERPRO</b>	Serviço Federal de Processamento de Dados
<b>SIAPE</b>	Sistema de Controle de Dados Cadastrais
<b>SIAPA</b>	Sistema Integrado de Administração Patrimonial
<b>SPIU</b>	Sistema de Patrimônio Imobiliário da União
<b>SIAFEM</b>	Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios
<b>SIORG</b>	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
<b>SEDUCs</b>	Secretarias Estaduais de Educação
<b>TCP/IP</b>	Transmission Control Protocol
<b>UNESCO</b>	United Nations Educational, scientific and Cultural Organization
<b>UIT</b>	União Internacional de Telecomunicações
<b>UNISERPRO</b>	Universidade SERPRO de Educação à Distância
<b>URSS</b>	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
1.1 OBJETIVOS .....	<b>17</b>
1.1.1 GERAL .....	<b>17</b>
1.1.2 ESPECIFICOS .....	<b>17</b>
1.2 QUESTÕES PROBLEMAS.....	<b>17</b>
1.3 METODOLOGIA.....	<b>18</b>
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO .....	<b>19</b>
CAPÍTULO I.....	<b>19</b>
CAPÍTULO II.....	<b>20</b>
CAPÍTULO III .....	<b>20</b>
<b>2 CAPÍTULO I: ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: ASPECTOS PRELIMINARES SOBRE O DESENVOLVIMENTISMO E A INFORMÁTICA BRASILEIRA.....</b>	<b>22</b>
2.1 O PROJETO NACIONAL ESTATISTA SOB FOGO CERRADO .....	<b>23</b>
2.2 PREÂMBULO SOBRE A SOCIAL-DEMOCRACIA .....	<b>33</b>
2.3 O PROCESSOS E CONTRADIÇÕES DOS ANOS 90.....	<b>36</b>
2.4 O GOVERNO FERNANDO COLLOR DE MELLO .....	<b>37</b>
2.5 O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO .....	<b>39</b>
2.6 O GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA .....	<b>41</b>
2.7 NOS LIMITES DO ESTADO NACIONAL.....	<b>47</b>
2.8 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO .....	<b>49</b>
2.9 RESERVA DE MERCADO.....	<b>53</b>
<b>3 CAPÍTULO II: O SERPRO E O CICLO DESENVOLVIMENTISTA: TERCEIRO SETOR, SOCIEDADE CIVIL E INCLUSÃO DIGITAL .....</b>	<b>62</b>
3.1 O SERPRO DIANTE DAS POLÍTICAS: ADMINISTRATIVAS, TECNOLÓGICAS E PÚBLICAS.....	<b>63</b>
3.2 INCLUSÃO DIGITAL E O TERCEIRO SETOR .....	<b>72</b>
3.2.1 NO CAMINHO DA INCLUSÃO DIGITAL HAVIA UMA PEDRA CHAMADA TERCEIRO SETOR .....	<b>73</b>

3.2.2 O TERCEIRO SETOR NAS FEIÇÕES NEOLIBERAIS.....	76
3.3 PRECEITOS HISTÓRICOS DA SOCIEDADE CIVIL.....	84
3.4 AS PARCERIAS.....	90
3.5 EM DEBATE A TERCEIRA VIA.....	92
3.6 O CAPITAL EM MOVIMENTO: OS MOVIMENTO SOCIAIS.....	95
3.7 TODOS OS CAMINHOS LEVAM À INCLUSÃO DIGITAL.....	103
3.8 ESTADOS UNIDOS: A HISTÓRIA DOS COMPUTADORES COMEÇA AQUI.....	104
3.9 A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA: O MUNDO INTERLIGADO EM SOCIEDADE EM REDE.....	107
3.10 MOVIMENTO DE CONTRACULTURA NO MUNDO DOS COMPUTADORES.....	110
3.11 INCLUSÃO DIGITAL ATRAVESSA FRONTEIRA.....	111
3.12 INCURSÕES SOBRE A INCLUSÃO DIGITAL.....	126
3.13 OS DESAFIOS.....	130
<b>4 CAPÍTULO III: CIDADANIA E COMUNIDADE.....</b>	<b>133</b>
4.1 O NASCIMENTO DA CIDADANIA.....	133
4.2 DEBATE ATUAL SOBRE CIDADANIA.....	139
4.3 A EMERGÊNCIA DAS COMUNIDADES: DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS.....	148
4.4 AS COMUNIDADES VIRTUAIS BASEADAS NO CONCEITO SOCIOLÓGICO.....	151
4.5 CIDADANIA E COMUNIDADE: RELAÇÕES ENTRELAÇADAS.....	153
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>157</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>162</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Durante vários séculos, a humanidade tem vivenciado períodos de grandes transformações. Autores como Grinspun (2001) e Lévy (1998) destacam dentre essas transformações a relação entre técnica e tecnologia alertando-nos para imbricações conceituais no campo das ciências sociais, da história e da filosofia.

Sem o objetivo de debater o alcance de quais seriam essas imbricações, mas a título de informar, Grinspun (2001) analisa essas imbricações conceituais destacando o desenvolvimento da técnica tendo como limiar a formação da(s) sociedade(s): “a técnica nasceu com a humanidade no momento em que o homem primitivo conseguiu lascar uma pedra para servir-lhe de instrumento cortante.”

Enquanto que Lévy (1999), com a mesma abordagem histórica situa os séculos XX e XXI, faz referências ao termo *ciência educação*, considerando em sua assertiva a relação: educação e desenvolvimento da tecnologia. Segundo o autor, as tecnologias são complexas e práticas ao mesmo tempo, elas estão a exigir uma nova formação do homem que remete à reflexão e à compreensão do meio social em que ele se circunscreve.

Entretanto, vivemos num mundo que herdamos, resultado de um longo e complexo processo histórico, que trouxe muitas mudanças à vida do homem, especialmente após o nascimento da filosofia, na antiga Grécia, onde se encontram as raízes do pensamento e da cultura ocidentais, e, certamente, a partir do século XVII, quando se constrói o conceito moderno de ciência e também o de tecnologia.

A idéia de progresso e a concepção do saber científico ainda hoje presente no mundo contemporâneo, nasceram na Europa com a grande revolução científica e filosófica do século XVII, quando se formulou a nova concepção de ciência como um saber progressivo, que cresce sobre si mesmo, como uma lenta construção nunca concluída, à qual cada um deve trazer sua contribuição e que alia o saber teórico à experimentação prática, com o objetivo de intervir na natureza para conhecê-la e dominá-la.

As invenções, o reflorescimento das artes mecânicas, as descobertas geográficas, as viagens de exploração, as novas idéias políticas, forjaram as condições propícias às mudanças da nova era, a da razão, que vieram modificar profundamente o modo de viver e pensar dos homens. Foi a partir da Revolução Científica e depois com a Revolução Industrial que o progresso científico resultou de

fundamental importância para a civilização moderna, entre outros motivos, porque a ciência moderna tornou possível a transformação da técnica e o surgimento da tecnologia de base científica, ou seja, os conhecimentos científicos foram utilizados para atuar de maneira prática transformando o mundo.

Destes autores, também importamos a afirmação de que educação e tecnologia são categorias importantes por se encontrarem presentes na maioria dos estudos que têm como finalidade analisar o contexto educacional marcado por avanços acelerados. Mello (1993) afirma que a educação passa a ocupar, hoje, junto com as políticas de ciência e tecnologia, um lugar central nas decisões macropolíticas do Estado em tempos de qualificação dos recursos humanos exigidos pelo novo padrão de desenvolvimento, sendo este um dos consensos do debate sobre políticas educacionais em nível internacional.

A Lei nº 9394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) faz referências explícitas e implícitas sobre tecnologia, como domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna (art.35); o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia (art.43), a determinação de uma educação profissional, integrada as diferentes formas de educação ao trabalho, à ciência e à tecnologia (art. 39).

Na Declaração Mundial sobre Educação Superior da Unesco, em 1998, encontramos, também, a necessidade de se rever a educação superior, uma vez que esta está sendo desafiada por novas oportunidades relacionadas à tecnologia, que têm melhorado os modos pelos quais o conhecimento pode ser produzido, administrado, difundido, acessado e controlado. Seja uma análise teórica, seja uma proposta prática, não há como separar a tecnologia e suas estreitas relações com o binômio educação e sociedade.

Analisar a educação no contexto das novas tecnologias perpassa em inseri-la nas políticas públicas educacionais, buscando fortalecê-la como instrumento importante na luta pela autonomia educacional, haja vista que países em desenvolvimento ainda estão caracterizados nas políticas macro-econômicas como países importadores de tecnologia. Neste caso, repousa sobre o Brasil este dilema como tantos outros de caráter excludente. No caso da educação, convivemos com índices elevados de exclusão social, ancorados no analfabetismo, este traduzido em inúmeras abordagens, transferindo para o censo comum a **falta de oportunidade** de

se inserir cidadãos na ambiência da escola, esta, *locus* privilegiado da produção de conhecimento e disseminação da informação.

Não há como negar que estamos diante de um processo histórico muito rico, denominado de desenvolvimento tecnológico. Seu papel nas sociedades ocidentais é um tema fundamental na atualidade, gerando relações complexas. Uma parte da geração presente, já tendo nascido sob o signo das vertiginosas mudanças que a tecnologia acarretou, e uma outra parte excluída deste processo histórico não tem em geral, a noção de como todo esse processo é muito recente e que caminhos a humanidade percorreu para chegar à atual situação.

O chamado desenvolvimento tecnológico tem influência neste *apartheid* que divide as gerações presentes e futuras? Estaria a reestruturação do capital, com o advento das novas tecnologias, produzindo novos fenômenos da exclusão? Para alguns analistas, entre eles Lévy (1998), estamos diante de uma dicotomia: 'exclusão e inclusão digital'. Um dos antídotos proposto no chamado *ciberespaço* para incluir cidadãos, caracteriza-se de inclusão digital. Neste caso, inúmeras proposições têm sido formuladas na sociedade como medidas educativas na ambiência das políticas públicas. Em nossa pesquisa versaremos sobre uma das proposições de inclusão digital através de um programa de políticas públicas: cidadania de inclusão digital da Empresa Pública de Tecnologia da Informação do Governo Federal - SERPRO.

A rede tecnológica, hoje, é intercomunicante e interdependente. A tecnologia está na base do sistema que, por exemplo, mantém cheias as prateleiras dos supermercados, realiza complexas cirurgias cardíacas ou faz funcionar os eletrodomésticos, as escolas inseridas em rede de conectividade, ou seja, temos uma revolução contracultural como assim denominou Moraes (2000).

Assim, adquirir a dimensão histórica de que o mundo já foi muito diferente do que é hoje e de que a corrida tecnológica é muito recente, traz à tona reflexões e provoca discussões, como, por exemplo, a dos rumos que a humanidade deseja traçar para o futuro. Afinal, mais cedo ou mais tarde, as questões da alta tecnologia acabam envolvendo todos nós, e é por esse motivo que é tão importante pensar sobre o que venhamos a fazer com a ciência e as invenções. Mas estará a humanidade inserida verdadeiramente neste novo ciclo? O desenvolvimento tecnológico conseguiu produzir os benefícios que a humanidade não usufruiu em outros ciclos?

Nos últimos anos, tem crescido o número de pessoas preocupadas com os rumos da sociedade tecnológica, talvez porque a tecnologia tenha levantado problemas que já percebemos que não somos capazes de resolver. Está cada vez mais complicado tomar uma decisão quanto aos rumos da tecnologia, à medida que descobrimos o que pode causar às nossas vidas, de positivo e de negativo. Os autores supracitados são unívocos reivindicando a utopia de se construir um mundo onde os homens possam viver em sociedade sem perder de vista a perspectiva da história da técnica e da tecnologia, que nos traz a dimensão temporal de busca por uma vida melhor.

Assim, o desenvolvimento da técnica, da ciência e da tecnologia devem ser compreendidos, em sua íntima relação, com as determinações sociais, políticas, econômicas, educacionais e culturais, porque estas atividades não se isolam de outras atividades humanas, ao contrário, constroem uma relação histórica do homem com a natureza, no esforço humano de criar instrumentos que superem as dificuldades impostas pelas forças naturais.

O recurso metodológico de situar alguns entendimentos introdutórios de Mello (1993), Grinspun (2001) e Lévy (1999) sobre essas imbricações de técnica, tecnologia, ciência e ciência educação, fazem parte de nossa opção de inserir autores advindos de campos diferentes, como o jornalismo, ciências sociais, serviço social, economia, filosofia, história, educação e tecnologia, além de outros que compõem o corpo dos teóricos utilizados nesta pesquisa, mesmo que possa causar certo estranhamento. Esta estratégia é utilizada aqui como forma de abrir mais uma das várias janelas que compõem o campo de debates sobre cidadania, sociedade civil, movimentos sociais, educação, e inclusão digital no Brasil.

## **1.1 OBJETIVOS**

### **1.1.1 GERAL**

Produzir, para a comunidade acadêmica e para sociedade, esta proposta de dissertação que versará sobre o Programa Cidadania de Inclusão Digital da Empresa de Tecnologia da Informação do Governo Federal - SERPRO como proposição de políticas públicas educacionais.

### **1.1.2 ESPECÍFICOS:**

- ✓ Analisar o contexto histórico brasileiro que possa oferecer elementos teóricos que elejam a constituição da Empresa Pública SEPRO.
- ✓ Analisar os desdobramentos do Programa Cidadania diante do papel e desenvolvimento institucional do SERPRO.
- ✓ Caracterizar sua origem, seu ponto de inserção com o Movimento Terceiro Setor e as Parcerias.
- ✓ Caracterizar o papel institucional do programa cidadania na ambiência do Programa Brasileiro de Inclusão Digital.
- ✓ Identificar os fatores que contribuem e justificam para caracterizá-lo o programa cidadania como programa de políticas públicas de inclusão social.

## **1.2 QUESTÕES-PROBLEMAS**

Pretendemos, a partir do objeto de estudo, ou seja, a relação cidadania e a inclusão digital, responder às questões–problemas elencadas, tendo suas respostas reforçadas no aporte teórico e concomitantemente na pesquisa documental.

A primeira, refere-se ao Estado: este, ao não garantir políticas sociais como educação pública de qualidade pode garantir uma verdadeira inclusão social?

Neste caso, abre-se um leque de possibilidades que corroboram para nossa segunda questão problema: o SERPRO, ao desenvolver e implementar um

programa de políticas públicas de inclusão digital, supera as condições adversas do analfabetismo digital?

Finalmente, a terceira questão-problema: o SERPRO, nascido na ambiência do projeto desenvolvimentista de Brasil – grande potência, tem conseguido manter suas características de Empresa Pública, fortalecendo o projeto de autonomia tecnológica brasileira?

### **1.3 METODOLOGIA**

Esta pesquisa baseou-se no acervo informatizado do Programa Cidadania de Inclusão Digital do SERPRO, concebido como projeto piloto no ano de 1997, na cidade de Porto Alegre, tendo como parceiro privilegiado o poder municipal. A partir do ano de 1999, toma corpo de projeto nacional. Em Belém, sua primeira experiência ocorreu em 2000, na Escola Estadual de Ensino Médio e Fundamental Mário Barbosa.

Havia exigência institucional que as escolas selecionadas ficassem às proximidades do SERPRO. Neste caso, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mário Barbosa foi selecionada, por estar localizada nas circunvizinhanças, no bairro da Terra Firme (bairro periférico de Belém), efetivando-se as primeiras experiências de inclusão digital com os cursos de microinformática.

A segunda escola pesquisada foi a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio D. Pedro I, no ano de 2004. Localizada no Conjunto Residencial Marex, bairro de Val-de-Cans, um pouco mais distanciado da sede do SERPRO. Foi a partir da vigência do projeto nesta unidade de ensino que houve a mudança no programa, com a adoção de plataformas abertas (software livre). Sendo assim, nosso período de abrangência da pesquisa compreenderá o período de 1999 a 2004.

As informações sócio-econômicas, avaliações dos participantes, além da programação dos cursos, estão informatizadas num banco de dados de acesso corporativo. Vale ressaltar que este instrumento organizacional, utilizado como recurso pedagógico, se desenvolve desde as primeiras turmas em 2000 e perdura até os dias atuais.

Este acervo informatizado transformou-se na montagem de nossa pesquisa documental, subsidiando a formatação e tratamento dos dados, o que possibilitou

sua inserção no aporte teórico, este atualizado e revisado nas referências bibliográficas, contribuindo para o desenvolvimento dos aspectos macros e específicos relacionados às principais categorias: Sociedade Civil, Cidadania, Movimentos Sociais e Inclusão Digital.

#### **1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO**

O CAPÍTULO I aborda a temática que tem como título: **Estado e Políticas Públicas: Aspectos Preliminares Sobre o Desenvolvimentismo e a Informática Brasileira**. Foi nosso objetivo situar e sintetizar o período histórico que começa em, 1964, durante o regime militar, e vai até 2004, fase inicial do primeiro mandato do presidente Luis Inácio LULA da Silva. Neste ciclo longo e seus recortes históricos, desenvolve-se um debate em torno de duas concepções de projeto de sociedade: um projeto nacional-desenvolvimentista e outro liberalizante.

O referido capítulo foi dividido em dois momentos:

No primeiro, com base nos estudos de diversos autores, como Fiori (2003), Silva (2003), Lima (2000), Moraes (2000), Behring (2003), entre outros, analisamos alguns aspectos do desenvolvimentismo brasileiro do referido período com a preocupação de encadear elementos teóricos de cunho político, econômico e social. Este recurso metodológico propõe-se a situar as chamadas “reformas” no aparelho de Estado, desmistificando nossa opção por modelos dogmáticos advindos de outras polis.

Um segundo momento faz referências ao desenvolvimento da tecnologia em nosso país como parte da estratégia política dos militares. Merece destaque a ascensão da indústria de informática no Brasil, como fruto da pesquisa científica articulada por setores significativos da sociedade civil, como as universidades públicas e os órgãos de pesquisa tais quais o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além de empresas nacionais e multinacionais.

Observamos interesses antagônicos que propiciaram a divisão entre militares que defenderam a informática como política de segurança nacional e civis que idealizaram a perspectiva do Brasil ousar, num futuro mais próximo, produzir

computadores inserindo-se no chamado movimento de contracultura (Carneiro: 2002), ou seja, no ciclo da microeletrônica. Demarcam-se dois importantes movimentos: a controvertida luta em defesa da reserva de informática no Brasil e a implantação de uma indústria nacional de informática.

Essa relação sobre o desenvolvimentismo, terá desdobramento na política tecnológica brasileira: impulsionará o Brasil no ciclo dos microcomputadores como uma nação potencializada, mas este impulso é complexo em suas relações políticas e econômicas protagonizado por diversos atores políticos com interesses diferenciados.

No CAPÍTULO, II discorreremos sobre o SERPRO e ciclo desenvolvimentista: terceiro setor, sociedade civil e inclusão digital. No entanto, não foi nossa intenção apenas em descrever o papel institucional do SERPRO, bem como conceituar a inclusão digital, foi necessário importar subsídios de autores identificados com literaturas que versam sobre categorias como: sociedade civil, movimentos sociais e inclusão digital, para concatenar os objetivos desta relação histórica.

Neste estudo específico, abordamos o papel do SERPRO como empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, fundada em 1964, durante o período do regime militar, que acompanhou os diversos ciclos do desenvolvimento brasileiro, mas será na chamada reengenharia social do Estado (Gohn: 2005), iniciada no governo do Presidente Fernando Collor de Mello e continuada nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio LULA da Silva, que nos deparamos com a relação empresa-parceira no “Movimento Terceiro Setor” como partícipe da responsabilidade social com cidadania empresarial.

Entre os resultados desta reengenharia social, teremos a inclusão digital como parte das políticas compensatórias de minimizar as conseqüências advindas do analfabetismo digital. Esta política pública compensatória mudará o curso histórico das empresas públicas e privadas, sindicatos, Organizações Não-Governamentais (ONGs), fundações, associações filantrópicas e caritárias numa verdadeira febre em busca da conquista de “universalização da cidadania”.

É mister afirmar que as políticas públicas se transformam conforme o modelo político e econômico que o Brasil se adapta. Neste caso, a partir da inserção da inclusão digital, na primeira metade da década de 90, uma diversidade de atores políticos incorporam o discurso das políticas públicas advindas da inclusão digital. Tanto é verdade, que o Brasil implementa um Programa Brasileiro de Inclusão

Digital. O SERPRO, pelas suas experiências iniciais, está entre as instituições deste programa, tendo ampliado o seu próprio programa corporativo (cidadania) de inclusão digital.

No CAPÍTULO III daremos ênfase ao debate sobre **Cidadania e Comunidade**, destacando a cidadania como principal categoria teórica desta dissertação. Nas assertivas de caráter macro da mesma, buscamos corroborar nas Ciências Sociais as definições e características do termo comunidade, pois no mundo das novas tecnologias as controvertidas comunidades virtuais, suas definições derivam das teorias sociológicas.

A maioria dos autores estudados e pesquisados em relação à inclusão digital é categórica em afirmar que a inclusão digital promove parcialmente a inclusão social de cidadãos no mundo tecnologizado. No entanto, observaremos, durante o transcurso desta pesquisa, a diversidade de projetos e as mais diferentes matizes de atores políticos envolvidos com projetos de inclusão digital, sempre com o discurso de prover cidadania.

## **2 CAPÍTULO I: ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: ASPECTOS PRELIMINARES SOBRE O DESENVOLVIMENTISMO E A INFORMÁTICA BRASILEIRA**

O presente capítulo pretende abordar aspectos preliminares sobre o desenvolvimentismo brasileiro e a informática no Brasil consubstanciando seu limiar histórico nas políticas governamentais, compreendendo o período dos governos militares fazendo recorte conjuntural nas políticas neoliberais abrangendo desde o governo do presidente Fernando Collor de Mello até o governo do presidente de Luis Inácio LULA da Silva.

Analisaremos aspectos de caráter político, econômico e social como subsídios teóricos visando inseri-los com a informática brasileira. Esse centro teórico se faz necessário pelo contexto histórico da política tecnológica concebida na formação do Estado brasileiro e pela relação intrínseca com o surto industrial do país,

Durante o regime militar, a informática brasileira foi impulsionada como parte do projeto nacional desenvolvimentista. Autores como: Moraes (2000); Carneiro (2003); Evans (1986); Vargas (1994); Tapia (1995), mesmo que em períodos diferenciados expõem contradições na proposta do “desenvolvimento tecnológico brasileiro”.

A trajetória de debates sobre os principais projetos na sociedade brasileira se desenvolveu a partir da formação do Estado, travando-se acirradas disputas entre importantes protagonistas. De um lado, autores caracterizam de políticas reformistas no espectro do Estado Estatal, tendo berço teórico às concepções e formulações do Estado de Bem Estar Social. Outros autores irão caracterizar de contra-reforma no ciclo das políticas neoliberais. Essas premissas, complexas em seu percurso histórico, basearam-se e continuam baseando-se em dois principais projetos. Um primeiro, visando à construção de uma sociedade autônoma, independente, caracterizada de nacional-estatista <sup>1</sup> Um segundo projeto, caracterizado de desenvolvimento internacionalizante<sup>2</sup>.

O capitalismo como modo de produção em seu processo histórico produz ciclos longos e curtos a partir de suas crises cíclicas de superprodução. Nesta

---

<sup>1</sup> - Raquel de Almeida Moraes (2000), ao abordar sua pesquisa sobre a trajetória histórica da informática destaca o projeto de sociedade denominado de nacional-estatista.

<sup>2</sup> - José Luis Fiori (2003) é quem utiliza o referido termo ao abordar o desenvolvimento brasileiro.

passagem apropriou-se do diálogo de Fiori (2003), destacado intelectual que têm se debruçado sobre a abordagem do desenvolvimentismo brasileiro, caracteriza nas suas passagens de “ciclo” do regime militar, em outros recortes conjunturais conceituará de “Estado Militar”, numa alusão à concepção de reformas no aparelho de Estado (centralizado, autoritário e repressor).

Outra autora que analisa aspectos do desenvolvimentismo é Behring (2003) relacionando o período de transição da social-democrata para o *neoliberalismo* e suas respectivas tendências e contra-tendências.

Neste primeiro momento e, como recurso para o nosso método de análise, os referidos autores constituem-se no ponto de interseção do corpo teórico. Com base nesse pressuposto buscou-se realizar a “interdisciplinaridade” com outros autores inserindo a informática brasileira e sua importância diante do contexto desenvolvimentista.

## 2.1 O PROJETO NACIONAL ESTATISTA SOB FOGO CERRADO

O ano de 1964 está registrado em nossa trajetória histórica como um marco de revolução e contra-revolução, conforme temos conhecimento nas diversas produções históricas de nossa sociedade.

É um ano marcado por dois momentos distintos no cenário político. São momentos de conturbação política e econômica com a perspectiva, num primeiro momento, de implantação de um projeto ambicioso de desenvolvimento nacional, autônomo no contexto do capitalismo internacional. Esse projeto tem as premissas de um Estado fortalecido e intervencionista, *com planejamento mais ou menos centralizado*<sup>3</sup>, de ideologia nacional e de lideranças carismáticas, baseado numa correlação de forças políticas numa íntima associação, não apenas imposta, mas também “concertada”<sup>4</sup>, entre: patrões, Estado e trabalhadores. Conforme Silva Jr (2002) as premissas dessa associação política de “colaboração de classes” afirma estar justificada na teoria liberal de Rousseau sobre o pacto social.

Esse arcabouço proposto tem como condutor João Goulart, eminente representante do trabalhismo, ancorado naquele período em um partido com feições

---

<sup>3</sup> - Bresser Pereira (1998), ao analisar o Estado brasileiro e justificar o seu Plano Diretor das Reformas utiliza a referida expressão.

<sup>4</sup> - Gohn (2005) é quem utiliza a expressão, segundo a autora, a mesma tem origem na Social-democracia.

nacionalistas (PTB – Partido Trabalhista Brasileiro), em aliança com setores progressistas (setores diversificados entre empresários nacionalistas, pequenos empresários, pequenos produtores rurais, camponeses e significativos segmentos do movimento operário), além do apoio de parte dos partidos socialistas e comunistas.

Estão em debate na sociedade as chamadas reformas de base de Jango como premissas fundamentais de retomar a construção do projeto nacional na perspectiva de desenvolver o país como uma grande potência.

Tanto o projeto quanto as reformas de base nacionalista do trabalhismo causavam pânico nas elites conservadoras, que viam no mesmo, a perspectiva de instauração da república vermelha socialista, haja vista que no cenário internacional pairava o fantasma da Revolução Cubana, dos modelos de governos vermelhos da China e da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

A tentativa de implantação de um projeto nacional-estatista não se consolidou em função do golpe promovido por forças conspiratórias de plantão (setores conservadores internos ligados aos Estados Unidos), depondo o presidente João Goulart, acusado de estreitar laços políticos com os governos de Cuba e da ex-URSS. Portanto, em abril de 1964, é sepultada qualquer intenção nacionalista com a deposição “pacífica” e negociada do presidente João Goulart através de um golpe de Estado que os setores conservadores insistiam em festejar de revolução em nome da moral, da ética, dos bons costumes cristãos, contra o comunismo e o populismo.

Com o golpe que propiciou a queda de João Goulart, os militares chegaram ao poder, assenhoreados por civis tecnocratas e economistas liberais como Hélio Beltrão Delfim Neto, Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos todos assumidos defensores das teses americanas.

O período de 15 de abril de 1964 a 15 de abril de 1967 é caracterizado de transição política, sendo empossado como presidente e exercido o poder através de um mandato tampão o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco. Segundo Nogueira (2005, p.15), *“teve o papel político e ideológico de sanear, além de organizar administrativamente e financeiramente o país”*.

Encerrado o período de transição, processaram-se as eleições no Congresso Nacional, saindo vitorioso o Marechal Artur da Costa e Silva, considerado o segundo presidente. Esse processo eleitoral se deu num clima tenso com o Congresso Nacional, bastante modificado após o golpe, numa acirrada disputa de grupos

políticos, vencendo os chamados linha dura<sup>5</sup> nacionalistas em aliança com a burguesia nacional, ou seja, o grupo castelista saiu derrotado.

O presidente Costa e Silva considerou sua eleição legitimada pelo voto, mesmo, que tenha sido no Congresso Nacional. Destacou-se, então, as controvérsias deste governo com o discurso desenvolvimentista, em clara companhia de setores civis (parte do empresariado), que defendiam as teses nacionalistas do governo Jango propondo a retomada do projeto de crescimento econômico. Conforme Fiori (2003), a opção do modelo dos militares em, paulatinamente, abrir o país ao capital estrangeiro, propiciou momentos que oscilaram em crescimento econômico, no entanto, o outro lado da moeda foi o estrangulamento das políticas públicas e dos direitos sociais dos trabalhadores.

O governo Costa e Silva foi responsável pela edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), obtendo poderes para fechar o parlamento, cassar políticos e institucionalizar a repressão. Os movimentos oposicionistas continuaram tendo todos os seus direitos civis cerceados, sendo-lhes negado e proibido qualquer ato político que “colocasse em perigo” a paz e o desenvolvimento da Nação.

A estratégia de desenvolvimento refletia os mecanismos do capitalismo, estabelecendo o controle de juros, atenuou o aperto financeiro e favoreceu os setores da indústria pesada e energia. Consolidou-se o papel do Estado na economia, que, além de orientar e coordenar o plano econômico criava empresas estatais nos setores estratégicos, que não interessavam ao capital estrangeiro nem ao privado nacional. Conforme Sader (2000), curiosamente, o regime militar que tinha como um dos objetivos reverter o estatismo inerente ao nacional-populismo imputado a Jango, acabou lançando mão dos mesmos métodos e resgatou várias propostas por influência dos setores civis anteriormente mencionados.

A partir do ano de 1969, assume mais um presidente da chamada linha dura – o General Emilio Garrastazu Médici, que ficou conhecido como o governo dos “anos de chumbo” da ditadura, devido à violentíssima repressão promovida à oposição, principalmente pelo combate aos grupos oposicionistas que defendiam a luta armada.

---

<sup>5</sup> - O termo “linha dura” utilizamos da autora Rosângela Novaes Lima (2000).

O ciclo do governo Médici remonta a vários aspectos, não só políticos a partir do discurso de combinar planejamento associado ao desenvolvimento, objetivando colocar o Brasil, no espaço de uma geração, na categoria de nação desenvolvida, galgar os degraus de uma nação de “Brasil Grande Potência.” O governo propagandeia que estaremos não muito distante de nos inserirmos no mundo dos grandes países. “Esse é um país que vai pra frente” era nossa palavra de ordem, reforçada pela conquista da Copa do Mundo de 1970. “Brasil ame-o ou deixe-o !”, uma clara provocação e arrogância aos movimentos resistentes.

O discurso de Brasil “grande potência” está alicerçado pelos resultados da economia (milagre econômico) sob o comando do poderoso Ministro da Fazenda Delfim Neto, festejando índices de crescimento em torno de 10% no período 1970/1973, desfraldando bandeiras eleitoreiras contidas no primeiro Plano Nacional Desenvolvimentista (I PND).

Em diálogo com Fiori (2003), em linhas gerais o I PND visava duplicar a renda per capita e expandir o PIB (produto interno bruto) do país. Além disso, proporcionou investimentos nas áreas de siderurgia, petroquímica, transporte, construção naval, energia elétrica e mineração.

Nas diversas áreas sociais, o I PND obteve resultados positivos na agricultura, programas de saúde, educação, saneamento básico e incremento à pesquisa técnico-científica.

Ampliou-se o mercado consumidor e da poupança interna com os recursos do PIS (Programa de Integração Social) e do PASEP (Programa de Assistência à Seguridade do Servidor Público).

O I PND foi baseado no binômio político ideológico de segurança e desenvolvimento e representou uma ampla formulação do “modelo de reorganizar o Estado e moldar as instituições”

Muito embora seja muito presente o discurso do crescimento, o governo Médici é contraditório em sua concepção, pois mantém os pilares do regime militar (um regime autoritário, fechado e repressivo) formalmente pró-americano, mas implementando propostas de cunho desenvolvimentista nacionalista.

No plano social, a política do Ministro Delfim Neto resultou numa forte concentração de renda, refletindo negativamente nos projetos sociais do governo em setores como: saúde, educação ampliando o fosso do analfabetismo, na habitação

desvirtuou as possibilidades de construção de moradia popular para privilegiar a classe média.

Nos setores de ponta, o governo investiu pesado em associação com os investimentos de capital privado nacional e principalmente estrangeiro. São complexidades do governo Médici que merecem destaque na análise de Fiori (2003), constatando sua formulação de tripé econômico ancorado em três principais suportes: as empresas estatais, as transnacionais e o capital privado nacional.

O regime militar completara dez anos dando continuidade com o governo do general Ernesto Geisel. Conforme Lima:

sua candidatura pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi promulgada em 1973, sendo Presidente da República em 1974, eleito pela via indireta através de um acordo entre a tendência dos moderados e dos linha dura” (2000, p.36).

O governo Geisel ampliou o projeto desenvolvimentista para todos os segmentos do capital mundial. Não dava somente para contar com as políticas internacionais com os EUA, pois o milagre econômico se esgotava lentamente como modelo a partir da necessidade de importar energia barata, além disso, dependia do afluxo de investimentos de capitais estrangeiros e da utilização de tecnologia importada.

No governo Geisel, a equipe econômica composta por Mário Henrique Simonsen na Fazenda e João Paulo dos Reis Velloso no Planejamento articulam o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) tendo entre suas linhas estruturais o aprofundamento do processo de industrialização em substituição ao modelo de importações.

O II PND mudou a ênfase do desenvolvimento para a indústria de bens de capital, admitindo-se que a continuidade do crescimento exigiria uma reconstrução estrutural. As estatais foram consideradas o agente central destas transformações (indústria, siderurgia, máquinas, equipamentos e fertilizantes).

Segundo Furtado (1981), os objetivos estratégicos do II PND podem ser sintetizados em 2 pontos: ampliar a base do sistema industrial e aumentar o grau de inserção da economia no sistema de divisão internacional do trabalho.

Segundo Lima (2000), o governo atravessou momentos conturbados, como a crise econômica e da energia deflagrada pelos choques petrolíferos entre 1973 e 1979, mas aprovará premissas governamentais consubstanciadas no II PND, como a idealização do ambicioso projeto de construção de Hidrelétricas, Usinas Nucleares, incremento da prospecção de petróleo através de contrato com empresas estrangeiras e a produção do álcool para combustível automobilístico (Projeto Proálcool).

Outro aspecto importante teorizado, planejado e implementado pelo governo Geisel foi intensificar a capacitação tecnológica do país em diversas e importantes áreas, como a nascente informática<sup>6</sup> e a petroquímica, tudo com base no esforço estatal.

O governo Geisel vivenciou ciclos que oscilaram entre momentos de declínio e recuperação lenta e gradual da economia. Deparou-se com a crise interna da dívida, em função da elevação da taxa de juros pelos americanos. Nesse sentido, nossos produtos de importação sofreram com as oscilações no mercado mundial, efetivamente os reflexos em nosso mercado interno logo desnudaram nossas fragilidades econômicas, muito embora, o discurso de Brasil grande-potência buscase nos inserir em outra trajetória. Na verdade, tratava-se de uma potência fragilizada diante de um projeto de desenvolvimento baseado no endividamento externo, tendo como conseqüência o crescimento da dívida externa. O governo Geisel também adotou a política do empréstimo internacional, com a finalidade de reduzir a inflação.

Em complemento a: Lima, Gennari, afirma:

acrescentam-se ao cenário internacional a elevação brutal dos juros da dívida, ampliando-se nos anos 80, algo já em torno de 12,5 bilhões de dólares para um PIB de 133 bilhões de dólares e uma inflação anual de 18,7% (2001, p. 28).

No final do governo Geisel e em função da crise política e econômica, teve início a controvertida abertura lenta, gradual e controlada. Os indicadores sociais negativos, o aprofundamento da má distribuição de renda, a alta das taxas de juros

---

<sup>6</sup> - Discorreremos mais detalhadamente no item 2, deste capítulo.

internacionais, associadas à alta dos preços do petróleo, seriam fatores que levariam o governo Geisel a entregar o mandato a seu sucessor - o general João Baptista Figueiredo - atravessando sinais de crise que colocavam em cheque o projeto de desenvolvimento brasileiro.

O discurso do General João Baptista Figueiredo enfatizou a necessidade de manter o projeto desenvolvimentista, dando continuidade ao processo de abertura lenta e gradual. Havia, de certa forma, mudanças em relação à abertura política, haja vista que os Estados Unidos, principal apoiador e financiador do governo, tecia fortes críticas aos processos de tortura do governo militar. Esse vinha sendo um elemento perturbador às pretensões de um governo que buscava completar um longo ciclo iniciado desde 1964.

O governo do general João Baptista Figueiredo ficou conhecido como o governo que consolidou a abertura política, promovendo anistia aos presos políticos: militantes, artistas e personalidades que haviam deixado o país em função dos métodos violentos do regime militar.

No cenário internacional, estreitou relações diplomáticas com outros setores como a Europa e os Tigres Asiáticos. No plano econômico, as políticas estruturais de retomar as políticas de desenvolvimento não surtiram efeito em função da crise econômica causada pelo segundo choque do petróleo (1979/1983), além das políticas recessivas no contexto internacional a partir das limitações dos investimentos de capitais e o aperto da taxa de juros. Isso obrigou que o governo implementasse políticas de tributação, desagradando a classe média e setores do empresariado.

A crise política econômica se agrava com a efervescência do movimento sindical, surgida com a resistência dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, numa forte greve, reivindicando a inflação confiscada pelo Ministro Delfim Neto.

Agrega-se à crise do governo Figueiredo o crescimento da oposição, ganhando estados importantes da Federação<sup>7</sup> nas eleições estaduais e ampliando seu quantitativo proporcionalmente no Congresso Nacional. Além disso, a crise se amplia para os setores públicos e privados em todos os sentidos. A ampliação da

---

<sup>7</sup> - Lima (2000), destaca os seguintes estados da Federação que tiveram governos eleitos pela oposição: São Paulo; Minas Gerais; Paraná; Espírito Santo; Mato Grosso; Goiás; Pará; Amazonas; Acre; todos governadores eleitos pelo PMBD e, Rio de Janeiro (PDT).

crise unificou os setores oposicionistas construindo-se o movimento pelas *Diretas Já* que propugnava o fim do governo militar e exigia eleições diretas para Presidente.

O Congresso Nacional se debruçou sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de autoria do deputado Dante de Oliveira (PMDB/MT) que propunha a realização de eleições diretas para Presidente da República. No entanto, o referido expediente foi derrotado em votação no Congresso Nacional. Posteriormente, as principais forças políticas, formadas por civis e militares, negociaram nos bastidores o processo eleitoral via Colégio Eleitoral restrito.

Segmentos políticos que discordaram do acordo de bastidores promoveram a cisão nos movimentos de oposição não participando das eleições indiretas no Congresso Nacional, onde duas forças políticas disputavam o poder. De um lado a situação encabeçada por Paulo Maluf e a “oposição”<sup>8</sup> liderada por Tancredo Neves, que terminou como vencedor, vindo a falecer antes de assumir o cargo. Em seu lugar, tomou posse o vice-presidente, José Sarney.

Conforme Lima (2000), a transição política no sistema brasileiro possui características de ambigüidades, em se tratando de como se processa o *modus operandi* entre as principais forças políticas que disputam o poder.

O país foi palco de mais uma fase de transição, desta vez, entre o fim do governo Figueiredo e o início da Nova República, como resultado do processo de eleição indireta no Colégio Eleitoral restrito. Além dos antecedentes acima citados, acrescentamos o fim do bi-partidarismo e a consecução do pluripartidarismo<sup>9</sup>, culminando na ascensão de seis partidos importantes: Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático Social (PDS), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Popular (PP), este último em curtíssimo prazo se diluiu no PMDB.

No quadro político-partidário, três partidos destacaram-se entre os principais partidos de oposição: PDT, PMDB e PT. Este último, surgido no clímax das lutas sindicais do ABC paulista e de significativos quadros da intelectualidade brasileira. Acrescenta-se o retorno à cena partidária, em 1985, dos partidos que reivindicavam

---

<sup>8</sup> - Alguns setores não acompanharam essa empreitada negociada, neste caso, nos referimos ao Partido dos Trabalhadores, a setores do movimento sindical, como a nascente Central Única dos Trabalhadores.

<sup>9</sup> - Em 22 de Novembro de 1979 é aprovada a reforma política que estabelece o pluripartidarismo, com a extinção da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e do MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

teses comunistas: Partido Comunista Brasileiro (PCB), e Partido Comunista do Brasil (PC do B).

A Nova República, conforme afirma Lima (2000), representou um momento de transição democrática, permeada pela crise política e econômica e pelas tensões permanentes entre os interesses dos diversos grupos que compunham a sociedade. Tínhamos um sistema pluripartidário e os movimentos sociais tentavam dar visibilidade à sociedade aos seus projetos políticos, ora reprimidos pelo regime militar.

As tensões políticas tornaram-se permanentes entre os grupos governistas e situacionistas, permeadas pelas oscilações da crise econômica da década de 1980. Tentou-se, sem sucesso, resgatar o discurso do desenvolvimento através das experiências dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, neste caso, todo este legado no ciclo da Nova República produziu o Iº Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (I PND-NR), entre as formulações busca-se retomar o caminho do desenvolvimento do país. Para isso, são apresentados diversos contextos de análise com pesadas críticas aos retrocessos políticos, econômicos e sociais diagnosticados como fatores que dificultaram o crescimento econômico.

Resumidamente, este contexto de críticas deu-se em torno das premissas elaboradas por alguns economistas que passaram a trabalhar na elaboração de diretrizes gerais para uma política industrial. Segundo Patrícia (1985), as sugestões destes economistas encontravam-se no documento da Comissão para o Plano de Governo (COPAG) de janeiro de 1985. Os principais aspectos do documento referem-se ao papel crucial atribuído ao Estado como sinalizador e promotor das transformações necessárias, à definição de empresa privada nacional como objeto de atenção privilegiada, à necessidade de se promover à modernização do sistema produtivo de modo a coaduná-lo com os rumos da revolução tecnológica em escala mundial, à definição da microeletrônica, da química fina, da mecânica de precisão e da biotecnologia como setores estratégicos e à importância atribuída à reserva de mercado para a consecução dos vários objetivos assinalados.

Entre os pontos críticos do chamado atraso-país, as críticas recaíram sobre a Constituição de 1967, considerada incongruente com o “novo” ciclo de desenvolvimento do país. Situacionistas e opositores, respeitando suas diferenças e interesses, convergiram numa única direção em formular uma nova Constituinte.

Desencadeou-se um forte processo de mobilização cívica no país, de participação da sociedade civil<sup>10</sup>, propondo-se mudanças importantes na tentativa de retomar o desenvolvimento do país, com o discurso de tirá-lo da crise provocada pela recessão econômica. Neste momento, encontrava-se sob forte pressão das políticas do Fundo Monetário Internacional, como consequência do padrão de financiamento ao projeto desenvolvimentista como legado do regime militar.

O feito mais importante da Nova República foi a concretização da Constituição de 1988, caracterizada por Ulysses Guimarães como Constituição Cidadã, que efetivou várias proposições dos movimentos sociais, muitas das quais por acordos políticos e unidades de ações. No entanto, houve vários retrocessos promovidos pelo principal agrupamento político chamado de *CENTRÃO*: ampliou para cinco anos o mandato do Presidente da República, José Sarney adaptando as prerrogativas eleitorais para as primeiras eleições diretas para Presidente da República. Como afirma Fiori (2003), depois de um longo ciclo e de crises dos governos militares.

A necessidade de uma política econômica ajustada à política industrial pressupunha a renegociação dos termos de financiamento da dívida externa, a implementação de uma política monetária e fiscal não contracionista, uma reforma do setor público e do setor financeiro privado e a descompressão da massa salarial.

Mas, apesar deste discurso estar apoiado por parcelas importantes do empresariado nacional, a primeira formulação de uma política industrial da “Nova República” não chegou a ser concretizada. Os motivos apontados seriam as contradições internas do projeto modernizante, decorrentes das dificuldades de conciliar o objetivo de fomentar o desenvolvimento de setores estratégicos como o de modernizar o sistema produtivo em geral, o “endurecimento” da comunidade financeira internacional em relação à dívida externa, às pressões dos Estados Unidos contra a reserva de mercado de informática e, principalmente, ao fracasso do Plano Cruzado.

Em junho de 1987 o governo anunciou a “Nova Política Industrial” que se contrastava com a política anterior. Nesta, acentuava-se a necessidade de se ampliar o grau de abertura da economia, de se eliminar os entraves burocráticos à atividade empresarial e do tratamento mais liberal ao capital estrangeiro.

---

<sup>10</sup> - Sobre esse tema discorreremos mais pormenorizadamente no segundo capítulo.

A abertura ao capital estrangeiro vai a cada passo regendo as relações estruturantes. Consta-se que o clima de “euforia desenvolvimentista” que marcou os PNDs, teve seu modelo totalmente esgotado resultado da crise econômica internacional, mesmo que este modelo tenha por vários ciclos refletido o antagonismo entre o crescimento nos moldes teóricos do bem estar social e ao mesmo tempo o declínio social como bem assim denominou Silva Jr (2002) em função de um modelo que não promove o rompimento com a reestruturação do capital.

## **2.2 PREÂMBULO SOBRE A SOCIAL-DEMOCRACIA**

Quando nos propusemos sintetizar nesta pesquisa extratos sobre o desenvolvimentismo brasileiro, não perdeu-se de vista que o centro dos debates gira em torno das disputas de dois projetos: um projeto teorizado na formação do Estado nacional, autônomo, outro projeto justificado de modo dependente das grandes potências intitulado de Estado internacionalizado.

O desenvolvimento brasileiro teorizado nos governos militares e no primeiro governo civil do presidente José Sarney, independentemente de indivíduos ou grupos políticos que dominavam o aparelho de Estado, deve ser analisado em relação à política econômica e social como reflexo “*dos cenários de contradições no eixo Europa e EUA*” (Sguissardi, 2001, p.18). Nesta conjuntura pode-se recortar e inferir o período entre e pós-Segunda Guerra Mundial. Este último, potencializou palavras de ordem em sintonia com o binômio: “desenvolvimento e progresso”.

Na Europa, tivemos esse soerguimento causado pela devastação da guerra. O chamado pós-guerra acenava a bandeira de paz e a sua reconstrução a partir do Plano Marshall (1947) referenciado nas teses keynesianas enquanto modelo de uma “nova” sociedade.

O referencial keynesiano remonta à figura do Estado de Bem-Estar Social. Conforme Gennari (2001), é uma resposta eminentemente capitalista ao fantasma do socialismo no Leste Europeu. O núcleo do Welfare State sempre esteve permeado por posicionamento conservador diante das propostas socialistas testadas na prática desde o início do século XX. Não é desmerecedor que no senso comum o

keynesianismo seja visto como uma doutrina que buscou nos princípios do socialismo utópico desenvolver e se fortalecer como tentativa de tornar o capitalismo mais humanizado.

O modelo de Bem-Estar Social pautou-se pela ampliação do Estado na perspectiva de participação de setores da sociedade. Comumente, essa assertiva tem a prerrogativa de situar os aspectos de participação pela figura política de universalizar a cidadania. Neste sentido, a afirmação enquanto concepção de sociedade na busca de conquista de cidadania em oposição às teses liberais tinha no seu arcabouço a visibilidade de ampliar as políticas públicas a partir da participação (alguns denominam de intervenção) do Estado em estreita colaboração com os segmentos representativos dos cidadãos. Portanto, esse é mais um rótulo que é creditado no legado histórico do Welfare State de ser um Estado de colaboração de classes<sup>11</sup>.

O Welfare State se notabilizou no aspecto de conquista da cidadania pelas políticas sociais em compasso político e econômico com a sociedade para garantir direitos sociais. Sendo assim, há referenciais históricos ancorados nos resultados a partir da Europa de que este ciclo foi relevante no que diz respeito às políticas sociais em relação à saúde, educação, pleno emprego, habitação, cultura, lazer, tecnologia, agricultura, previdência, ou seja, foram políticas de abrangência controversas, mas “significativas” em todos os cantos onde as teses do Welfare State se fizeram presentes como centros irradiadores e seus sujeitos sociais que seguiram a cartilha keynesiana.

Há autores, como Offe, que afirmam que o Welfare State traduz-se em:

Mecanismo econômico, social e político do capitalismo avançado, o qual não alterou substancialmente a coexistência de pobreza e afluência e, muito menos, resolveu a contradição básica de toda sociedade capitalista: lógica da produção industrial por lucro e lógica das necessidades humanas, que tem sido apenas suavizada e modificada em poucos setores (1972, p.21).

---

<sup>11</sup> - João dos Reis Silva Jr (2002), discorre sobre o tema: O Estado de Bem-Estar Social, cidadania e educação denomina a perspectiva da representação e participação concebida pelo keynesianismo na perspectiva de colaboração de classes, ou seja, para o autor seria a instrumentalização posteriormente para a chamada social democracia.

O'Connor, por conseguinte, também não se diferencia de Offe, vejamos:

O Estado capitalista é obrigado a desempenhar duas funções básicas e muitas vezes, contraditórias: acumulação e legitimação, de modo que se faça possível uma lucratividade acumulativa de capital. Ao se desenvolver no processo de acumulação tem que fazê-lo mistificando sua política. Daí as despesas estatais apresentarem caráter duplo correspondente às duas funções que exercem: capital social e despesas sociais (1984, p.21).

Enfatiza O'Connor (1984) que o Welfare State não deixou de seguir as premissas centrais que compõem a espinha dorsal da estrutura do Estado Capitalista.

O Welfare State é identificado por Silva (2003) como corrente fundamental, ancorada nas premissas do funcionalismo durkheimiano. Neste sentido, a teoria da modernização fundamenta sua perspectiva capitalista. Como premissa geral, o progresso vai conduzir ao surgimento e desenvolvimento da sociedade, acrescentando-se às perspectivas de modernização, industrialização e urbanização.

Já Behring (2003), quando associa a figura do Estado e relaciona-o com os direitos sociais conquistados com luta, organização e participação pelos movimentos sociais, destaca duas questões fundamentais. Em primeiro lugar, mesmo a autora, divergindo do núcleo central das teses do Estado de Bem-Estar Social, reconhece que neste ciclo se obteve a ampliação das políticas públicas e concomitantemente os chamados direitos dos cidadãos, fruto do engajamento permanente dos movimentos sociais. Em segundo lugar, a inserção do país no processo neoliberal, em que a autora considera que este promoverá a desestruturação do "Estado estatal" e conseqüentemente a perda de direitos.

Sendo assim, observa-se nos anos 80 o descompasso produzido pelas dicotomias na formação de nosso Estado nacional, desnudando as fragilidades de um modelo cultivado a partir do Welfare State como uma forte proposição de conquista de uma nação-potência, uma sociedade livre e autônoma, mesmo que estes pressupostos até os dias de hoje inspirem o nacional-desenvolvimentismo. O preâmbulo Social-Democrata dialogado nestes estratos, além dos fatos que se seguem derrubam as nossas ilusões perdidas.

### 2.3. PROCESSOS E CONTRADIÇÕES DOS ANOS 90

A Constituição Cidadã de 1988 ao embutir vários capítulos, artigos, incisos e parágrafos “metamorfoseados” em direitos e conquistas sociais, inspirou-se nas teses da Social-Democracia. O tom desenvolvimentista, prometendo o “novo” eldorado de “Brasil grande potência”, como afirma Rezende (2004), ancorado nas águas turvas da reforma gerencial do Estado se fez e se faz presente.

O governo do presidente Sarney foi marcado, sobretudo, por duas grandes tarefas que se impunham ao país: reconstruir a democracia e enfrentar a crise inflacionária. Assim, em 1º de fevereiro de 1987, como uma jogada de mestre, instalava-se a Assembléia Nacional Constituinte, iniciando suas atividades sob a liderança do deputado Ulisses Guimarães.

A nova Constituição foi promulgada em 5 de Outubro de 1988, “considerada” a mais democrática da história brasileira. Estabeleceu eleições diretas em dois turnos para presidente, governadores e prefeitos, adotou o presidencialismo como forma de governo, afirmou a independência dos três poderes, restringiu a atuação das forças armadas, estendeu o voto aos analfabetos e maiores de 16 anos, universalizou o direito de greve, entre diversas outras garantias civis, sociais e trabalhistas. Contudo, deixou algumas lacunas, por exemplo, no que se refere à reforma agrária e à política industrial.

No plano econômico, o governo Sarney anunciou, em 1º de março de 1986, uma ampla reforma monetária que ficou conhecida como Plano Cruzado, em referência à nova moeda implantada. Comandado pelo Ministro da Fazenda Dílson Funaro, considerado heterodoxo por diferir dos planos recomendados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), tinha como medidas de estabilização econômica o congelamento de preços e salários, o abono de 8% para todos os trabalhadores, o “gatilho” salarial a cada vez que a inflação ultrapassasse 20%, e o incentivo à produção em detrimento da especulação financeira. A moeda “valorizada” tinha previsibilidade de funcionar como um instrumento de distribuição de renda, aumentando o poder de compra dos salários.

As políticas planejadas na consecução do Plano Cruzado resultaram na geração de uma economia com preços congelados por tempo excessivo, provocando desabastecimento geral e desequilíbrio de produção, que levaram ao abandono do plano e a um novo surto inflacionário em 1987.

Outro aspecto diz respeito aos efeitos da crise que atingiu amplamente a América Latina na década de 1980, quando o aumento da taxa de juros americana e a recessão mundial atingiram as exportações brasileiras. Além disso, a diminuição dos investimentos públicos, traduzidos em cortes orçamentários e retração da iniciativa privada, dadas às altas taxas de juros reduziu significativamente a capacidade de consumo.

Neste caso, a recém reconfigurada política industrial ficou acomodada em setores importantes, entre eles, a Ciência e Tecnologia afetada diretamente pelo cortes orçamentários.

No governo Sarney, protagonizou-se um dos fatos de maior repercussão para as pretensões do desenvolvimento tecnológico – o debate e concomitantemente a aprovação da Lei de Informática, tema que trataremos mais adiante.

As reformas estruturais ocorridas no Brasil concentraram-se basicamente em temas centrais: economia, agricultura, política e administração pública. A similaridade de todas as reformas fica por conta da busca permanente de modernização do Estado, seja por razões domésticas, seja por imposição de mudanças na conjuntura internacional, como ocorreu no período pós-globalização (1989), considerado o modelo monetarista cujas características principais são: livre mercado, juros elevados, crise, superavit primário, inflação e concorrência externa as empresas nacionais diminuindo a capacidade de produção e expansão do Estado. Estes fatores podem ser corroborados nas políticas implementadas nos governos de Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva.

## **2.4 O GOVERNO FERNANDO COLLOR DE MELLO**

A posse de Fernando Collor de Mello como presidente, em 15 de março de 1990, representou um ponto de mutação. O presidente introduziu um vigoroso programa de reformas estruturais, fazendo das políticas econômicas neoliberais de centro-direita as armas para combater a crise causada pelas instituições políticas e econômicas herdadas da era Vargas. Após uma agressiva campanha, prometeu criar uma nova ordem política e econômica para o Brasil. Seu primeiro ato foi implantar um liberalismo de orientação mercadológica, politicamente temperado por

preceitos sociais-democratas, em que pese a contradição entre o discurso de posse lançando o liberalismo social, e o elevado intervencionismo econômico contido no subsequente Plano Collor.

A partir da presidência de Fernando Collor, desencadearam-se as primeiras medidas para reduzir o Estado e realizar a ruptura com o passado intervencionista, típico do modelo da industrialização substitutiva de importações e do desenvolvimentismo dos governos militares de 1964 a 1985.

O principal contraste entre Collor e seus antecessores era sua determinação de levar à frente a privatização das empresas estatais e de atacar a inflação em sua raiz. Collor assumiu o poder com um plano radical e vigoroso (Medida Provisória 155, de 15 de março de 1990) visando combater o legado de desordem econômica deixado pela administração Sarney. Ressalta-se que nesta Medida Provisória (MP) os cortes de incentivos fiscais e subsídios foram atenuantes para a Ciência e Tecnologia.

O presidente Collor deparou-se com taxas de inflação de mais de 70% ao mês, exportações em franco declínio, uma enorme desvalorização cambial, um déficit público insustentável, baixos níveis de investimento e uma burocracia ineficiente e superdimensionada. Medidas corretivas urgentes eram necessárias, e Collor então implementou um plano mais “ousado” que qualquer outro já tentado.

A maior parte dos depósitos bancários foi congelada, assim como salários e preços, o que causou efeitos imediatos e adversos na atividade econômica. Tais restrições econômicas foram logo suspensas, e as reformas adicionais foram desaceleradas. Em consequência, as restrições de preço também foram eliminadas e como consequência tivemos a volta da inflação.

A administração Collor respondeu com o Plano Collor II, uma desesperada tentativa de retomar o controle da inflação desenfreada. Sua contribuição primária foi reconhecer que, se uma política fiscal sufocante fosse sustentada, os preços dos bens públicos, mantidos constantes até então, teriam de ser elevados.

A abertura do mercado brasileiro ao capital estrangeiro, no caso da indústria de informática, coincide com os momentos mais críticos para o setor, resultando no sepultamento definitivo da reserva de mercado e concomitantemente retrocessos na Lei de Informática<sup>12</sup>. As mudanças ocorridas na Lei, a pedido de Collor, privilegiaram

---

<sup>12</sup> -Comentaremos em item específico que versará sobre a política tecnológica brasileira.

os interesses das multinacionais e dos velhos grupos conservadores que, desde o governo Figueiredo, buscavam ofuscar o setor de informática. Assim, reportamos-nos aos grupos de comunicações, às representações do comércio, indústria e dos bancos (Confederação Nacional da Indústria - CNI, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP e Federação Brasileira dos Bancos - FEBRABAN).

Nos meses que se seguiram ao *impeachment* de Collor, a economia continuou extremamente turbulenta. Seu sucessor, Itamar Franco, teve quatro Ministros da Fazenda no período de oito meses, até que finalmente indicou para o cargo Fernando Henrique Cardoso (junho de 1993). Este, criador do Plano Real, que oficialmente entrou em vigor em 01 de julho de 1994.

## **2.5 O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

Embora algumas medidas tenham sido introduzidas gradativamente depois da posse de Fernando Henrique Cardoso como ministro, o Plano Real refletiu contraditoriamente nas mudanças do País, tanto politicamente quanto economicamente.

Em parte como conseqüência de seu “sucesso” como ministro da Fazenda e como “pai” do Plano Real, FHC venceu a eleição presidencial de forma esmagadora. Seu partido, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), formou uma aliança pragmática com o Partido da Frente Liberal (PFL), a fim de granjear suporte para as eleições.

Em sua posse, 01 de janeiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso prometeu continuar a luta contra a inflação e sustentar o Plano Real como seu principal objetivo político. O governo FHC implementou um pacote de reformas que abarcavam o pragmatismo que o havia levado ao poder. Essas medidas eram necessárias para se fazer frente às características estruturais deixadas pela crise econômica no Brasil. De forma ainda mais significativa, FHC prometeu reformar o Estado Brasileiro e readquirir a capacidade de governar eficientemente o País.

Como uma de suas principais metas, o presidente queria garantir a aprovação de determinadas emendas constitucionais que não puderam ser aprovadas durante o processo de revisão constitucional de 1993, no mandato tampão de Itamar Franco. No entanto, tais emendas não vingaram, exceto no que concerne a dois pontos

importantes: redução do mandato presidencial de cinco para quatro anos e a introdução do Fundo Social de Emergência – FSE nas disposições transitórias.

Imediatamente após a sua posse, FHC começou a se concentrar em uma pauta de reformas econômicas. Essas reformas visavam estabelecer uma economia de mercado aberto que garantisse estabilidade econômica e de preços, dado o temor de retorno da hiperinflação. Um significativo fator na vitória eleitoral de FHC foi a imposição de seu “programa de estabilização” econômica (o Plano Real) de reduzir drasticamente a inflação, elegendo o congelamento dos salários dos servidores públicos como forma de controlar os gastos públicos.

Reformas adicionais do Estado eram necessárias para garantir que o programa antiinflacionário continuasse a ter sucesso. Conseqüentemente, o índice mensal de preços ao consumidor (IPC) caiu de 42,2% em janeiro de 1994, para 3,3% em agosto de 1994, chegando, em fevereiro de 1996, a meros 0,4%. Já em 1995, primeiro ano do primeiro mandato, o governo desacelerou o processo inflacionário com as taxas consideradas as menores em vinte e três anos. Apesar disso, o verdadeiro êxito do plano de estabilização teve por base a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) implantada em 2000, delimitando a folha de pagamento do funcionalismo em 60% da arrecadação, além do endividamento dos estados e municípios.

As reformas econômicas avançaram de modo constante por todo o ano de 1995. Apesar da plataforma anti-reformista da oposição, o governo conseguiu levar adiante um bom número de emendas constitucionais e basicamente alcançou os objetivos, inicialmente propostos de revisão, tentado sem êxito dois anos antes. O resultado dessa engenharia se deveu à efetiva coalizão construída entre os aliados políticos de FHC. A dinâmica política estabelecida no congresso foi autoritária, nenhuma força política no congresso conseguiu opor-se eficientemente ao bloco de votação do governo, composto por mais de 370 deputados e 60 senadores. Contudo, a falta de coesão e disciplina, endêmica na política brasileira, levou à constante necessidade de se garantir que os aliados governamentais de fato votariam a favor das propostas governamentais.

Desta forma o governo Fernando Henrique Cardoso conseguiu alterar a ordem econômica, pela quebra dos monopólios estatais dos setores de energia, telecomunicações, petróleo, navegação de cabotagem e do gás canalizado. As reformas parciais da previdência e da administração pública completaram o quadro

de mudanças constitucionais visando à modernização do Estado, via fortalecimento da economia de mercado em detrimento do Estado empresário.

A nova política industrial enfatizava o aumento da taxa de crescimento da produtividade para o alcance dos objetivos estratégicos de aumento do salário real e retomada do crescimento sustentado.

Este novo estilo de política industrial voltava-se para o estímulo à competição e à busca da competitividade como objetivo empresarial básico. Os objetivos eram distintos, mas complementares: a política de competição seria viabilizada por meio da liberalização comercial e a política de competitividade pela revisão dos sistemas de incentivos à capacitação tecnológica e investimentos na promoção de indústrias de alta tecnologia.

O governo de Fernando Henrique Cardoso implementou uma forte política de contra-reforma do Estado (Nogueira: 2005), na esteira de projetos neoliberais engavetados no governo Collor. Neste sentido, mais uma vez as políticas públicas estariam à prova da marca capitalista carimbada por um Partido “Progressista”, que um dia vendeu a ilusão da necessidade de profundas transformações na sociedade.

## **2.6 O GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

As eleições gerais de 2002 se realizaram entre os dois principais candidatos: Luiz Inácio Lula da Silva, defendendo uma proposta de governo democrático popular e José Serra, defendendo o projeto neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. O resultado foi à vitória de Lula<sup>13</sup> e este processo possibilitou a chegada ao poder no Aparelho de Estado dos dois principais partidos de esquerda (PT e PC do B) em companhia do Partido Liberal, tendo como vice-presidente José de Alencar, megaempresário da indústria têxtil.

---

<sup>13</sup> - Esse é um panorama geral do governo Lula, permeado pelas contradições de um partido que nasceu no centro do debate operário, chegou ao poder central reconfigurando sua bandeira principal em defesa do socialismo para trilhar pela busca do nacional desenvolvimentismo. Aliás, Lula em seus discursos se comparou a Vargas, Jango e JK. No entanto, o aprisionamento político que marca o núcleo central do capitalismo freia qualquer possibilidade que esta nova roupagem do governo Lula possa caminhar em passos acelerados para que os brasileiros desfrutem de uma verdadeira nação soberana, autônoma com desenvolvimento e crescimento sustentável.

Nessas eleições, as “esquerdas” cresceram em todos os níveis, destacando partidos como o PT e PC do B, que adquiriram densidade inquestionável. No caso do PT, não só elegeu o Presidente da República como também converteu-se na maior bancada da Câmara Federal.

O resultado eleitoral de 53 milhões de votos creditados à coalizão Lula/Alencar (PT-PL-PC do B) representou, no país, a expectativa de que se colocaria em curso um processo de superações e rupturas, impelido por um projeto vigoroso o suficiente para imprimir outro padrão de governo, e de reforma ao Estado e à sociedade brasileira.

A gestão LULA pautou-se por uma proposta conservadora<sup>14</sup>. Alguns aspectos do governo são similares do governo FHC, pois, optou-se por manter um modelo de política econômica e fiscal não diferente do governo que o antecedeu, tanto assim, que o ex-ministro Antonio Pallocci assumiu publicamente as similitudes. Outro exemplo mais contundente desta assertiva foi a cooptação de Henrique Meirelles, deputado federal eleito pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de Goiás em 2002, escolhido para a direção do Banco Central do Brasil. Vale ressaltar que este fato, além da reforma parcial da previdência, culminou na expulsão de setores descontentes no Partido dos Trabalhadores.

Apesar das duras críticas, tanto de setores oposicionistas e dos próprios setores de apoio ao governo LULA, o fato é que o mesmo caracterizou-se pela baixa inflação, taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em três anos (2003/2005) de 2,9% em média, redução do desemprego e constantes recordes da balança comercial. Como contraponto, reduziu drasticamente os investimentos públicos no intuito de gerar recursos para o pagamento de juros da dívida interna.

A atual gestão promoveu o incentivo às exportações, a diversificação dos investimentos feitos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), estimulou o micro-crédito e ampliou os investimentos na agricultura familiar através do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF).

Os maiores exemplos da recuperação econômica do país e da recuperação do poder de compra do brasileiro sob a gestão do presidente Lula são o recorde de

---

<sup>14</sup> - Segmentos da sociedade dos mais diversos matizes criticam a gestão Lula, esse aspecto pode ser verificado desde críticas da Central Única dos Trabalhadores e Movimentos de Trabalhadores Sem Terra, até representantes do terceiro setor (ABONG), entidades patronais como: FIESP, e, setores da Igreja como a CNBB (Confederação nacional dos Bispos do Brasil) e setores que militam na educação, representados pela Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES).

produção da indústria automobilística, em 2005, e o maior crescimento real do salário mínimo.

Conforme dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômico (DIEESE), enquanto a renda média do brasileiro atingiu o valor histórico de R\$ 995,40, o nível de desemprego registrou a maior queda em 11 anos, chegando ao índice de 8,3% em dezembro de 2005.

Durante esta gestão, a liquidação do pagamento das dívidas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) foram antecipadas, fato criticado por economistas e sindicalistas da Central Única dos Trabalhadores (CUT) por se tratar da dívida com juros baixos. Críticos apontam também que a condução da política de juros – os maiores do mundo – pelo governo é desastrosa. O dinheiro que deveria ser investido em obras públicas de grande impacto econômico é totalmente drenado ao setor financeiro.

Estes mesmos atores críticos afirmam ainda que os números “positivos” apesar de modestos são apenas conseqüências da bonança financeira internacional, que pode mudar a qualquer momento, e que o país não dispõe de um plano de desenvolvimento claro.

A principal diferença entre a política econômica do governo Lula e a do governo anterior é o fim de um severo ciclo de privatizações que levou o Estado a, por exemplo, vender a Companhia Vale do Rio Doce por cerca de 3 bilhões de reais e hoje esta mesma companhia auferir lucro anual de R\$ 10,4 bilhões de reais.

Em relação às reformas, a plataforma de campanha eleitoral de Lula que tinha como setores-chaves: previdência, trabalhista e tributária o resultado se deu nas seguintes variáveis: a reforma da previdência se deu de forma “parcial”, ainda que sob muitos protestos dos movimentos sociais, principalmente da categoria previdenciária, inclusive, este episódio corroborou com a expulsão de parlamentares caracterizados de radicais das fileiras do PT. Em relação à reforma tributária e trabalhista ficou tão somente no papel.

O Programa Fome Zero, principal plataforma eleitoral do governo Lula, pregando a eliminação da fome no Brasil e a redução da pobreza, teve eficácia baixa. Isso não impediu que mesmo, depois das eleições continuasse sendo, por algum tempo, o principal alvo da propaganda do governo. Alguns setores da sociedade capitaneados pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)

caracterizam que os programas de redução da pobreza foram limitados a meros programas assistencialistas.

Um relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), de novembro de 2005, afirma que o governo do presidente Lula estaria fazendo do Brasil um país menos desigual. Com base no PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), a Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgou estudo mostrando que a taxa de miséria de 2004 teria caído em 8%, se comparada a 2003, ano em que Lula tomou posse.

Seu principal programa social, o Bolsa Família, que tem por objetivo atender, no ano de 2006, a 11,2 milhões de famílias. É considerado pelo governo como o maior programa de transferência de renda do mundo, contando com recursos da ordem de R\$ 6,5 bilhões em 2005. O programa, no entanto, recebeu muitas críticas de diversos setores da sociedade, destacando-se entre estes setores críticos ao Bolsa Família a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

A grande novidade do programa Bolsa Família foi a implantação, em 2005, da chamada contra-partida, onde os beneficiários do programa se comprometem a cumprir o programa de vacinação e manter os filhos na escola.

No campo da educação, o governo Lula comemora “avanços”, apresentando acréscimos nos níveis de escolarização em todas as faixas etárias. A parcela da população que não freqüentava a escola foi reduzida de 29% para 18% em apenas 36 meses, considerando o grupo de 5 a 17 anos de idade. No nível básico, o percentual de crianças fora da escola chegou, em 2005, ao índice de 2.8%. Com a possibilidade de criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério. (FUNDEF), o governo Lula divulga seus objetivos em atender 47 milhões de estudantes com investimentos anuais de até R\$ 4.3 bilhões<sup>15</sup>.

Na área do ensino superior, o PROUNI (Programa Universidade Para Todos) caracteriza-se como um programa de bolsas de estudos da educação brasileira, com o discurso de “acesso de milhares de jovens” ao ensino superior e estimulando o processo de inclusão social. Em 2005, o PROUNI ofereceu 112 mil bolsas de estudo

---

<sup>15</sup> - fonte: <http://mecsrv04.mec.gov.br/sef/fundef/Legisla.shtm>, acessado em 02 de dezembro de 2006.

em 1.412 instituições em todo o país. O governo também investiu na criação de nove novas universidades públicas federais gratuitas, interiorizando o acesso à educação superior gratuita. Atualmente, as universidades federais oferecem 122 mil vagas gratuitas. Contudo, o programa macro de educação do governo LULA é criticado por professores, estudantes e estudiosos de instituições de ensino federal, pois alguns críticos consideram os resultados “pífios”, afirmando que estes mantêm o processo de sucateamento por falta de rapasse de recursos federais.

O combate à escravidão e ao trabalho degradante foi outro ponto que teve destaque no governo do presidente Lula. Conforme dados do Ministério do Trabalho (MTb) na primeira metade do governo foram libertados, nas ações dos fiscais do trabalho, cerca de 12.400 trabalhadores em regime de escravidão ou trabalho degradante.

No plano internacional, o governo tem se destacado pela liderança que exerce no grupo de países emergentes frente aos mais ricos. Uma das reivindicações desse grupo de países é a queda das barreiras alfandegárias e dos subsídios agrícolas, que vem sendo discutida na Organização Mundial do Comércio (OMC). Uma das prioridades do governo é a integração da América do Sul através da expansão do Mercosul e a abertura de novas rotas comerciais com países com os quais o Brasil pouco se relacionava, em especial os países árabes e africanos. Igualmente, a política externa do governo busca estimular a reforma da Organização das Nações Unidas (ONU), pleiteando, nesse contexto, um assento permanente no Conselho de Segurança.

A atual política externa procura igualmente dar ênfase a temas sociais, em particular à luta contra a fome e a pobreza no âmbito global. Além disso, tem buscado intensificar as discussões acerca do financiamento ao desenvolvimento, estimulando o surgimento de mecanismos financeiros. Nesse contexto, tem ganhado importância a discussão acerca dos crescentes fluxos de remessas de recursos dos migrantes que vivem em países desenvolvidos para seus países de origem. Essa fonte de divisas joga papel fundamental no desempenho econômico de muitos países em desenvolvimento.

As tentativas relativas ao fortalecimento do Mercosul também não obtiveram um sucesso completo, como a imposição da Argentina de diversas barreiras comerciais relativas à entrada de produtos brasileiros no país (no episódio que ficou conhecido como Guerra das Geladeiras).

A retomada das discussões da política industrial, articulando os principais setores de ponta do país, também tem sido preocupação constante do governo. Essa articulação passa pela reestruturação gradativa, injetando recursos financeiros no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).<sup>16</sup> Revigoram-se as bases tecnológicas através das agências de fomento do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), em apoio ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e as empresas de base tecnológica.

O FNDCT liberou para projetos de Ciência e Tecnologia, em 2002, cerca de 330 milhões, em 2005, R\$ 800 milhões e, em 2006, a previsão é de contar com mais de R\$ 1,2 bilhões.<sup>17</sup>

Destaca-se, nesta retomada desenvolvimentista sobre a Ciência e Tecnologia no país, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), priorizando setores onde o país perdera competitividade tecnológica, tais como a microeletrônica, software e biotecnologia.

A Lei de Inovação Tecnológica<sup>18</sup> possui, dentre seus marcos legais, a criação de novos instrumentos para ampliar a cooperação entre universidades e institutos tecnológicos com as empresas, além de incentivar atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em empreendimentos privados. O governo, através de incentivos fiscais, dos créditos com juros baixos (até 6% ao ano), espera possibilitar e ao mesmo tempo sensibilizar as empresas privadas a contratar mestres e doutores. Deste conjunto de medidas, fazem parte a Lei de Biossegurança<sup>19</sup>, a nova Lei de Informática<sup>20</sup>.

Os possíveis avanços do atual governo ainda são tímidos para a Ciência e Tecnologia. Em novembro de 2005, realizou-se a 3ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia<sup>21</sup>, na capital federal e representou, ao mesmo tempo, um desdobramento dos avanços no debate e nas ações no campo das políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação.

---

<sup>16</sup> - O FNDCT faz parte da proposição desenvolvimentista instituído em 1970, este fundo durante duas décadas teve um papel fundamental na montagem da infra-estrutura de Ciência e Tecnologia do país.

<sup>17</sup> - Disponível em <http://www.mct.gov.br>.

<sup>18</sup> - Lei nº 10.973 sancionada pelo Presidente da República em 02 de dezembro de 2004.

<sup>19</sup> - Lei nº 11.105/2005

<sup>20</sup> - Lei. nº 11.077/2004

<sup>21</sup> - As resoluções da referida conferência encontram-se disponível em: <http://www.cgee.org.br/sobre/cncti.php>

O evento reuniu mais de duas mil pessoas de diversas áreas do conhecimento e teve como eixos de discussão temas como: Ciência, Tecnologia, Inovação e Geração de Riqueza, Inclusão Social, além de áreas de interesse nacional, como a Amazônia.

Como se pode observar, a Ciência e Tecnologia como perspectiva de ser referenciada na utopia desenvolvimentista brasileira tem ficado no plano secundário, tanto é verdade que o Ministério da Ciência e Tecnologia foi criado no Governo do Presidente Sarney, passou por mutações nos governos Collor e FHC retomando sua institucionalidade novamente de ministério no governo LULA.

Não há como desvincular qualquer projeto desenvolvimentista sem uma efetiva política industrial e suas ramificações na Ciência e Tecnologia ou políticas setoriais como a necessidade de termos uma indústria nacional de informática. Nossas análises com base na literatura pesquisada nos apontam para um *gap* industrial e conseqüentemente *gap* tecnológico.

Poderemos sem qualquer dúvida afirmar que um dos fatores fundamentais para este fator de “atraso” desenvolvimentista nos aspectos políticos, econômicos e sociais indicar a falta de planejamento e prioridade em investimento na educação de base. Este se consubstancia num aspecto importante na formação do Estado brasileiro em função das nossas opções ideológicas.

## **2.7 NOS LIMITES DO ESTADO NACIONAL**

Diante deste cenário, em que analisamos e cotejamos os respectivos aspectos políticos, econômicos e sociais, ao contrário do que alguns autores afirmam, a reforma do Estado não tem como foco o seu enfraquecimento, mas implementar políticas de fortalecimento seletivo (Bobbio, 2004). As mudanças, por sua vez, são desafios de longa duração concebidos para melhorar a capacidade do Estado de promover a democracia, o desenvolvimento econômico, à justiça social e a redução da pobreza de acordo com a concepção de projeto vigente.

Examinando diferentes situações, não se pode apontar a culpa pelos fracassos ou sucessos das reformas numa só direção. Na América Latina que serviu e continua servindo de parâmetros para os todos os países, inclusive no Brasil não se tem boas notícias de êxito, destaca-se o caso chileno, bem como o fracasso do

modelo argentino, todos consubstanciados no “receituário” do chamado Consenso de Washington.

Quanto ao papel do Estado, a situação não é diferente. Há um consenso cada vez mais forte em torno de algumas atribuições monopolistas a serem desempenhadas pelo Estado nacional, independentemente da matriz ideológico-partidária de um governo transitório.

Hoje, tanto os governos liberais como os sociais-democratas reconhecem e se adaptaram perfeitamente à importância do mercado, até mesmo para a realização de suas metas sociais e de redistribuição de renda.

Por outro lado, as reformas estruturais vêm acontecendo em países de regimes políticos e culturas políticas tão diferentes como China e Brasil, por exemplo. O primeiro, praticando o fechamento político simultaneamente com a abertura econômica, e o segundo implementando as mudanças ao sabor das pressões típicas da “democracia” e dos interesses político-partidários, dificultadas pela prática de um presidencialismo de coalizão.

A tendência política em relação ao papel do Estado seria de acompanhar o movimento pendular de retorno ao Estado necessário? Longe, tanto do que se convencionou na ciência política de coletivismo soviético, como do fundamentalismo de mercado, essa busca da racionalidade quanto à adequada dimensão do Estado tenta encontrar nas políticas públicas pragmáticas uma âncora segura para o desempenho eficiente de sua tarefa precípua, e razão de sua existência, que é a promoção do bem comum.

O retorno pendular parece cada vez mais evidente para contrabalançar os exageros, às vezes indiscriminado na adoção de modelos de reforma que muitas vezes não levam em conta os aspectos culturais, históricos e políticos de diferentes polis. A adoção precoce de determinadas fórmulas administrativas para o setor público ou para a economia tem sido um mal a trabalhar contra o próprio modelo, muitas vezes positivo em si mesmos, quando adotados no tempo certo.

Pelo que se avizinha politicamente para esta década, é de se supor uma ‘meia-volta’ no sentido da retomada do papel do Estado e do seu fortalecimento, naquelas atribuições que sempre foram suas funções clássicas. Behring (2003), afirma que a idéia do estado mínimo está em declínio, embora isto não signifique o retorno do estado máximo.

Acrescenta Behring “novamente a discussão em torno do papel e do tamanho do Estado deve obedecer a rigorosos dogmas ou ideologias políticas (2003, 25).” Desta vez, fala-se no social liberalismo (Terceira Via) girando ao redor de questões mais pragmáticas, voltadas para o desenho de um arcabouço institucional e para o estabelecimento do Estado Democrático de Direito; a promoção da justiça social; a estabilidade macro-econômica e o desenvolvimento.

Cada vez mais prevalece, portanto, a necessidade de implementação de políticas públicas baseadas no fortalecimento da sociedade civil e suas representações, independente do pragmatismo destilado pela propaganda do capital, mesmo que se possa reconhecer que complexo é esquivar-se do debate ideológico e das tentações dogmáticas. Ao menos nestes tempos de crise das ideologias.

Este debate está inconcluso em torno de reforma e contra-reforma do Estado nacional (Behring, 2003). Assim também se posicionam os diversos autores aqui pesquisados tendo como pêndulo teórico a perspectiva das políticas públicas ancoradas nestas concepções: Estado máximo versus Estado mínimo. Os mesmos afirmam que não se confirmou o rompimento dos limites impostos pelo sistema capitalista baseado no mercado, na acumulação de riquezas coadjuvados pela miséria, pobreza, analfabetismo, etc..

Tanto assim, que nos marcos do capitalismo, mesmo nos áureos tempos do Welfare State não se conseguiu apontar “rupturas” que possam significar a verdadeira liberdade de cidadãos para uma sociedade mais justa, igualitária e autônoma, como o mestre Paulo Freire deixou em seu legado.

## **2.8. DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO**

O desenvolvimento tecnológico brasileiro também se pautou nos principais Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) consistindo num ambicioso programa de industrialização baseado nas potencialidades de setores estratégicos, estes, inteiramente justificados através de pesquisas científicas financiadas pelo aparelho de Estado. Como fruto dos I e II PNDs destaca-se a constituição do Conselho Nacional de Pesquisa (CNP), importante órgão governamental constituindo-se num

instrumento importante de contribuição para o país alcançar o progresso econômico e o desenvolvimento tecnológico.

Alem disso, o Brasil já dispunha de legados importantes destacando-se o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) no ano de 1951, entidade pública de pesquisa, formação de cientistas vinculada ao Estado, bem como voltada para a produção de Ciência e Tecnologia. Acrescenta-se no ano de 1952, a criação da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), além da Financiadora Nacional de Estudos e Projetos (FINEP), órgão encarregado de financiar estudos ligados à modernização tecnológica do país. São alguns dos instrumentos de pesquisas com significativos resultados para o país avançar em sua modernização tendo como lócus as universidades públicas como suporte importante para a utopia de “Brasil grande potência”.

Vale ressaltar que, em relação à CAPES, seu objetivo específico era (e continua sendo) a capacitação do docente universitário, por meio de dois instrumentos de fomento: bolsas de estudos e auxílio à pesquisa.

Todos os governos desenvolvimentistas escudados na capacitação e pesquisa vislumbraram o desejo de implantar um setor de informática com autonomia e desenvolvimento tecnológico. No entanto, a combinação: estrutura industrial e tecnológica não priorizava a política de informática considerada decisiva para o encaminhamento do país rumo à geração de tecnologia de ponta, Além disso, esbarrava-se num mercado monopolizado pelos americanos, onde superpotências como: Inglaterra, Canadá e França até o período 60/70 são dependentes deste monopólio<sup>22</sup>.

A partir do período 70/80, as disputas intercapitalistas inverterão esta lógica em países como: Alemanha, Japão, Itália e França e os “tigres asiáticos” apostando internamente em suas capacidades tecnológicas provocando uma partilha concorrencial no cenário macro. Em função das mudanças deste cenário e por necessidade interna, o Brasil ampliará suas relações comerciais no setor de informática entre americanos, europeus, Índia e Coréia.

Neste contexto de buscar-se consolidar o Estado desenvolvimentista desde as reformas de JK e as chamadas reformas de base de João Goulart, a perspectiva

---

<sup>22</sup> - Conforme Moraes (2000); Carneiro (2002) e Tapia (1995).

da Ciência & Tecnologia ideologicamente estava eivada do espírito de guerra e pós-guerra, ou seja, colocar a Ciência a serviço do Estado e do campo militar.

Este cenário não foi diferente no regime militar, sobretudo a nascente informática, desenvolvendo-se com contradições semelhantes ao projeto macro de desenvolvimento, tanto nos segmentos internos (setores públicos) e externos (setores privados), mantendo as premissas institucionais de atividade de Estado e de segurança nacional.

Vargas explicita estas contradições:

A nossa estratégia em termos de Ciência e Tecnologia foi de exportar conhecimento adquirido sob a forma de pacotes tecnológicos. Nossa história sempre se pautou durante mais de um século e meio com base em modelos científico-tecnológicos importados. (1994, p.9).

O regime militar, com a ideologia de segurança nacional, centralizou o projeto científico-tecnológico, no entanto, mobilizou um grande debate unificando os principais grupos formadores de opinião, grupos estes, formados por civis, militares, intelectuais, pesquisadores e técnicos de informática tendo como foco a autonomia tecnológica do país<sup>23</sup>.

Segundo Martins (2002), interesses convergentes faziam que o projeto de “Brasil grande potência” aproximasse civis e militares na consecução de capacitação e pesquisas científicas através das universidades públicas financiadas via investimentos do Estado em associação com o capital privado nacional. Assim, os chamados empresários nacionais a partir de objetivos de suas empresas apostavam que ciência e tecnologia viessem a se transformar numa necessidade fundamental para o país.

O milagre econômico brasileiro reservou resultados positivos para as bases em expansão da informática brasileira. Segundo Moraes (2000), sua pesquisa revela que a indústria obteve um dos maiores índices de crescimento (14%) a.a. Neste

---

<sup>23</sup> - Segundo Lessa (2001) a questão da informática era um universo desconhecido, que se manifestava através de vagas bandeiras, como “autonomia tecnológica”, que ninguém sabia precisamente como poderiam ser transformadas em realidade via política científica e tecnológica, cujos objetivos, linhas de atuação e instrumentos necessitavam ser delineados e avaliados.

momento, temos setores privados e as universidades públicas desenvolvendo projetos nacionais, muito embora, haja necessidade de utilizarmos computadores de grande porte.

Objetivos e visões partilhados entre os interesses de civis e militares entram em rota de colisão a partir de 1968. Segundo Martins (2002) só retomam as boas relações a partir da metade dos anos 70, convergindo na implementação da “reserva de mercado” no setor de informática. São setores significativos da intelectualidade, pesquisadores e cientistas renomados, inclusive vários deles vindo de conclusão de cursos de pós-graduação em Engenharia na Inglaterra, EUA e Japão (Moraes: 2000). Essa nova fase contando com a participação do Estado terá resultados “positivos” para o desenvolvimento do país com projetos de financiamento em Ciência e Tecnologia, inclusive no campo educacional, onde o resultado mais importante foi à criação da pós-graduação, o que tornou possível o crescimento da atividade de pesquisa no país.<sup>24</sup>

Segmentos formados por civis e militares<sup>25</sup> que militavam diretamente com a informática estavam envolvidos nas atividades de pesquisas. Um dos legados marcantes foi à criação do grupo técnico especial - o chamado GTE-111<sup>26</sup>, que tinha como proposição inicial *“promover o projetamento, o desenvolvimento e a construção de um protótipo de computador eletrônico para emprego em operações navais”* (Tapia, 1995, p. 20).

O projeto principal deste grupo de trabalho embasados no resultado das pesquisas foi à consecução de um protótipo de computador produzido no laboratório de Sistemas Digitais da USP (que fazia o hardware) e no departamento de Informática da PUC do Rio de Janeiro (que desenvolveu o software), o qual foi entregue em 1975 como dois experimentos<sup>27</sup>. Segundo Moraes (2000), podemos caracterizar este momento como a deflagração do processo de informatização do país, tendo a participação do Estado, capital nacional, forças armadas e universidades.

---

<sup>24</sup> - Será com os cursos de Engenharia através das experiências da pós-graduação que se forjará posteriormente, o curso específico em Tecnólogo de Processamento de Dados, que nos dias atuais foram diversificados, como exemplo: Ciência da Computação e Engenharia de Software.

<sup>25</sup> - A Coordenação de Atividades ao Processamento Eletrônico (CAPRE), entidade plural surgida em 1972 era composta por militares, civis tecnocratas, intelectuais e cientistas unificados pelo desenvolvimento tecnológico brasileiro.

<sup>26</sup> - O GTE 111, inicialmente, era formado pelo consórcio BNDES e Marinha do Brasil.

<sup>27</sup> - Os dois principais projetos desta empreitada arrojada foram: “Guarany” e o “Patinho Feio”.

O I PND - Plano Nacional de Desenvolvimento (1972/1974), incluiu, explicitamente, a área de Ciência e Tecnologia. Entre os objetivos destacava-se a implantação de uma política tecnológica nacional, que permitisse a aceleração e orientação da transferência de tecnologias de outros centros para o país sem que ferisse a nossa soberania nacional.

Parte integrante e núcleo da estratégia de desenvolvimento econômico para o período 1974-1979, a política industrial do II PND teve como diretrizes básicas o desenvolvimento dos setores de bens de capital e insumos básicos e o fortalecimento da empresa privada nacional.

Outro fator importante foi, em abril de 1976, a instituição do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (II PBDCT) atrelado ao II PND, cuja orientação básica era transformar a ciência e tecnologia em força motora do processo de desenvolvimento e modernização do país, industrial, econômica e socialmente. Trata-se, não de expandir um setor, mas de impulsionar uma nova fonte de dinamismo e transformação, a serviço dos objetivos da sociedade.

O II PND destaca-se como uma experiência que propunha novas ênfases ao processo de desenvolvimento da economia brasileira, através do ajuste da estrutura industrial do país. No entanto, as experiências acumuladas pela política tecnológica foram incorporadas pelos formuladores do II PND, neste caso, o presidente Geisel, Reis Veloso (Ministro do Planejamento) e Severo Gomes (Ministro da Indústria e Comércio).

## **2.9 RESERVA DE MERCADO**

No governo Figueiredo observa-se o aprofundamento das divergências entre civis e militares sobre os objetivos da reserva de mercado esmaecendo as concepções nacionalistas. Os militares ainda majoritários no aparelho de estado promoveram a extinção da CAPRE (1979), sendo esta decisão uma demonstração de concessões ao capital estrangeiro ampliando a comercialização de equipamentos e suprimentos computacionais no mercado interno.

A referida medida governamental reflete uma contradição diante do crescimento de nossa indústria (principalmente a indústria eletrônica) e de setores do próprio governo.

No cenário internacional seis países desenvolvidos dominam o mercado mundial de informática: EUA, Japão, França, Alemanha, Reino Unido, Itália. Trata-se de uma mudança importante de paradigma, já que até nos anos 70, os americanos dominavam 70% do mercado mundial sob a liderança da IBM.

O Brasil, assim como os países em desenvolvimento tinham características de “países usuários” de computadores, portanto, seus “frágeis” investimentos se limitavam a esse nicho do mercado (minicomputadores), não tendo ainda potencial no nicho de mainframes<sup>28</sup>, além da dependência de outros setores de tecnologia.

As experiências avançadas do Brasil em tecnologia serão de fundamental importância para a inserção no ciclo da microeletrônica, mesmo que já tenhamos a evidência do neoliberalismo aportado na doutrina política e econômica de centros importantes como EUA, Inglaterra, Canadá e Chile na América Latina. A Europa vivenciava focos de crise a partir da derrocada do Leste Europeu e a falência das políticas do Welfare State, ou seja, temos mudanças nos principais centros do mundo que diretamente influenciaram nas políticas de tecnologia do país.

O modelo brasileiro de desenvolvimento tecnológico “tentou” seguir as experiências dos grandes países, aliando pesquisas com intercâmbio e cooperação entre: Estado, capital privado e universidades.

Na economia política, a década de 80 é considerada como a “década perdida”, mas o setor de informática alicerçado nas políticas do tripé acima e, favorecido pela crise cambial contraria esta lógica. Segundo Moraes (2000, p.33): *“a indústria de informática nesta década obteve saldo ‘positivo’ no vácuo deixado pelo acirramento da competição intercapitalista”*.

Neste “boom” da indústria de informática a participação do Brasil no complexo eletrônico deu-se de maneiras controversas: como produtores de equipamentos eletrônicos, como mercados finais para bens eletrônicos, de consumo, equipamentos de telecomunicações, equipamentos de processamento de dados, etc...

Moraes detalha estas controvérsias:

Esses países adotaram como política de informática a abertura ao comércio internacional permeada por ‘intervenção estatal’ marcada

---

<sup>28</sup> - os mainframes na língua computacional significa “computadores de grande portes”.

por uma maior barganha frente as multinacionais e a presença maciça de investimentos estrangeiros<sup>29</sup>. (2000,p.34)

Formou-se um consenso entre as forças políticas (civis e militares) que participes do debate sobre o desenvolvimento tecnológico, envidando esforços para a consecução de uma indústria nacional de informática. Mas as implementações políticas, via projetos de consolidação das bases tecnológicas, não foram tão tranqüilas assim. No período 80/90 as disputas culminaram no aprofundamento das contradições do modelo de desenvolvimento do governo militar, os acirramentos provocados por interesses e objetivos diferentes entre os principais grupos acumularam divergências que posteriormente levaram a caminhos antagônicos.<sup>30</sup>

As divergências consistiam principalmente entre os militares que insistiam em desenvolver uma indústria nacional de informática com objetivos bélicos e de segurança nacional. Por sua vez, os civis defendiam em avançar nos processos de pesquisa, capacitação científica e tecnológica apostando todas as fichas no potencial de comercialização do parque computacional brasileiro.

O percurso histórico que envolveu os principais grupos formuladores de opinião no desenvolvimento tecnológico brasileiro, permeados por consensos, dissensos, alianças estratégicas ou pontuais não mudou o viés político destes segmentos ao defenderem a intervenção do Estado mediante a regulamentação do mercado neste setor.

Conforme Moraes (2000) a fragilidade destas premissas se deram pelo fato do cenário internacional ser oposto, ou seja, políticas de não intervenção pela afluência das teorias do neoliberalismo que ultrapassavam fronteiras, ganhavam e cooptavam adeptos, inclusive no campo das “esquerdas”. Conservadores como Roberto Campos (tecnocrata e pró-americano), representante do liberalismo no Brasil destilaram críticas contundentes às políticas de intervenção e regulação estatal.

Estes setores conservadores faziam eco com as pressões comerciais de empresas americanas como a Data General posicionando contra o setor de

---

<sup>29</sup> - Esta passagem de Moraes (2000) pode ser consubstanciada nas assertivas de Bobbio (2004), ao referir-se a grande dicotomia: público/privado.

<sup>30</sup> - Os militares e setores conservadores tecnocratas esvaziaram e concomitantemente conseguiram a extinção da CAPRE. Articularam e implantação da Secretaria Especial de Informática (SEI), órgão controlado majoritariamente por estes setores e vinculada ao Conselho de Segurança Nacional.

informática emergente, que se desenvolvia surpreendentemente estimulando o surgimento de empresas nacionais<sup>31</sup> adotando a reserva de mercado nas faixas de equipamentos de médio e pequeno porte e, posteriormente, ousaram em desafiar o poderio da IBM tentando penetração no espaço dos mainframes.

Esse processo se dava via o Estado com o controle das importações de suprimentos de informática, seja no que consideramos de peças de suprimento e equipamentos, haja vista que o país avançava em alguns nichos destes segmentos, não precisando importar em tanta quantidade, haja vista que a qualidade dos produtos nacionais não deixava a desejar justificando o crescimento do setor de informática.

O referido crescimento passava pelo tripé: Estado, capital nacional privado e as universidades resultando em taxas crescente. Em 1981, em torno de (30%) a.a e, em 1983, em torno de (25,4%) a.a, que apesar de decréscimo, nosso país festejava uma taxa média de crescimento superior à média dos países avançados em torno de 15% a.a, sendo que no ano de 1985, conforme afirma Moraes (2000), as empresas nacionais já dispunham de possibilidades de infra-estrutura que lhes dava garantias de absorver (95%) de equipamentos instalados no país.

Foi somente com a instalação da Nova República (Governo Sarney – 1985/1989), que se instituiu o Ministério da Ciência e Tecnologia consequência da implementação do I PND-NR (Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República), visando garantir a continuidade do desenvolvimento científico-tecnológico perspectivado ainda na década de 80.

Destaca Moraes:

A política tecnológica foi voltada, além do atendimento às necessidades sociais (saúde, saneamento, educação, alimentação e nutrição), para o atendimento especial às áreas de microeletrônica, biotecnologia, aeroespacial, recursos do mar, química fina, novos materiais e mecânica de precisão. Dentre esses setores, o que teve maior desenvolvimento foi a Informática, que contou com um plano específico (O I Plano Nacional de Informática e Automação), I PLANIN/1986-89, um órgão normativo (Conselho Nacional de

---

<sup>31</sup> - Tomando com exemplo a obra de Carneiro (2002: 22) as primeiras companhias foram sendo criadas associando-se o governo a uma empresa nacional e, estas, a um fabricante estrangeiro, como foi o caso da Digibras e Cobra Computadores S/A. Posteriormente, podemos destacar empresas como: Edisa, Scopus, SID, Itaotec, Prológica como empresas nacionais que apostaram fortemente no projeto de nacionalismo tecnológico.

Informática e Automação – CONIN) e um órgão executivo (Secretaria Especial de Informática – SEI). (2000, p. 26-27)

Esse *boom* tecnológico se associou a outros fatores<sup>32</sup> interligados à produção de pesquisa. A CAPRE durante sua existência funcionou como uma parceira fundamental ao diagnosticar as carências de Recursos Humanos no setor. Havia dados anteriores indicando que o nosso desenvolvimento não acompanhou satisfatoriamente nossa formação e qualificação produzindo déficit de mão-de-obra<sup>33</sup> e se agravaria ainda mais com a expansão do setor de informática.

A CAPRE foi responsável pelo projeto PNTC (Programa Nacional de Treinamento em Computação), associado à implantação de cursos universitários de graduação e pós-graduação ligados à informática. Além disso, elaborou um plano de desenvolvimento de indústrias no setor e mobilizou recursos financeiros.

Segundo Moraes (2000), considera-se um momento importante na inserção da Informática na Educação brasileira constatado nos debates plural dos grupos nacionalistas, mesmo que o cerne do debate se debruçasse sobre o desenvolvimentismo, começava-se a levar em consideração a totalidade social propiciando condições para a associação da informática e educação<sup>34</sup>.

Portanto, o desenvolvimento científico-tecnológico foi articulado no binômio informática e educação, alicerçados na estrutura do Estado como projeto estratégico encerrando mais um ciclo de transição ocorrida entre a Nova República e o início do governo Fernando Collor de Mello.

No entanto, será durante o governo do presidente José Sarney que ocorrerá um intenso debate na sociedade em torno da Reserva de Mercado de Informática com dois importantes desdobramentos: a lei de informática e a política industrial de informática. O governo sofreu por parte dos EUA pressão de todo tipo freando nossa

---

<sup>32</sup> - Tapia (1995) fará referência as medidas protecionistas aos nossos produtos por parte do governo em detrimento aos produtos importados em função da crise cambial do período de 1975/76. Entre estas medidas, taxaçoão absoluta sobre os produtos de informática dos países estrangeiros.

<sup>33</sup> - Segundo Lessa (2001) a partir de 1964 a situação da pesquisa nas universidades se agravou, haja vista que parte dos pesquisadores de ponta do país partiu para o exílio. O regime militar cuidou de substituí-los por jovens formados em mestrados e doutorados nos Estados Unidos e na Europa financiados pela Capes e pelo CNPQ – em número reduzido para as necessidades do país, mas muito elevado diante do padrão anterior.

<sup>34</sup> - Os SECOMUs são os exemplos de encontros científicos coordenados pelas universidades, espaço institucional de aproximação do governo com a comunidade científica pela adoção de uma política de informática por parte do governo.

ousadia de consolidar um mercado promissor de informática, autônomo, regulado pelas nossas necessidades, que pudesse ser referencial de liberdade tecnológica.

As medidas provenientes da Lei de Informática foram consideradas protecionistas e anti-americana. O episódio levou à postura arrogante dos americanos de utilizar-se do método das chantagens e retaliação comercial, sendo que o fato de maior repercussão na sociedade foram os “*embargos comerciais às nossas exportações do suco de laranja*” (Tapia, 1995) e (Moraes, 2000). Setores pró-americanos se colocaram como paladinos em defesa do capital estrangeiro, já embutiam em voga as premissas do neoliberalismo contra a Lei de Reserva de Mercado da Informática, que mobilizou a sociedade, mas que acabou sendo derrotada e tendo como consequência o nosso aprisionamento tecnológico e científico.

A implementação da doutrina neoliberal no Brasil, a partir do governo Collor, teve como consequência a resistência dos movimentos sociais e, no caso da informática, as principais propostas do setor foram reivindicadas e elaboradas pela Associação dos Profissionais de Processamento de Dados (APPD) em conjunto com as empresas e universidades.

Estas propostas eram contraditórias baseadas num programa híbrido entre proposições socialistas e nacionalistas dos áureos tempos da proposição de reserva de mercado. O governo eleito deixava claro em seu diagnóstico e propagava tanto nos meios governamentais, empresariais e intelectuais a crença no esgotamento da estratégia clássica de industrialização e necessidade de se redefinir a concepção global de desenvolvimento e as várias políticas setoriais.

Essa redefinição passava necessariamente pela chamada reestruturação da estratégia industrial global e reestruturação da política de reserva de mercado. Neste sentido, todas as concepções protecionistas foram sendo esvaziadas pelo governo, no entanto, as disputas em torno da reestruturação da política nacional de informática se constituíram entre as que mais se prolongaram pela complexidade do tema, dos objetivos e dos interesses diferenciados por parte dos principais atores políticos.

A grande contradição se deu na proposição de mudanças na Constituição Federal com a ofensiva liberalizante de alterar o conceito de empresa nacional, além do fim das restrições para o licenciamento de tecnologia, interpretação mais flexível do artigo 12 da Lei de Informática (7.232/1984). As negociações intensas entre

governo, empresários, intelectuais, cientistas e profissionais de informática realizada no Congresso Nacional culminou num primeiro substitutivo do deputado Luiz Henrique (PMDB-SC).

Conforme Tapia, no referido parecer, Luiz Henrique justificava seu substitutivo dizendo:

O governo propõe o fim da política que vem sendo adotada, sem apresentar alternativas que resguardem o patrimônio nacional, constituído de mais de 300 empresas nacionais, e mais de 50 mil empregos (sendo 15 mil de nível universitário e pós-universitário), bem como a capacitação tecnológica do país e seu parque industrial de informática, que fatura 7 bilhões de dólares/ano (2% do PIB) (1995, p.312)

Centrado em sua política liberalizante, o respectivo substitutivo desagradou o núcleo central do governo e velhos setores conservadores que se opunham ao nacionalismo tecnológico criando um princípio de crise institucional. Neste caso, aumentou a pressão dos americanos e dos grupos conservadores do país, principalmente dos setores de comunicações. As conseqüências resultaram na formatação de um novo substitutivo transformando-se na reformulação da Lei de Informática (Lei 7.232/1984).

Foi uma grande derrota de todos os setores progressistas saindo-se vencedor o conservadorismo brasileiro empunhando a bandeira do neoliberalismo tornando-se orgânico as necessidades de reestruturação do capital. Entre as premissas uma “nova” orientação da política industrial destacando-se: uma postura liberal e antiprotecionista, a defesa da abertura das importações, o fim do tratamento diferenciado entre as empresas nacionais e estrangeiras e a substituição dos subsídios e isenções especiais pela proteção tarifária.

Os avanços neoliberais no país terão como prioridade o desmonte de todo um legado tecnológico, construído com muita dificuldade, que levou em conta esforços nas pesquisas, na capacitação, na perspectiva de potencialidades das universidades brasileiras.

O “novo” marco institucional da política brasileira e particularmente o marco institucional do setor de informática e o contexto recessivo produziram uma redefinição estratégica dessas empresas, cuja característica principal foi seu caráter defensivo e a intensificação dos laços tecnológicos e comerciais com as empresas estrangeiras. Essa redefinição das estratégias significou a fixação de novas prioridades: busca da melhoria na relação preço/desempenho, aumento no leque de produtos ofertados e incremento na atualização tecnológica. O caminho escolhido para atingir esses objetivos foi privilegiar a constituição de acordos tecnológicos e comerciais com empresas multinacionais, sendo a forma predominante à formação de *joint ventures*.

Portanto, a partir da abertura do mercado interno através da política de associação entre o capital estrangeiro e empresas nacionais (*joint ventures*) embaladas no ciclo da microinformática, o país atravessou e vem atravessando o seu desenvolvimento tecnológico com as respectivas amarras competitivas e modernizantes.

A reestruturação do capital, como afirma Carneiro, (2002) produziu o movimento de contracultura no mundo das novas tecnologias. O Brasil, a partir das políticas liberalizantes inseriu-se neste contexto de sociedades em redes (Castells, 2004), e não muito diferente do que estamos analisando desde os primórdios do desenvolvimentismo e concomitantemente das políticas de tecnologia, transita permanentemente na dicotomia como afirma Bobbio (2004), entre resistir com suas potencialidades setoriais desenvolvimentistas nacionais flertando com as constantes aberturas comerciais ao capital estrangeiro, soma-se nesta relação dicotômica as controvérsias entre público e privado.

Bloqueada a estratégia de recomposição da política de reserva de mercado, derrotado o nacionalismo tecnológico e desenvolvimentista, o triunfo da estratégia de integração competitiva deixou evidenciadas as fragilidades do neoliberalismo como alternativa para o desenvolvimento de setores de ponta, como a informática.

O percurso acima, desde os anos 90 até os dias de hoje, ressalvadas as diferenças nos principais mercados consumidores de informática, a verdade é que os fatores políticos e econômicos, principalmente, têm contribuído para manter o fosso tecnológico indicando que há limites na política liberalizante, ao mesmo tempo, há limites no velho sonho de conquistar a autonomia e capacitação tecnológica

como elementos intrínsecos ao crescimento sustentável, incluir cidadãos tecnologizados, extirpar a exclusão social e universalizar a cidadania.

### **3 CAPÍTULO II - O SERPRO E O CICLO DESENVOLVIMENTISTA: TERCEIRO SETOR, SOCIEDADE CIVIL E INCLUSÃO DIGITAL.**

O SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados), órgão da Administração Indireta, vinculado ao Ministério da Fazenda, criada no regime militar em 01 de dezembro de 1964, está intrinsecamente ligado ao ciclo desenvolvimentista e tecnológico no Brasil.

Na formação do Estado nacional brasileiro se analisa dois dos principais projetos em disputa: o projeto nacional desenvolvimentista e o chamado projeto liberalizante. O SERPRO constituiu-se e constitui-se como parte integrante nestes dois importantes momentos. Fiori (2003), que estuda, principalmente o projeto desenvolvimentista no escopo da matriz teórica nacionalista, enfatiza o papel de atores estratégicos nesta articulação como: empresários, sindicalistas, intelectuais, cientistas e militares debatendo suas concepções no âmbito da formação do Estado brasileiro. Andery (2004) em uma de suas abordagens contida em sua memorável obra “Para compreender a ciência”, cita a relação Estado-sociedade evidenciando o papel das instituições na chamada estrutura política do capitalismo. Já Bobbio (2004) analisa a correlação de forças entre estes sujeitos históricos e a dinâmica empreendida sobre as instituições no âmbito do Estado para se referir à relação dicotômica entre público/privado.

Já autores como Lima (2000), Silva (2003), Silva Jr: (2002) Sguissardi (2001), Montaña (2003), Cunha(2005), Nogueira (2005) e Behring (2003)<sup>35</sup>, em suas análises no âmbito das reformas do Estado caracterizam o projeto liberalizante.

Esta diversidade entre estes autores, assim como outros puderam propiciar o olhar mais detido sobre a relação Estado-sociedade propiciando aberturas para compreendermos a relação do binômio: SERPRO e o desenvolvimento tecnológico brasileiro. Uma das aberturas que nos deparamos foram as políticas setoriais no aparelho de Estado, cotejamos a informática brasileira e sua expansão calcada em dois importantes segmentos:

---

<sup>35</sup> - Aqui destacamos a referida autora que ao identificar os traços marcantes das reformas do Estado no sentido da caracterização de “liberalizante”, afirma em sua pesquisa tratar-se de “contra-reforma”, com o advento do ciclo neoliberal.

- Em primeiro lugar, a pesquisa brasileira em ciência e tecnologia, permeada pelo surto desenvolvimentista a partir da concepção e necessidade de implementação dos chamados grandes projetos estratégicos brasileiros.

- Em segundo lugar, a pesquisa relacionada com a implementação dos projetos estratégicos teve seu *modus operandi* baseado nas parcerias entre o capital nacional e estrangeiro, as universidades, órgãos de fomentos e pesquisa.

Portanto, estes aspectos tornaram-se emblemáticos às nossas intenções, os limites foram rompidos ao discorrermos como uma Empresa Pública de Tecnologia conquistou papel relevante na formação do Estado Nacional e concomitantemente na chamada contracultura tecnológica da sociedade brasileira.

Esta contracultura, simbolizada nas miniatuarizações da máquina computador, transformou a sociedade: no trabalho, na vida cotidiana, na educação, projetou novos atores políticos em torno da sociedade civil, em contrapartida, produziu fenômenos “novos” como o analfabetismo digital e/ou exclusão digital, mobilizando segmentos que buscam sob a bandeira das políticas públicas prover a universalização da cidadania. São cortes e recortes polêmicos, pelas concepções desenvolvidas como proposição de resgate da sociedade excluída numa sociedade incluída. Sobre estes desafios, repousa nossa abordagem.

### **3.1. O SERPRO DIANTE DAS POLÍTICAS: PÚBLICAS E TECNOLÓGICAS**

A formação do Estado Nacional priorizou o fortalecimento de suas instituições, principalmente do setor público, mesmo que nesta relação dicotômica sobressaíam-se políticas de centralização. Desde os áureos tempos de JK e ampliando-se no espectro do Estado militar (Fiori; 2003) a informática foi incorporada às políticas de segurança nacional e bélica, destinadas, no âmbito do aparelho de Estado, à prerrogativa de controle da informação pública, centralizada nos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, considerados órgãos estratégicos.

Quando o governo militar instituiu o SERPRO, baseado na política de centralização, preocupava-se com o crescente fluxo de processamento de informações eletrônicas, destinava internamente na estrutura do Estado a responsabilidade pela gestão deste fluxo. Conforme Moraes (2000), Carneiro (2002), a preocupação com a centralização e controle das informações públicas

justificavam-se através de pesquisas institucionais (anos 50), aperfeiçoadas no período de 1970/80. A importância deste limiar histórico<sup>36</sup> reflete fortes sinalizações em desenvolver tecnologia computacional, acompanhando o desenvolvimento da eletrônica, muito embora, as nossas experiências acumuladas no manuseio desta força produtiva (computador) perpassassem o ciclo de guerra e pós-Segunda Guerra Mundial.

Neste período, a força produtiva computador tanto no que diz respeito aos sistemas de programação (software), bem como a estrutura de periféricos (hardware) foi produzida em grandes proporções com fins de atividade comercial. O processo tecnológico brasileiro acompanhou esta transformação totalmente dependente da Internacional Business Machine Corporation (IBM), principal empresa do mercado mundial de computadores de grande porte.

O Ministério da Marinha e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), controlados pelas forças armadas no âmbito da Administração direta, foram os primeiros órgãos do setor público em adquirir da IBM computadores de grande porte.

A (re)estruturação das instituições públicas, permanentemente, tem se baseado em forte intervenção do Estado calcada em políticas de transições, estas, permeadas de reformas. Esse fenômeno tem se mostrado eficaz em todos os governos. Durante o regime militar, entre as diretrizes governamentais, a informação passava por segurança nacional e fins bélicos, além de políticas tributárias visando alargar a base arrecadadora federal, tendo como fonte o Imposto de Renda.

Essas diretrizes foram concebidas pelas áreas econômicas e do planejamento como estratégia de “fazer o país crescer”. É neste ambiente de reforma administrativa coordenado pelo Ministério da Fazenda,<sup>37</sup> que resultada na criação do SERPRO, instituído pelo decreto 55.827 de 11 de março de 1965. Inicialmente, este ato governamental firmou os primeiros ajustes para prestação de serviços exclusivamente do imposto de renda.

A partir do período (1966/1967), vislumbrou-se o projeto ambicioso do Estado brasileiro visando fortalecer o SERPRO para *entes* de estados e municípios da Federação. O resultado dessa política governamental foi à instalação das Unidades

---

<sup>36</sup> - Os anos 50 são considerados pelos autores como “primórdios” dos sistemas eletromecânicos para controle das informações.

<sup>37</sup> - Conforme a Revista Tema, Ano XXVIII, nº 176, novembro/dezembro 2004, faz alusão às reformas do Estado que propiciou a criação do Serpro no Rio de Janeiro.

Regionais de Operações (UROS) na sede das regiões fiscais da Secretaria da Receita Federal (SRF). Neste sentido, tivemos neste ciclo as seguintes UROS implantadas: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Manaus, Belém, Brasília e Vitória.

Como afirmamos anteriormente, o nosso desenvolvimento científico-tecnológico teve o perfil associativo entre o Estado, capital nacional, capital estrangeiro e as universidades. Os anos 70, serão sempre lembrados pelo crescimento protegido nos efeitos circunstanciais do milagre econômico, com reflexos significativos na informática brasileira.

Conforme Moraes (2000), serão esses setores que comporão esse tripé deflagrando o processo de informatização no país. No espectro da estrutura política administrativa do aparelho de Estado, faz-se representar por órgãos públicos como: SERPRO e Marinha Brasileira. A educação também começa a direcionar-se para a tecnologia com objetivos de produção de pesquisas sob a responsabilidade das universidades públicas, de instituições como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e CAPRE<sup>38</sup> com investimentos oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Posteriormente, teremos a inserção de universidades privadas como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro<sup>39</sup> (PUC-RJ).

Muito embora, haja avanços no campo da pesquisa tecnológica é insuficiente para superar nossas carências na importação de máquinas de última geração. Mesmo com as dificuldades, o SERPRO vai adquirindo status de Empresa de Processamento de Dados no âmbito do Ministério da Fazenda destacando-se no processamento de volumes significativos de declarações do Imposto de Renda. Segundo Moraes (2000) para superar essas dificuldades, em 1975, resolve partir para prospectar “hardware”. Como resultado dessa arrojada empreitada, em sua regional de operações no Rio de Janeiro, instala a Divisão de Fabricação de Equipamentos (DFA) produzindo em parceria das universidades e setores da

---

<sup>38</sup> - CAPRE (Coordenação de Assessoria ao Processamento Eletrônico), entidade de formulação de política tecnológica. A partir de 1976 o Ministério da Educação já se fazia presente dentro do conselho da Capre, demonstrando preocupação com a formação técnica de recursos humanos na área.

<sup>39</sup> - As universidades públicas (USP) e as privadas (PUC Rio de Janeiro), são as mais destacadas neste período na construção de computadores em seus laboratórios de pesquisas científicas.

economia privada os primeiros “concentradores de teclados” com tecnologia nacional.

O crescimento do país no setor de informática é eminente, dentre suas necessidades, há áreas que precisam importar máquinas de grande porte não prescindindo da IBM. No período 1970/80, atravessaremos o período mais crítico em função do monopólio desta multinacional, principalmente no setor público, com menos reflexo no setor privado. Essa dependência tecnológica reflete diretamente em nossa economia, no controle da informação e produção de conhecimento.

A partir de 1981, a conjuntura mundial protagonizou disputas intercapitalistas no mercado mundial diversificando a concorrência tecnológica. Países, como: Japão, França, Alemanha, Reino Unido e Itália inverteram a lógica dependente da americana IBM, investindo em pesquisas, educação privilegiando seus mercados internos. Utilizando-se da análise de Fiori (2003), uma demonstração de autonomia do Estado nacional ao intervir nas políticas setoriais investindo em educação, ciência e tecnologia.

O resultado desta conjuntura foi positivo para as nossas necessidades internas, pois a concorrência externa no mercado de computadores de grande porte promoveu mudanças na política de informática do Estado brasileiro, principalmente para os órgãos públicos, espaço de maior cobiça dos fornecedores de equipamentos de grande porte.

Evans (1986), Moraes (2000), Carneiro (2003), afirmam em suas pesquisas haver na trajetória histórica dos computadores no Brasil a sintonia com o Estado Desenvolvimentista. Os autores afirmam que os defensores do nacionalismo tecnológico idealizaram a utopia de concebermos uma indústria nacional de informática.

A chamada cruzada utópica “por uma política nacional de informática”, ensejou políticas contraditórias entre importar computadores através de licenciamento de tecnologias, ao mesmo tempo, desenvolver produtos de informática amparados numa forte intervenção do Estado através de pesquisas em Ciência e Tecnologia, que, propiciou “autonomia relativa” no setor de informática.

No embalo deste surto desenvolvimentista nacionalista, o SERPRO, além de fabricar seus próprios equipamentos (hardware), necessitou produzir conhecimento em software. Mais uma vez, estreitou cooperação tecnológica através de pesquisa e formação de mão-de-obra especializada com as universidades públicas.

Retomemos as questões dessa necessidade híbrida de informatização no Brasil, que passou pela importação de computadores das grandes potências mundiais. Segundo Moraes (2000); Carneiro (2003), órgãos como a Marinha do Brasil através de sua Diretoria de Comunicações (DCM), visando não ficar refém dos grandes países em relação à segurança de dados e informações, irá elaborar um protótipo: um computador que pudesse substituir parte dos equipamentos estrangeiros no controle bélico das embarcações que desejava adquirir.

Outro aspecto relaciona-se ao ciclo da microinformática no Brasil. A partir dos anos 80, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) instala em suas dependências o primeiro microcomputador com tecnologia nacional. Esta experiência contou com a participação do SERPRO e as Universidades, a produção desta força produtiva se realizou no Centro Nacional de Treinamento do SERPRO, localizado na Unidade de Operações do Rio de Janeiro.

Esse é um legado importante para a história de uma Empresa Pública de Tecnologia da Informação como o SERPRO e, sem dúvida alguma, para a formação e desenvolvimento científico-tecnológico de nosso país. No entanto, todo esse legado foi desmantelado com a implantação do ciclo neoliberal a partir dos Presidentes Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, ao cometerem o desatino de desativar esse *locus* de produção de conhecimento em nome da Reforma Administrativa e do Plano Diretor do Estado.

Durante as reformas neoliberais, tanto de Fernando Collor de Mello, como de Fernando Henrique Cardoso, o SERPRO enfrentou seus momentos mais difíceis. O quadro funcional composto por aproximadamente 18.000 (dezoito mil) funcionários, passou por um processo de reestruturação produtiva com a implementação de três Programas de Demissão Voluntária (PDVs), tendo como resultado drástico desta política neoliberal a redução do quadro funcional para 8.500 (oito mil e quinhentos) empregados. Além disso, vivenciou um ciclo longo de implementação dos programas de qualidade total, métodos gerenciais sob a égide das políticas de gestão do conhecimento.

O SERPRO retomou sua capacidade de investimento em tecnologia no governo do Presidente Luís Inácio LULA da Silva, onde se processaram dois concursos públicos nos períodos 2003/2004 e 2005/2006 alterando o quadro funcional para 10.071 (dez mil, setenta e hum) empregados, além da implementação da modernização do parque tecnológico, capacitação do quadro administrativo e técnico modificando o perfil de empresa verticalizada para uma empresa com valores voltados para a cidadania e de interação social com a comunidade.

O mundo gira e o SERPRO (re) configurou sua base estrutural organizacional, alterou sua área de atuação na esfera do governo federal, não se limitando apenas em processar informações do Imposto de Renda (IR). Neste sentido, a chamada modernização da administração da máquina pública reservou ao SERPRO sua modificação no espaço de atuação enquanto empresa de tecnologia.

Portanto, apresentamos um resumo do quadro atual das principais áreas de atuação do SERPRO e seus principais sistemas de informação mediante a atividade fim e áreas de negócios da empresa.

**Administração Tributária** – o SERPRO é a empresa pública de informática responsável pelo processamento eletrônico de todo o segmento da administração tributária através do Sistema Integrado de Informações Econômico Fiscais (SIEF) e o RECEITANET – Sistema que processa a entrega de declarações de Imposto de Renda, com emissão de recibo eletrônico, via Internet. Além disso, acrescenta-se o SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições de Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, e, o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

**Administração de Recursos Humanos** – Integrada pelo principal sistema de gestão no Aparelho de Estado, através do Sistema de Controle de Dados Cadastrais, Pessoas e Funcionais (SIAPE) e o processamento da folha de pagamento de serviços de ativos e inativos, instituidores de pensão e beneficiários de pensão da administração pública federal direta, autarquias, fundações, ex-territórios federais, empresas públicas e sociedades de economia mista que recebam dotação, total ou parcial, do tesouro nacional para pagamento da folha de pessoal.

**Administração do Patrimônio da União** – Neste segmento, o SERPRO atende ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão através do Sistema

Integrado de Administração Patrimonial (SIAPA) e, Sistema de Patrimônio Imobiliário da União (SPIU).

**Comércio Exterior** – Neste segmento, o SERPRO presta serviços de tecnologia da informação aos órgãos do Governo Federal e demais intervenientes do processo do comércio exterior brasileiro. Seus principais clientes são a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e a Secretaria de Comercio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

**Estados e Municípios** – Neste segmento, o SERPRO desenvolveu e desenvolve processos a partir da pluralidade de Sistemas Integrados no âmbito da Administração Financeira do Governo Federal em conexão com estados e municípios. Sendo assim, a principal ferramenta para servir de suporte se dá pelo Sistema Integrado de Administração Financeira para estados e municípios (SIAFEM).

**Reforma do Estado** – Com o objetivo de atender a área de Reforma do Estado, foi desenvolvido – o Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal (SIORG), que dota a administração pública federal de informações utilizadas pelos demais sistemas: SIAPE e SIAFI apresentado-o como um dos sistemas estruturadores da Administração Pública Federal, fornecendo informações essenciais para a gestão dos recursos públicos.

**Representação Judicial da Fazenda Nacional** – Neste segmento, o SERPRO por intermédio da Superintendência de Negócios e Sistemas Processuais, desde 1982, presta serviços especializados a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a partir de 2001, a AGU – Advocacia Geral da União.

**Serviços de Apoio à Administração** – Neste segmento, o SERPRO integra a política de transparência do governo através do COMPRASNET – Portal de Compras do Governo, que, permite a transparência dos processos de compras do Governo Federal com a divulgação através da Internet.

**Sistema de Controle Interno do Executivo** – O sistema de Controle Interno do Poder Executivo compreende as atividades de Administração Financeira, de Contabilidade, de Auditoria, de Acompanhamento dos Programas de governo, de Fiscalização e de Avaliação de Gestão dos Administradores Públicos Federais realizados com a orientação técnica e normativa da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria Federal de Controle.

O SERPRO, em relação às políticas sociais destacamos entre seus principais projetos. Em primeiro lugar na área da acessibilidade – **a Solução Leitura Eletrônica** (LETRA), que se destina a dar apoio aos deficientes visuais.

É uma solução desenvolvida através de um sintetizador de voz, que lê o arquivo de texto, identifica as letras, interpreta as palavras, equaciona a entonação que, deve ser dada em função dos caracteres de pausa e acentuação, para o final do processo, passar o comando ao sintetizador de voz que, produzirá os sons. Desta forma, transforma textos em áudio, nos formatos .wav ou mp3. Comentaremos ainda sobre este Programa quando abordarmos a relação SERPRO e a inclusão digital.

Em relação à educação, o SERPRO vem adotando políticas de inclusão social, neste sentido, a partir de 2004 implantou o **Programa de Inclusão Social e Combate à Evasão Escolar/Frequência Digital**. Em conjunto com o governo federal está informatizando a FREQUÊNCIA ESCOLAR, através de um *Sistema de Controle Eletrônico de Frequência*.

Este sistema foi concebido a partir das constatações do Programa Bolsa Família que exige a permanência dos filhos na escola e, em função dos recursos públicos deste programa estarem sendo desviados para a corrupção, além da necessidade de políticas visando ter o controle da evasão escolar. Com base na Constituição Federal<sup>40</sup> e no Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>41</sup> o governo solicitou ao SERPRO o desenvolvimento do controle da frequência escolar via informatização.

Apresentamos as principais características deste programa:

- ✓ Carteira do estudante como gerador de cidadania e inclusão digital;
- ✓ Informar ao Conselho Tutelar na forma estabelecida nas legislações específicas;
- ✓ Manter os pais permanentemente informados sobre a frequência de seus filhos à escola, diminuindo os riscos pessoais;

---

<sup>40</sup> - No parágrafo 3º, refere-se:

- Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

<sup>41</sup> - Afirma este Estatuto: Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- maus-tratos envolvendo seus alunos;
- reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares, e;
- elevados níveis de frequência.

- ✓ Prevenir a evasão escolar;
- ✓ Gestão eficiente dos recursos públicos destinados à educação;
- ✓ Obter melhores indicativos sobre a frequência e a evasão escolar, por região ;
- ✓ Integração a outros cadastros e condicionantes do Programa Bolsa Família.

A distribuição dos recursos públicos federais para a educação baseia-se no Censo Escolar do INEP<sup>42</sup>. Neste programa social o governo federal e o SERPRO planejaram a estratégia de implantação nas escolas de ensino fundamental e médio, totalizando 152.202 escolas, através de medidores de coleta de frequência diferenciados:

- ✓ Coleta de leitores biométricos<sup>43</sup> nas escolas com mais de 50 alunos e;
- ✓ Coleta por exceção nas escolas: escolas com menos de 50 alunos.

#### **Tabela 1: Metas/Frequência digital**

<b>Metas/ANO (2005)</b>	- 70% do total de escolas
	- 38.740 escolas urbanas
	- 67.800 escolas rurais
	- total de 106.541 escolas
<b>Metas/Ano (2006)</b>	- 30% do total de escolas
	- 16.604 escolas urbanas
	- 29.58 escolas rurais
	- Total de 45.661 escolas

**Fonte: Portal Serpro (www.serpro.gov.br)<sup>44</sup>**

<sup>42</sup> - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.

<sup>43</sup> - Sistema eletrônico de identificação que se baseia nas características biológicas do indivíduo.

<sup>44</sup> - Aqui organizamos em formato de tabela a demonstração das metas previstas para o controle de frequência digital estabelecido pelo MEC/INEP. Registra-se que no ano de 2004, quando da implantação do projeto piloto atingiu-se o acompanhamento da presença de 38 milhões de estudantes de aproximadamente 175 mil escolas públicas do ensino fundamental e médio.

No geral, foi uma medida importante no controle via informatização, ou seja, a utilização das novas tecnologias num segmento da gestão da educação. Decerto que os resultados ainda são tímidos em relação à frequência escolar. Já em relação ao programa Bolsa Família, temporariamente, tem observado-se avanço em seu controle institucional, minimizando os efeitos negativos da dispersão de recursos públicos.

Ainda relacionado com os programas sociais do SERPRO, temos os programas de inclusão digital que trataremos em item específico neste capítulo, dando destaque ao nosso projeto de pesquisa que se refere ao projeto Cidadania de Inclusão Digital.

O SERPRO, portanto, desde sua criação vem se constituindo em um referencial para a história do desenvolvimento tecnológico brasileiro. Parece redundante, mas não deveríamos observar sob este ângulo. Na verdade, são políticas que se complementam diante dos principais projetos que desfraldaram a bandeira do desenvolvimentismo, projeto este que mais se encaixou às feições do SERPRO enquanto ente público, instituição pública, ou como está formatado na atual missão institucional da empresa: Empresa Cidadã de Tecnologia da Informação.

### **3.2 INCLUSÃO DIGITAL E O TERCEIRO SETOR**

Neste tópico, pretendemos analisar a perspectiva da inclusão digital, no entanto, faz-se necessário que detalhemos todas as pedras que compõem este verdadeiro mosaico. Em primeiro lugar, não basta que venhamos descrever ou conceituar o significado do “fenômeno” inclusão digital através das abordagens dos principais autores que estudam esta temática.

Em segundo lugar, é preciso que possamos evidenciar alguns dos pressupostos históricos que transitam num longo caminho para desnudar a inclusão digital como políticas públicas. Pode haver fatos conexos nesta trajetória, no entanto, é preciso que possamos analisar os meandros que descortinam a inclusão digital, como por exemplo, as parcerias do Estado com a sociedade civil, as formulações das políticas públicas compensatórias travestidas no terceiro setor e seus desdobramentos no chamado marketing empresarial, filantropia e nova

filantropia empresarial, as mutações de um “novo” ator social que entra em cena: Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Com a acuidade focada na temática, listamos esses aspectos centrais acima, no entendimento de que nosso objetivo pode ser norteado na dimensão política e social que o tema inclusão digital requer.

### **3.2.1 NO CAMINHO DA INCLUSÃO DIGITAL HAVIA UMA PEDRA CHAMADA TERCEIRO SETOR**

O terceiro setor está formatado como um espaço privilegiado das políticas públicas, onde, entre estas políticas, desencadeia-se o processo da inclusão digital como política de responsabilidade social.

O terceiro setor e parte da concepção de projetos de sociedade (Gohn, 2005) caracteriza como um componente fundamental nos pontos de intersecções com as formas políticas, econômicas, sociais e ideológicas<sup>45</sup>. Há uma tendência hegemônica atual na sociedade que, segundo Montaño (2003, p.51), *“de inspiração pluralista, estruturalista ou neo-positivista”*.

Como imprimir a criticidade sobre o tema no sentido de não tratar de modo isolado os chamados setores micros e macros? Não podemos nos deixar seduzir pelo “canto da sereia”, como bem denomina Montaño (2003), ao estudar as questões do terceiro setor desarticulado (a) da totalidade social, ou seja, não há como desconsiderar categorias, tais como: sociedade civil, parcerias, cidadania, enfim, as transformações promovidas pelo capital conforme os postulados liberais e neoliberais.

Segundo (Montaño, 2003), o debate em torno do terceiro setor coloca em evidência duas grandes tendências teórico-políticas, que se caracterizam como protagonistas dessas disputas de projetos políticos na sociedade, quais sejam: tendência conservadora regressista e tendência de (suposta) intenção progressista.

Um primeiro elemento importante, que gostaríamos de demarcar, diz respeito à abordagem das *“tendências teórico-políticas, evidentemente, respeitando suas diferenças diante do seu tempo político e ciclo conjuntural”* (Fiori, 2003).

---

<sup>45</sup> - Aqui nos utilizamos das expressões de Andery (2004).

Segundo Montaño (2003) e Petras (1999), as denominações ideológicas e a funcionalidade destas tendências teórico-políticas estão em estreita sintonia com a teoria liberal e o projeto neoliberal, tendo como centro de disputas o “novo” enfrentamento da “questão social”, inserido no atual processo de reestruturação do capital. Mas, qual seria o enfrentamento da “nova” questão social? Baseado nos pressupostos da teoria liberal e nos desdobramento nos ciclos neoliberais pretende-se situar algumas outras pedras contidas neste mosaico capitalista.

Sem a pretensão de realizar um estudo que abarque a grandeza dos clássicos, importamos trechos que referenciam a origem do associativismo, inspiração clássica do terceiro setor através da literatura do pensador Aléxis de Tocqueville. Afirmamos tratar-se da importação de passagens preliminares, no entanto, em nosso método de análise são fundamentais para realizarmos o elo de ligação que situa historicamente o papel da chamada tendência teórico-política (regressista)<sup>46</sup> de inspiração liberal.

Nesta trajetória histórica, buscando-se discorrer sobre a gênese do terceiro setor, apropriamos-nos de considerações de Landim (1998), para inserirmos o berço teórico da tendência regressista, ou seja, os Estados Unidos da América (EUA), através de seu principal pensador-formulador, Aléxis de Tocqueville, muito embora, este pensador seja de nacionalidade francesa. A concepção deste, dá ênfase ao indivíduo como protagonista de sua própria liberdade e igualdade. No entanto, não associava liberdade com individualismo tanto nos moldes da Revolução industrial (o indivíduo se tornava egoísta), bem como nos pressupostos socialistas (o indivíduo em conflito se desenfreada de seus valores), mas como liberdade cívica e cultural desenvolvida através das associações de homens “livres”.

Gohn (2005), é outro autor que se debruça sobre os estudos de Tocqueville, cotejando sob outro foco a “questão da liberdade dos indivíduos”, dando ênfase à participação cidadã através do fenômeno do “comunitarismo”:

A sociedade sustenta-se pela ação e pelo apoio de grupos, sendo assim, esses indivíduos quando buscam agrupar-se em coletividade na defesa de interesses mútuos, em muito poderão suprir as suas necessidades que não são garantidas pelo governo nem pelas empresas.

---

<sup>46</sup> - Ver Montaño (2003); Gohn (2005); Pinsky (2003)

Parte-se da premissa na tendência regressista que é necessário que o espaço de relações sociais, visando conseguir o bem comum se dê através da sociedade civil, cujos comentários faremos mais adiante. Ou seja, é preciso que esses indivíduos, agora com a conotação de coletividade, possam identificar um outro setor alternativo que satisfaça plenamente suas necessidades, neste caso, as associações livres.

Esses indivíduos, através de suas associações são 'livres' para praticarem na sociedade todo tipo de atividade social, desde o simples associativismo, assistencialismo, não sendo inclusive, proibido acumulação de 'pequenas' riquezas, através de 'pequenos' negócios, desde que a espinha dorsal do sistema não seja abalada.

A contradição na formulação liberal de Tocqueville é identificada por Montaño (2003) ao constatar a exclusão da categoria totalidade social, limitando o indivíduo nos preceitos da igualdade, liberdade e participação. Sua formulação neste tripé iluminista, desnuda sua verdadeira ideologia em defesa de uma sociedade de desiguais.

Na mesma linha de pensamento Beghin (2005) nos chama atenção para o fato de que seria natural o reducionismo na teoria do pensador, já que o mesmo se postulou como opositor aos ciclos revolucionários radicais europeus, especificamente na França, migrou para os EUA, desenvolvendo longos períodos de estudos e pesquisa, tornando-se um entusiasta da "democracia" americana.

Outro aspecto que deve ser destacado nas premissas do pensamento de Tocqueville, refere-se em desideologizar o conflito de classes, não admitindo o indivíduo como sujeito histórico crítico e autocrítico, capaz de intervir no seu próprio destino. Esse sujeito político, que precisa permanentemente lutar por liberdade, autonomia invertendo a lógica da alienação de classe:

Em síntese, Tocqueville, com sua origem nobre (no conturbado contexto pós-revolução Francesa), teme profundamente as revoluções, como liberal que é, também teme os eventuais "desvios" da igualdade e da justiça social desenfreadas e suas conseqüências negativas na limitação da liberdade. Assim, aceitando a igualdade como um processo providencial e natural, concebe uma sociedade civil carregada de organizações de associação livre, da qual o cidadão possa participar de acordo com seus interesses privados,

vinculando-se com outros por intermédio da ajuda mútua. (Montaño, 2003, p.69).

Portanto, Tocqueville valoriza as organizações comunitárias como organismos intermediários da sociedade e o associativismo americano como promotor de uma sociabilidade concorrente com o individualismo. A produção de um sentimento de pertencimento coletivo, um “nos”<sup>47</sup> ou dimensão inclusiva dos membros da sociedade emerge, pois, como fundamental à vida social.

Não se pode perder de vista que associativismo e comunitarismo para Tocqueville têm forte ramificação com a cidadania liberal, assim como postularam outros pensadores como Rousseau (1980) e Locke (1973).

### **3.2.2 O TERCEIRO SETOR NAS FEIÇÕES NEOLIBERAIS**

O terceiro setor, como espaço moderno de responsabilidade social, tem fortes ramificações com as disputas de projetos na formação e reforma do Estado nacional, sendo que o centro dessas disputas perpassa sobre a nova “questão social”. Ou seja, estão no centro das disputas as políticas públicas, bem como a relação política e econômica entre público e privado.

Entre os pensadores e integrantes da tendência regressista, encontra-se Hayek (1977) e sua inspiração neoliberal - Caminho da Servidão<sup>48</sup>, em oposição aos defensores da teoria Keynesiana, esta última como alicerce do Estado de Bem-Estar Social.

Para feito de recurso de nosso método de análise voltemos ao pensamento clássico em diálogo com Montaño (2003); Beghin (2005); Gohn (2005) sobre o pensamento de Tocqueville e sua preocupação central em como evitar que a igualdade não derive em revolução e não afete a liberdade política.

Neste sentido, ficam evidentes as proposições relacionadas à outra vertente que integra a tendência regressista sob o manto sagrado das teses neoliberais de Hayek (1977), agrega-se também o pensamento de Friedman (1985) como

---

<sup>47</sup> - Ver Tocqueville – A democracia na América (1835).

<sup>48</sup> - Considerada a principal obra de Hayek, onde a mesma, foi utilizada pelo autor para combater o núcleo central do Welfare State, ou seja o intervencionismo econômico e a ampliação das políticas públicas.

formuladores e defensores da redução do Estado em clara sintonia com a escola de Chicago.

A liberdade, expressão máxima neoliberal desses pensadores, se opunha ao intervencionismo estatal, defenestrando-o como anti-fundamento teórico, à regulação e controle da sociedade pelo aparelho de Estado. Neste sentido, essa máxima expressão, tem como princípio fundamental a livre concorrência, ou seja, a peça principal reside no mercado como regulador de todas as ações dos indivíduos e a liberdade em sociedade.

Os formuladores do neoliberalismo, já nos primórdios da doutrina keynesiana, opunham-se à concepção da mesma. Neste sentido, como opositor que se enfrentou com os keynesianos, fundou a Mont Pèlerin Society (Sociedade Mont Pélerin), Associação Internacional localizada na Suíça no período de 1940 a 1947, ou seja, nesta referida associação residia às bases de formulação do neoliberalismo. Funcionou como se fosse um aparelho de produzir armas de destruição em massa, neste caso, o alvo tinha endereço certo – o Estado de Bem Estar Social.

Como produto de suas elaborações, surge sua primeira obra, curiosamente na Inglaterra do segundo pós-Segunda Guerra Mundial e visa contrapor-se as teses do partido trabalhista, neste momento, atravessando grave crise como extensão da crise do Welfare State.

Em que perspectiva convergem o pensamento hayekiano e o terceiro setor? Calcado na defesa intransigente da liberdade de mercado, derivando da concorrência econômica como o verdadeiro meio de organização e regulação social, o pensamento neoliberal enfatiza fortíssimas divergências com métodos de planejamento estatal, por tornar-se incompatível com a liberdade do indivíduo e a concorrência econômica.

Além disso, as teses hayekianas prevêm a redução do Estado a ponto de *“retirar do mesmo, a responsabilidade de tentar atingir a justiça social”* (Montaño, 2003, p.87). Portanto, concebe a desigualdade como mecanismo natural, estimulador do desenvolvimento social e econômico.

O terceiro setor, como premissa do pensamento neoliberal, terá papel destacado ao se responsabilizar por políticas públicas que não interfiram na espinha dorsal do sistema capitalista, bem como, não fira os princípios do Estado que é oferecer condições estruturais para o perfeito funcionamento do mercado. Neste caso, não admite falsos ideais que preguem justiça e igualdade social. Portanto, vai

se desmistificando o que significaria para o terceiro setor se responsabilizar por políticas públicas não condizentes com o Estado, que poderá intervir em setores, como saúde e educação, por exemplo, desde que sejam políticas compensatórias e não atrapalhem o desenvolvimento da sociedade.

O indivíduo, para Hayek (1977), movido pelo seu próprio esforço, espírito da liberdade e da concorrência poderá atingir seus objetivos, pois a vida comum caracteriza-se como princípio básico para que os mais capazes, consigam satisfazer suas necessidades, não sendo atribuição da sociedade prover regulação coletiva utilizando-se da liberdade do indivíduo.

Os neoliberais admitem que a interferência do Estado poderá ocorrer através das “mediações”. Gohn (2005); Montañó (2003) afirmam que será nesse vácuo (mediação) inferir-se relação com o terceiro setor, ou seja, as chamadas parcerias com a sociedade civil, além das distinções do que é de *responsabilidade ou não* do Estado. Bobbio (2004) é enfático ao caracterizar este fenômeno de dicotomia entre o público e o privado.

Um outro aspecto, que se observa no vácuo neoliberal, diz respeito como se porta a sociedade civil como parceira do Estado. São vários fatores, no entanto, destacamos o aspecto da participação, haja vista que as teses de Hayek e de todos os adeptos do neoliberalismo tiveram como alvo a derrocada dos sindicatos, considerados como grandes empecilhos. As adaptações, nas formulações do neoliberalismo, admitiu como segmentos de representatividade e participação social as ONG's, entidades sociais que têm toda uma importância em ciclos diferentes, controvertidos (as) e que passarão por dúbias transformações.

Por que se afirmar a expressão “adaptações” para inserir as ONGs? Podemos, a partir do diálogo com Gohn (2005); Montañó (2003); Paoli (1999); Petras (1999) e Beghin (2005), corroborar no sentido de que as transformações, e, posteriormente, as adaptações históricas referentes à inserção da sociedade civil no ciclo neoliberal, se baseiam na teoria clássica de Tocqueville.

Freqüentadores assíduos da chamada Escola de Chicago Hayek (1977) e Fridman (1985), berço das formulações do neoliberalismo, utilizam diversas passagens das principais obras do referido pensador<sup>49</sup>. No entanto, não há nenhuma intenção de forjarmos uma transposição mecânica, mas o cerne da teoria liberal

---

<sup>49</sup> - Gohn (2005) faz referências a duas grandes obras do pensador Tocqueville que foram referenciais aos neoliberais da escola de Chicago: Democracia na América e igualdade social e liberdade política.

conservadora de funcionalidade das associações de homens “livres”, nos dias de hoje, uma parcela significativa das ONG´s estão perfeitamente adaptadas, modernizadas conforme os postulados neoliberais e empunhando a bandeira da sociedade civil.

A literatura destes tempos modernos sobre o terceiro setor aborda a temática de forma mais crítica, onde o discurso dos neoliberais propagandeia a existência em nossos dias de uma “nova” questão social, ou seja, a “descoberta” que o mundo gira em torno de índices alarmantes de pobreza e miséria.

Debater a questão da miséria e da pobreza, tentando desmistificar o discurso de uma “nova” questão social transforma-se em um enorme esforço para convencer a humanidade. Já mencionamos que o ciclo neoliberal se adaptou no trato das questões sociais com “possibilidade de mediação” pelo Estado, mas é necessário que não haja interferência na liberdade de mercado, no entanto, a profundidade da degradação social promovida pela globalização e a reestruturação produtiva foram mais do que uma simples adaptação conjuntural.

Segundo Montaño (2003) e Beghin (2005), a partir do último quarto do século passado, a questão da pobreza ronda os locais mais certos e incertos da globalização. Mesmo com diferenciações entre seus principais expoentes, ou seja, Hayek (1977), Friedman (1985) e Robbins (1972), os resultados das políticas neoliberais acabaram por produzir um profundo desequilíbrio social.

Esse desequilíbrio social está exposto quando a humanidade assiste à luta desesperadora contra a fome na África, milhões de desempregados nos países desenvolvidos e nos próprios países centrais, mesmo que a proporção dos índices de desemprego seja questionável entre Nações. Soma-se a isso, o avanço de várias doenças contagiosas, entre elas a proliferação da AIDS em locais de extrema pobreza. Mais uma vez, assistimos estarecidos às imagens das crianças africanas contaminadas pelo vírus HIV. Outras questões vão se somando a esse desequilíbrio social, como moradia precária, falta de reforma agrária, saúde, educação, previdência social, meio ambiente, violência, guerras, terrorismo, conflitos étnicos e religiosos.

No rastro das afirmações de Beghin (2005), a pobreza transformou-se em preocupação das grandes empresas internacionais e nacionais, além das agendas dos governos de todas as matizes, mesmo que interesses privados e públicos tenham que merecer análises que levem em consideração suas especificidades.

Na cruzada de salvar a humanidade do caminho da servidão, tudo indica que algo não deu certo nas previsões hayekianas, pois o resultado calcado numa realidade cotidiana foi e continua sendo um mapa mundial de contrastes sociais, conforme alguns dos aspectos que citamos e que se encaixam perfeitamente nesse quadro.

Portanto, podemos destacar neste quadro de contrastes que os principais protagonistas: a pobreza, a desigualdade, o desemprego, a violência, por exemplo, vêm produzindo segmentos sociais que perdem, além do acesso aos bens materiais e simbólicos, também a possibilidade de encontrar um lugar no mundo do trabalho, no espaço público e nas instituições a ele relacionadas, ficando privados de qualquer possibilidade de inserção social.

Frente a esse “desequilíbrio social”, respostas vêm sendo construídas pela ideologia neoliberal, em forma de participação *da e na sociedade*, sendo que essas formas de participação surgem na esteira da reestruturação produtiva global e na crítica cada vez mais generalizada da falência do Estado.

Objetivamente, essa participação na sociedade se dá pelo engajamento das empresas na busca de somar esforços visando desenvolver políticas que superem a pobreza e a miséria. Sendo assim, como se vislumbra essa superação e quais seriam essas políticas?

Neste sentido, aqui reside convergência de nossa parte com nossos autores ao cunhar a expressão “falsa propaganda do capital” ao referir-se à inserção da classe empresarial através de seu ativismo político, ou seja, “*ativismo social empresarial*” (Beghin, 2005:32).

Esse ativismo social empresarial está alicerçado em eixos fundamentais: em primeiro lugar no aspecto da comunicação ou o que se tem teorizado de *marketing social*. Segundo Beghin, (2005: 30), “*trata-se de uma estratégia de negócios que busca criar uma imagem positiva da empresa por intermédio da defesa de causas sociais, culturais ou ambientais*”.

Diante de um modo de produção altamente fragmentado e internacionalizado, de um mercado consumidor globalizado, o *marketing* passa a se construir e a se fortalecer não em torno de produtos, mas de uma reputação: ou seja, as marcas não se referem diretamente a um produto, mas a um conjunto de valores (Garcia: 2002), os quais são veiculados por meio do ativismo social empresarial. A retórica é a do

jogo “soma positiva”; as empresas ganham porque aumentam seus lucros e a sociedade, porque melhora sua qualidade de vida.

Em segundo lugar, o ativismo empresarial procura, assim, diluir os conflitos resultantes da relação capital/trabalho e se constituir numa nova estratégia de negócios. Contudo, há algo mais do que isto. Se a reestruturação produtiva que vem ocorrendo no Brasil desde a segunda metade da década de 1980, trouxe ganhos significativos para o capital, ela contribuiu para dramatizar a questão social. Diante desse quadro, as grandes empresas privadas, ganhadoras da globalização (Santos, 2003), vêm procurando novas formas de enfrentar os problemas sociais que elas mesmas criaram com o intuito de se legitimarem nos territórios em que atuam.

Esse movimento é traduzido nas palavras de Mattar:

“[...] há uma possibilidade na mão das empresas se elas efetivamente atuarem nesse sentido de reverter ou de contribuir para modificar o quadro absolutamente alarmante do ponto de vista econômico e social”. (2001, p.8)

Para corroborar a afirmação de “falsa propaganda do capital”, esse projeto político de sociedade não pode correr o risco de que o capital não cumpra uma de suas premissas – capital que se valoriza (Fiori, 2003), sendo assim, as empresas privadas irão operar no sentido de tornar a ação estatal falsamente “desnecessária” (Oliveira, 1999). Elas irão, pois, trabalhar com o intuito de retirar da arena política e pública os conflitos distributivos e a demanda coletiva por cidadania e igualdade. A ideologia que permeia esse tipo de intervenção objetiva liberar o mercado daquilo que é percebido como amarras que dificultam seu livre funcionamento – isto é, os direitos sociais. São por essas razões que o ativismo social empresarial se insere no movimento que busca esvaziar o “Estado Social” (Santos, 2003). “ou melhor”, reformá-lo para adequá-lo a uma melhor eficiência produtiva.

É neste percurso que os autores Beghin (2005) e Montañó (2003) caracterizam dois tipos de modelo regulatório correspondente ao ativismo social empresarial. O primeiro modelo é denominado de filantropia, sua gênese remonta as

teses liberais conservadoras focando o individualismo e igualdade formal, os valores em sociedade primam pela moral.

Assim, destaca Beghin:

a filantropia sugere uma idéia de comunidade baseada numa sensibilidade mora, a moral é a chave para resolver o encontro entre miséria e ordem, (2005, p.45),

Sem negar a importância do interesse individual para o sistema econômico, à filantropia elabora, pragmaticamente, uma referência ao interesse coletivo, de natureza essencialmente moral que é o de reduzir a miséria e o perigo social que ela representa.

Entre a noção econômica de interesse individual e a jurídica do direito, a filantropia desenvolve práticas que promovem a síntese entre interesse individual e interesse geral. Sendo assim, complementa Beghin:

O eixo norteador da filantropia é o de buscar 'moralizar' os pobres numa sociedade em que a maior parte deles encontra-se fora do mundo do trabalho, fora da normalidade (2005, p.46).

O que se comprova é que o ativismo social empresarial via políticas filantrópicas se complementa a outros fatores controversos, conforme Beghin (2005), no Brasil sua estreita ligação em aproximadamente quatro séculos, vem sendo associada predominantemente à Igreja católica. Isto por que sua origem remonta à chegada da Irmandade da Misericórdia e à instalação das primeiras Santas Casas que, desde a metade do século XVI, mantêm hospitais abertos à população, ou seja, foram criadas com preocupações caritativas e beneficentes e voltadas àqueles sem condições de trabalhar, órfãos, idosos, doentes ou inválidos.

Assim, a Igreja católica atribui à filantropia o sentido da caridade. Sob esse aspecto, o termo filantropia acaba sendo também uma laicização da concepção católica da caridade (Mestriner, 2001).

Como afirma Gennari (2001), o capital para garantir sua valorização procura se adaptar as condições que lhe garanta produção e valorização de bens materiais,

portanto, a filantropia a partir de seu berço histórico e em perfeita sintonia com os princípios de como tratou e trata a Igreja católica relacionando-a aos aspectos da caridade, as empresas privadas acabam por configurar esse legado para os seus interesses, muitas vezes (Montaño, 2003), em parcerias com as instituições religiosas.

Essas importantes experiências em seus aspectos subjetivos e objetivos serão responsáveis por produzir novas formas de participação. Estamos partindo do recurso de criar uma metamorfose com Sader (1988) e entoar que “novos personagens entram em cena”, neste caso, para ilustrar que estamos diante de uma nova roupagem denominada de filantropia empresarial da caridade, seus formuladores e adeptos não titubeiam ao reforçar a idéia de que o Estado é incompetente e responsável pelas mazelas sociais.

Conforme Beghin (2005), a filantropia empresarial da caridade, de origem liberal, ancora-se no sentimento religioso, na laicização da concepção católica de caridade. Reiteramos nas assertivas de Montaño (2003), de que há uma tentativa de ideologização do terceiro setor e, no rol das aparências tratar como um fenômeno da modernidade, que tenta desviar o foco das contradições da sociedade não levando em consideração aspectos fundamentais da totalidade social.

Um segundo modelo regulatório do ativismo social empresarial diz respeito a um “segmento” que remonta a filantropia e que busca construir uma nova (neo) forma de exercer a filantropia (Beghin, 2005). Na verdade, ao reforçar a expressão “segmento” podemos estar forçando o nosso método de análise, pois são muito poucas as diferenças nos interesses do capital.

Neste sentido, a perspectiva da neofilantropia debate os resultados de sua política como medidas orgânicas essencialmente preventivas. Trata-se de outorgar bases objetivas à atuação com o intuito de eliminar as velhas formas de benemerência, mas, também, evitar a obrigação de ter de responder a todas as necessidades da sociedade. O componente moral ganha novo contorno: a sociedade como um todo é responsável pela pobreza na medida em que a mesma é considerada como um entrave à modernização. E mais: é a própria sociedade que deve encontrar suas soluções.

A neofilantropia empresarial faz referência às exigências morais de uma nova sociabilidade ou contratualidade baseada na moral da responsabilidade social e da ética.

Sobre essa nova contratualidade, concordamos com as assertivas de Silva Jr. (2002), tratar-se do velho pacto contratual de Rousseau revestindo-se na lógica do “lobo na pele de cordeiro”. Essa nova contratualidade busca roubar a cena de valores conquistados pelos trabalhadores, ou seja, “valores conquistados pela cidadania social”. Nesse sentido, para desenvolver um modelo alternativo de regulação da pobreza, qual seja, que supere o assistencialismo puro dos filantropos tradicionais e que evite o socialismo dos “distributivistas”. (Montaño, 2003), os empresários instrumentalizam e apropriam-se de valores circulantes na sociedade como, por exemplo, ética na cidadania, cooperação, solidariedade, participação e parceria, para legitimar, de um lado, uma ação tutelar e, de outro, seu silêncio quanto às verdadeiras causas de produção da exclusão social.

Por trás de um discurso que evoca a responsabilidade social, a ética nos negócios e a eficiência empresarial, a neofilantropia empresarial propõe uma forma de gerenciamento da questão que envolve não só a sociedade, mas também o Estado, só que um novo Estado. Esse novo Estado reformado e gerencial deve intervir nos campos econômico e social, desde que assegure o bom funcionamento do mercado.

Complementarmente a essa ação do Estado, apregoa-se que as organizações da sociedade devem contribuir para amenizar os efeitos das múltiplas carências que o jogo do mercado capitalista não sabe evitar.

Assim como a filantropia empresarial da caridade, essa prática é filantrópica porque busca regular a exclusão. Isto é, busca gerenciar os conflitos sociais pelo apelo a obrigações morais e éticas, retirando da arena política e pública os conflitos distributivos e a demanda coletiva por cidadania e por igualdade.

### **3.3 PRECEITOS HISTÓRICOS DA SOCIEDADE CIVIL**

Neste item, discorreremos noções iniciais sobre o conceito de sociedade civil, pois ao abordar aspectos das duas principais tendências que inspiraram o terceiro setor, necessariamente teremos que adentrar mais detidamente no ciclo neoliberal e a nova roupagem para a sociedade civil, para podermos abordar a chamada “mediação” entre público e privado. No caso do chamado espaço não estatal (sociedade civil) no ciclo atual dará sentido ao que se denomina de “parcerias”.

O leque de interpretações sobre o significado do termo sociedade civil é amplo. Mesmo dentre os liberais, eternos defensores do termo, também não é uma interpretação. Temos desde aqueles que utilizam o termo como processo de privatização, implicando a expansão do mercado e a limitação do Estado, até liberais da corrente humanista, que atribuem como espaço da sociedade civil o processo de aprofundamento da participação comunitária em projetos públicos, aumentando a performance do governo e sua aceitação pública. Outros advogam como sinônimo de civilidade. Recentemente, observa-se, no ocidente, o crescimento da interpretação da sociedade civil como aperfeiçoamento dos processos deliberativos democráticos, para criar mais espaço público.

Historicamente atribui-se a Aristóteles a origem do conceito de sociedade civil: “*koinonia politike*”, expressão traduzida para o latim como “*societas civilis*”, correspondendo a uma comunidade pública *ético-política*, possuidora de um ethos compartilhado pelos membros que a constituem. A separação sociedade civil – Estado só vem a acontecer na Idade Moderna, a partir dos escritos de Ferguson e Paine. Ferguson evidencia o fato de que o Estado não é uma extensão imediata da sociedade (civil). Anos mais tarde, Paine amplia a concepção de Ferguson, defendendo a limitação do poder estatal em nome da preservação da sociedade civil (Costa, 1997).

Na doutrina do jusnaturalismo, a exemplo de Hobbes, Locke e Kant, a sociedade civil é entendida numa situação de oposição a natureza. Para Hobbes, assim como para Locke, a sociedade civil tem duplo aspecto: o de sociedade política e o de sociedade civilizada. A sociedade civil é considerada por Hobbes e seus seguidores como sendo a sociedade que se opõe à etapa primitiva da humanidade, o estado selvagem. Não há aqui uma separação entre as expressões “sociedade política” e “sociedade civilizada”.

Rousseau não comunga dessa idéia. Esse teórico se diferencia da maioria dos autores dos séculos XVII e XVIII. Para ele, a sociedade civil é a sociedade civilizada, no sentido da não barbárie, mas sem implicar, necessariamente, em sociedade política. Esta surgirá do contrato social e será uma recuperação do estado de natureza e uma superação da sociedade civil, (Bobbio, 1986). É importante lembrar, que essa visão jusnaturalista do direito natural deu bases à Declaração dos Direitos do Homem da Revolução Francesa.

É a partir de Hegel (2003), no século XIX, que o conceito de sociedade civil vai assumir um estatuto teórico efetivo. As regras de mercado assumem um caráter fundamental para a estruturação da sociedade civil. Hegel (2003) localiza a sociedade civil entre as esferas da família e do Estado. Nessa concepção, a sociedade civil vai incorporar tanto o sistema das necessidades (a esfera econômica), como o aparato jurídico, a administração pública e a corporação.

Hegel (2003) é o primeiro autor moderno a conferir centralidade à idéia de sociedade civil. Nem a família nem o Estado são capazes de esgotar a vida dos indivíduos nas sociedades modernas. Sociedade civil para Hegel implica simultaneamente determinações individualistas e a procura de um princípio ético que jamais poderia vir do mercado, mas sim das corporações.

No pensamento de Karl Marx (1994), a sociedade civil não significa instituições postas entre família e Estado, como foi concebido por Hegel (2003). Esta vai estar reduzida ao sistema de necessidades, isto é, à economia capitalista da sociedade burguesa. Para Marx (1994), a base econômica material modela tanto a religião e a filosofia quanto as formas de expressão cultural e as instituições existentes. A sociedade civil envolve todo o conjunto da vida comercial e industrial de um determinado grau de desenvolvimento. Ela congrega ao mesmo tempo a luta de classes:

A sociedade civil compreende todo o intercâmbio material dos indivíduos numa determinada etapa do desenvolvimento das forças produtivas. Compreende toda a vida comercial e industrial de uma etapa, e nesta medida transcende o Estado e a nação, embora, por outro lado, tenha de se fazer valer em relação ao exterior como nacionalidade e de se articular como Estado em relação ao interior (Marx & Engels, 1994, p.94).

Neste sentido, Gramsci (1999), entra na história das idéias políticas como sendo o primeiro autor a compreender o espaço da sociedade civil como o espaço de organização da cultura. Para ele, a sociedade civil está na superestrutura social. Gramsci (1999), diferentemente de Hegel (2003) não reduz a sociedade civil ao nível da esfera dominada pelo direito de propriedade. Para Gramsci (1999), a dominação

de uma classe sobre outra não se dá apenas no plano econômico, mas em diversas instâncias. A hegemonia não é um mero produto do domínio do econômico e, conseqüentemente, do Estado, que estaria sob o controle da classe dominante. Ela ocorre também, e principalmente, no plano cultural, e expressa o poder de uma determinada classe de dirigir moral e intelectualmente o conjunto da sociedade. O espaço principal para a disputa pela hegemonia é a sociedade civil, e completa no plano da sociedade política o Estado (Costa, 1997).

A filosofia política de Gramsci (1999) destaca a importância da organização da sociedade civil para a mudança da sociedade política, num plano onde há táticas e estratégias denominadas “guerra de posição” e “guerra de movimento”. Trata-se de organizar a sociedade civil para democratizar o Estado e seus aparelhos (a sociedade política). Ela não se contrapõe ao Estado, mas é uma de suas partes constitutivas, junto com a sociedade política. A sociedade civil é uma esfera do ser social, diz Coutinho (1999), uma arena privilegiada da luta pela hegemonia e pela conquista do poder político.

Ao final do século XX recuperam-se as contribuições de um autor francês que viveu na América, considerado fundamental na implantação do modelo de democracia norte-americana: Aléxis de Tocqueville (1998), ficou fascinado pelas redes cívicas americanas, nascidas espontaneamente, do que denominou como aspiração e desejo de pessoas livres. Ele descreve a sociedade civil como uma associação cívica: consiste numa legião de entidades assistenciais, de caridade, fraternais, ligas cívicas (muito comuns no seu tempo), associações religiosas etc. Conforme Montañó (2003); Dagnino (2002) este ressurgimento teve precursores nos próprios Estados Unidos que se consideram como os verdadeiros fundadores da sociedade civil, devido aos milhares de tipos de associações voluntárias que criaram: religiosas, morais, de caráter geral e restritas, grandes e pequenas, todas consideradas fundamentais para o funcionamento da democracia americana.

Josué Pereira da Silva (2000) já havia assinalado que a sociedade civil é uma das características centrais do sistema sóciopolítico americano e é a própria base do espontaneísmo americano. Para ele, a sociedade civil denota um setor no qual instituições não políticas operam, a saber: a família, templos religiosos, grupos de vizinhança, grupos cívicos, e inúmeras associações voluntárias.

Os referidos autores que se debruçam sobre os estudos da concepção dos comunitaristas, enfatizam, que estes, reivindicam para si a importância da sociedade

civil, visando encorajar a coesão social no local, na comunidade geográfica, pois essa coesão é vista como fator de mudança social, identidade e pertencimento, são conceitos defendidos como importantes para a mudança social, em comunidades que olham para a frente, buscam laços que lhes dêem coesão para *“alavancarem para frente e não apenas a volta à situações idílicas passadas”* (Santos: 2002, p.285).

Como podemos observar, a discussão sobre a sociedade civil, a partir da matriz filiada às origens de Tocqueville, parte das análises do micro, do local, da comunidade, e nestas, olha as relações entre os indivíduos, como se formam os grupos, como se comportam as lideranças. As estruturas macrossociais não são priorizadas nas análises.

Já Anthony Giddens (2005) fez uma importante contribuição ao debate contemporâneo sobre a sociedade civil ao incluí-lo na galeria de conceitos que “lutaram” e foram se impondo, ocorrendo sua secularização, a exemplo, no passado, dos conceitos de classe, *status*, raça, partido, religião, seitas, e nas últimas décadas com os conceitos de gênero, sexualidade e identidade. Giddens (2005) sugere que a sociedade civil pode ser concebida em três formas típicas/idéias, as quais têm sucedido uma pós a outra na História moderna.

Na primeira forma, pós-medieval, pós-hobesiana, a sociedade civil é compreendida por pensadores como Locke (1973) e Harrington; pelos moralistas escoceses, especialmente Ferguson e Smith; depois por Rosseau e por Hegel; e nos últimos tempos desta etapa por Tocqueville. Sociedade civil era compreendida como um guarda-chuva para a gama de instituições fora do Estado. Incluía o mercado capitalista e suas instituições, mas também incluía o que Tocqueville denotava como religião voluntária (grupos protestantes), associações e organizações públicas e privadas, todas as formas de relações sociais cooperativas que criavam vínculos de fidelidade e confiança, opinião pública, instituições e direitos legais, e partidos políticos.

Nesse primeiro período, o entendimento da sociedade civil abrangia forças distintas, do ponto de vista da ética e da moral. Coelho (2000) exemplificou isso ao dizer que o processo e as instituições do mercado capitalista eram concebidos como algo que agregava boas qualidades para o cenário de paz internacional, tranqüilidade doméstica, e aumento da participação democrática. O capitalismo era entendido, em si próprio, como produtor de disciplina e responsabilidade individual.

O desenvolvimento do capitalismo industrial no século XIX alterou profundamente a imagem do mercado capitalista, que passou a ser visto como egoísta, uma força anti-social, danoso à sociedade e as suas ações coletivas. Esta transformação gerou, segundo Santos (2003), a segunda forma histórica do conceito de sociedade civil. Ela passou a ser vista como um grupo de interesses puramente privados, parte da superestrutura da sociedade, especialmente na teoria marxista. Desaparece uma teoria social sobre a sociedade civil, todas as atenções concentraram-se no Estado. Temas como o da participação democrática refluem nas ciências sociais, mobilidade, pobreza e conflitos de classe tornam-se os tópicos principais da pesquisa e das preocupações teóricas.

Os acontecimentos históricos nas últimas décadas do século XIX levaram à criação da terceira forma de compreensão da sociedade civil. As teorias e ênfases sobre as ações estatais declinaram. Segundo Santos (2003), há um retorno não apenas à teoria democrática, mas também a Hegel e ao pragmatismo. As ciências sociais passam a ter interesse nos laços e relações informais, nos relacionamentos íntimos, na subjetividade das pessoas, nos processos de solidariedade e confiança, nas instituições da vida pública; em suma, nos processos culturais e simbólicos. Isso tudo leva a conceber a sociedade civil como algo maior que um simples guarda-chuva que abriga o que não está no âmbito estatal.

A sociedade civil passa a ter, em algumas abordagens, até certa independência. Cria-se um senso comum de que a sociedade civil não é apenas espaço para ações individuais, mas ela deve construir um senso coletivo de obrigações sociais, de responsabilidade social, que declinaram na segunda etapa. Disso tudo, Santos (2003), Giddens (2005) e Gohn (2005), inferem como conclusão nesse cenário que a sociedade civil pode ser concebida como um tipo de “comunidade civil”, uma esfera solidária na qual um certo tipo de comunidade universal cresce gradualmente, expressa pela opinião pública; ela possui códigos e narrativas próprios expresso em idiomas democráticos, é modelada por um conjunto de instituições particulares, a maioria de notabilidade legal e algumas jornalísticas, e um conjunto de práticas interativas de civilidade, igualdade, criticismo e respeito.

Poderíamos continuar citando muitas outras contribuições no debate sobre sociedade civil na atualidade, seu papel na história e seu lugar na teoria social, a exemplo de Silva Jr. (2002), Moraes (2000), Gentili (2001), Frigotto (1999). O importante a destacar é que esse debate surge num momento de crise do Estado e

da sua capacidade de gerenciar as políticas públicas para a área social deixando em aberto qual perspectiva de um conceito ideal, como se fosse um receituário e que pudesse a ser implementado em qualquer ciclo da sociedade.

No entanto, há de observar a forte influência na teoria liberal metamorfoseada na doutrina neoliberal que reserva à sociedade civil a ocupação dos espaços de relações através das parcerias.

### **3.4 AS PARCERIAS**

As parcerias, a princípio, estão sendo entendidas como convergência de diferentes atores em torno de um projeto comum, resultando em responsabilidades compartilhadas entre as empresas e organizações sem fins lucrativos ou governamentais.

A utilização deste mecanismo encontra respaldo tanto no âmbito dos defensores do Estado gerencial proposto por Bresser Pereira, como no âmbito de organizações da sociedade que defendem um novo modelo para a resolução da questão social, no qual dá ênfase à generalização de competências civis descentralizadas, exercidas pelo ativismo civil voluntário em localidades específicas. Ora, com isso abre-se o caminho para se passar de uma sociedade organizada por referência aos direitos fundamentais na solidariedade coletiva, mesmo que ainda predominantemente no plano formal, para uma sociedade organizada pela ação solidária privada (Paoli, 2003).

Não há razão para crer que a prática da parceria não reproduza o histórico clientelista presente nas relações de poder no Brasil: entre uma empresa e seus beneficiários – quer seja uma comunidade, quer seja uma organização sem fins lucrativos – estabelece-se uma “política da clientela”, em que os serviços prestados têm “dono” e esse dono é o empresário e, por isso, compete a “ele” decidir os critérios de distribuição dos recursos. As organizações parceiras das empresas fazem parte dessa relação de mão dupla na medida em que são denominadas de ONGs, centros comunitários, sindicatos, associações filantrópicas, etc.

A parceria pode, pois, incorporar traços de uma cultura política anti-democrática e favorecedora dos interesses privados em detrimento dos públicos. Sob a proteção deste termo, aparentemente “inofensivo”, podem ser ocultadas

propostas de transferência de responsabilidades, de delegação de poder político na direção do setor privado lucrativo ou não, de subordinação a uma lógica colonizadora que aprisiona o atendimento em métodos de intervenção tecnocráticos e orientados exclusivamente pela busca da eficiência (Garcia, 2002).

Nessa economia política da responsabilidade se estabelece um “comércio” entre o rico e o pobre em que ambos ganham: o primeiro, porque vê seus lucros aumentarem graças a sua ação “responsável”, e o segundo, porque passa a ter acesso a bens e serviços que não tinha, desde que aceite sua condição. Neste sentido, a nova filantropia empresarial *“ecoa o desejo neoliberal que preconiza a iniciativa individual e privada contra a ineficiência burocrática do Estado e politização dos conflitos sociais”* (Paoli, 2003, p.386).

Trata-se de um modelo de atendimento conservador que, com roupagem civilizada, reproduz a lógica da filantropia da caridade. Isto porque, mesmo contribuindo para melhorar as condições de vida de algumas parcelas da população, não transforma os excluídos em cidadãos: apenas os assiste, tornando-os dependentes da ajuda privada que, por seu turno, depende das flutuações das intenções e dos interesses dos empresários. Busca-se a manutenção de um capitalismo recentemente renovado no qual o espaço público é, cada vez mais, colonizado pela lógica privada do mercado. Falta a neofilantropia empresarial aquilo que os direitos sociais legalmente garantidos pelo contrato social contemplam, mesmo quando burocratizados e esvaziados.

Afirmamos que o neoliberalismo, como fora o liberalismo, é capaz de enfrentar as questões sociais que ele mesmo espalha, fornecendo as bases morais de uma solidariedade ancorada no ativismo civil. Trata-se de “governar a miséria” (Montaño, 2003), regulando-a por meio de um modelo filantrópico e clientelista que historicamente vem mantendo a desigualdade social no país. Termina, pois, por desviar a atenção dos conflitos entre direitos e poder para orientá-los em torno das problemáticas de organização e de sociabilidade.

### 3.5 EM DEBATE A TERCEIRA VIA<sup>50</sup>

Será nos anos 50/60/70, que a corrente político-teórica (keynesianismo) atravessará ciclos de auge e derrocada. Através de suas formulações de sociedade ancorada nas reformas do Estado nacional e sua matriz teórica abarcando: participação, justiça social, liberdade, igualdade com oportunidades, cidadania e engajamento da sociedade civil.

O Welfare State como ente público foi bastante criticado pela sua concepção ideológica de ampliação das políticas públicas. Neste sentido, Hayek como se fosse um visionário vislumbrava, que mesmo com um ciclo duradouro deste projeto de sociedade, o caminho da servidão lhes reservava o futuro. Entre acirradas críticas está a centralização (Estado estatal), o intervencionismo (economia), as falsas idealizações por igualdade e direitos sociais como um claro limite da liberdade. Hayek acusa os keynesianos de transformarem as chamadas representações participativas de classe (sociedade civil) em braço do Estado, portanto, são pressupostos que não são vistos como legitimidade para o progresso e desenvolvimento da sociedade, esta deve se organizar/regular a partir da livre concorrência no mercado, constituindo-se no núcleo central de máxima representatividade para os neoliberais.

Silva Jr. (2002), afirma que os alicerces do Keynesianismo no pós-guerra forjaram um ciclo duradouro para o Estado de Bem Estar Social, que tentou ressuscitar a teoria do socialismo utópico, na (re) formulação de humanizar o capital.

Complementa Silva Jr (2002), os movimentos sociais via partidos social-democratas e o forte sindicalismo europeu constituíram-se nos principais protagonistas implementadores da política do Welfare State. Nesse sentido, há uma confusão ideológica em considerar o ciclo histórico do Estado de Bem-Estar Social e suas políticas sociais democratas sistêmicas, como se fossem conquistas sociais com feições e emancipação socialistas. Trata-se de um ciclo do capital em distintos contextos e sujeitos históricos no controle e regulação social.

Esta afirmação está reiterada nas análises de autores, como: (Montaño, 2003); (Silva Jr.: 2002); (Antunes : 2004); (Arroyo : 2002); (Gentili : 1999); (Frigotto :

---

<sup>50</sup> - Aqui inserimos três extratos sobre a definição de Terceira Via:

- É filosofia de governo que se baseia em princípios como: desregulação, descentralização e poucos impostos.
- Uma ideologia intermediária entre a social-democracia e o neoliberalismo.
- Contudo, o perfil real que emerge da Terceira Via não podia ser outro: uma esquerda disfarçada de centro.

2002); (Fiori : 2003), tratar-se de um ciclo do capital com outra roupagem na busca incessante de superar mais uma crise de superacumulação de riqueza. Neste sentido, não se trata de um “novo” modo de produção, bem como um “novo” projeto político de emancipação da sociedade. Nem de um confronto entre (neo) liberais e não liberais, entre defensores capitalistas e contrário a eles:

mas uma oposição estratégica entre liberais (de distintas tendências, de diferentes contextos históricos e talvez de diversas frações: (industrial ou financeira) que visam ao mesmo desenvolvimento da acumulação capitalista (Montaño,. 2003, p.86).

Nas disputas pela formação e funcionamento do Estado nacional, a crise promovida pelo socialismo real com a queda do muro de Berlim, acrescida da crise sem proporção dos movimentos sociais europeu, a conjuntura política e econômica mostra-se (re) configurada em uma “nova” ordem do capital. Teremos e temos atualmente a conformação política e social de uma “nova” corrente política, tendo como berço de formulação a Inglaterra através da Escola de Economia de Londres (London School of Economics), curiosamente com o beneplácito do que se denominou de nova esquerda democrática e/ou pós-marxista. Sendo assim, esse é o lócus de relações sociais e políticas da tendência de “intenção progressista”.

Neste caso, essa “nova esquerda” democrática chamada de Terceira Via, tendo em Anthony Giddens seu principal expoente e, pertencente aos quadros intelectuais da famosa escola de economia londrina, transformando-a em principal laboratório dessa “nova” corrente “progressista”.

As teses da Terceira Via tiveram início na Inglaterra que outrora tinha sido alvo de ataques da teoria hayekiana. O parceiro privilegiado de Giddens é o atual primeiro-ministro inglês Tony Blair, que se mantém no poder depois de quase vinte anos de controle pela política conservadora de Margareth Thatcher. O segmento social e político onde aportaram as formulações de Giddens/Blair foi o Partido Trabalhista Britânico totalmente modernizado (Antunes: 2004). Sendo assim, essa corrente de pensamento vai formular proposições com vista à chamada participação da sociedade, ou seja, o espaço de relação política e social dar-se-á pela sociedade civil com desdobramentos para o terceiro setor.

Será com base nas análises de Antunes (2004) Montañó (2003) e Silva Jr. (2002), que desnuda-se a profundidade da crise dos movimentos sociais no ciclo do Welfare State (tanto os partidos sociais democratas, bem como o sindicalismo europeu). Os autores com muita acuidade não deixam de inserir o Leste Europeu e a crise do socialismo real. São elementos importantes para os mesmos evidenciarem a chamada “nova” (re) configuração da sociedade participativa por seus organismos em busca da cidadania. Neste sentido, temos um novo ator social entrando em cena, qual seja: as ONGs, tendo neste atual ciclo papel destacado como organizador, gestor e gerenciador das políticas públicas e privadas em nome da sociedade civil.

A Terceira Via como berço da (re) formulação do terceiro setor está caracterizada pelos nossos autores como tendência de “intenção progressista”. Observa-se que nos pressupostos teóricos de concepção de sociedade não se vislumbram nenhuma possibilidade de uma sociedade participativa que enseje a universalização da cidadania. Esta tendência acaba por ser funcional ao neoliberalismo (dadas às concordâncias do seu debate com o caminho optado de resignação e modernização contida em sua proposta, sobre as transformações operadas pelo capital e, portanto, claramente conservadora).

Segundo Montañó (2003, p, 87), essa tendência traça o mesmo caminho de (aparente) *‘intenção progressista’*, não condiz a outro sentido senão ao de reafirmar/legitimar o aspecto conservador/regressivo da (contra) reforma do Estado e do novo trato a “questão social”. Ou seja, as velhas teses (neo) liberais estão presentes com outra roupagem, tudo em nome do mercado e da privatização das políticas públicas empunhando a bandeira da participação através das parcerias entre o Estado e a sociedade civil.

Neste sentido, a concepção que deseja assumir atualmente são as perspectivas da sociedade civil organizada como um espaço de relações sociais. Na verdade, temos a partir do discurso de participação da sociedade as privatizações das políticas públicas, pois nestes tempos de Estado gerencial, sociedade parceira, onde já se tornou lugar-comum ouvirmos que a sociedade civil está se firmando no plano nacional e internacional. Estamos de pleno acordo com as assertivas que caracterizam este movimento de derresponsabilização do Estado.

Em diálogo com Gohn, podemos complementar esta assertiva:

A reestruturação do papel do Estado, não mais como produtor de muitas ações, mas como gestor e repassador de recursos, tem levado à privatização de serviços essenciais, à emergência de novos parceiros no atendimento de questões sociais, e à estratificação desse atendimento segundo os imperativos da lógica do mercado: a flexibilização e desregulamentação de políticas sociais com a retirada de direitos adquiridos pelos trabalhadores do setor privado e público, são também parte do cenário da nova questão social no Brasil (2005, p.11).

Como observamos as premissas desse ciclo do capital está marcado por meio dos projetos que os gestores públicos têm feito ao administrarem as cidades (descentralização administrativa), resultando em políticas sociais públicas excludentes, que promovem uma modernização conservadora na qual a inclusão deixou de ser um direito de todos, a pobreza perdeu o caráter universal e subdividiu-se entre pobres e miseráveis. Somente parcelas ínfimas destes últimos têm sido incluídas como “usuárias” do sistema público, dentro de um atendimento setorializado.

A perspectiva de setorialização leva em consideração a lógica do neoliberalismo que fragmenta esse funcionamento da sociedade em três esferas: primeiro setor (Estado); segundo setor (mercado); terceiro setor (sociedade civil). Este último deve funcionar como políticas voltadas para atender os cidadãos entre as áreas que não cabe e nem é de responsabilidade do Estado, ou seja, de caráter público. Corrobora a máxima neoliberal alicerçada nos pressupostos dos valores morais tradicionais florescendo a liberdade individual, pois o indivíduo em interação privilegiada com o jogo “livre” do mercado é suficientemente capaz pelas suas aptidões, a sorte, os empenhos, destacando uns em relação aos outros, seria a única formação social organizada por meio da livre concorrência no mercado, como garantidor da liberdade.

### **3.6 O CAPITAL EM MOVIMENTO: OS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Não há como separar no debate atual a participação dos movimentos sociais sem que para isso possamos inserir o papel político e o espaço de relação das ONGs como um novo modelo de representação da (e na) sociedade. É nosso

entendimento que não podemos abstrair desta análise o papel dessas representações sociais sem que possamos tentar encontrar o “fio da meada”. Esse labirinto permeado por caminhos emaranhados só foi possível recorrendo ao velho e bom método da historicização, um recurso pertinente que nos propiciou percorrer os caminhos desse espaço tenso e contraditório, no entanto, nos ofereceu visibilidade para podermos contextualizar os ciclos de representatividade das ONGs.

Em primeiro lugar, é fundamental reencontrar a perspectiva dos movimentos sociais, buscando analisá-los a partir de alguns elementos deste emaranhado como: a perspectiva das lutas sociais, as contradições capital/trabalho, parcerias, o processo neoliberal de reestruturação social (produtiva, comercial, normativas, legais, estatais). Em segundo lugar, esses fatores que propiciam condições favoráveis de inserirmos esse “novo” ator social (ONGs) como peça importante neste labirinto.

Portanto, nosso recorte passa pelo auge e derrocada dos movimentos sociais na Europa com os partidos sociais democratas e o sindicalismo europeu, além de situarmos a realidade brasileira dos movimentos sociais e a influência dos movimentos sociais europeus.

A grande crítica de Hayek ao Keynesianismo repousa no intervencionismo do mercado e na representatividade dos movimentos sociais de terem se tornado braço do Estado. É um período (anos 60/70) de efervescência dos movimentos sociais democratas tendo como *locus* a Europa.

No entanto, em meados dos anos 70, já teremos claros sinais de oscilação na pujança do movimento europeu. No Brasil, ao contrário, temos uma retomada da luta sindical tendo como berço dessa redemocratização o ABC paulista na figura política e histórica de Luis Inácio Lula da Silva, hoje presidente do Brasil disputando com Fernando Henrique Cardoso a herança, no Brasil, das teses da Terceira Via.

Os movimentos sociais sempre dividiram as atenções nas disputas de representatividade na sociedade entre os sindicatos e os partidos de esquerda. As teses marxistas foram as que melhor acolheram a organização e funcionamento dessas entidades de classe. As correntes políticas, permeadas pelos socialistas, comunistas, anarquistas e/ou anarco sindicalistas, disputaram palmo a palmo os ciclos oscilantes de direção política (maioria e minoria política).

Como se observa, não há espaço para outro tipo de organização da classe operária que não seja o ambiente propício dos sindicatos classistas e os partidos de

esquerda. Países como Itália, Espanha, Inglaterra, Alemanha, Suécia sempre se destacaram como centros irradiadores de disputas e, ao mesmo tempo, exportação do modelo de concepção, estrutura, teoria e prática política, sindical e partidária.

As conquistas obtidas pela classe operária, como: pleno emprego, saúde, habitação, educação, saneamento básico, previdência, ou seja, o “boom” das políticas sociais, que Montaño (2003), denomina de ampliação das ‘políticas públicas na esfera estatal’, por mais que os (neo) liberais tentem frustrar essas conquistas, mesmos com as contradições que ensejam várias interpretações, mesmo assim, se constituíram para aquele momento como conquistas importantes.

Outras bandeiras desses movimentos foram empunhadas na perspectiva da liberdade e igualdade de condições, justiça social, contra a discriminação, os crimes de guerra cometidos pelos nazistas e fascistas, contra o terrorismo, a corrupção, pela paz, enfim, uma convergência e, ao mesmo tempo adversidades, de pensamento neste ciclo de pujança e derrocada dos movimentos sociais nos áureos tempos do Welfare State.

Neste aspecto, estamos discorrendo sobre o movimento social europeu, mas isso é fundamental para a nossa compreensão, haja vista que o nosso sindicalismo brasileiro, bem como nossos partidos de esquerda, importaram esse modelo para a nossa organização política, sindical e partidária. Como exemplos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Central Única dos Trabalhadores (CUT), as principais organizações políticas partidárias e sindicais que reivindicam esse legado importado da Europa.

O conjunto de elementos que já nos reportamos anteriormente são importantes para que possamos entender as mudanças que ocorreram no perfil e na organização dos movimentos sociais. A crise do leste europeu, combinada à queda do Muro de Berlim, a crise política e econômica do Welfare State são os sintomas mais significativos que identificam as mudanças ocorridas nos movimentos sociais. Afinal, por mais que algumas análises despolitizadas tentem tratá-los de forma específica, a relação de totalidade consegue unificar as partes dispersas e fundamentais nesse tabuleiro político, ou seja, todos os segmentos importantes foram (ou continuam sendo), parte desta crise que vivenciou o Welfare State. Com isso, tivemos um clima favorável para os neoliberais paulatinamente irem implementando suas políticas alicerçadas no seguinte tripé:

- a) A reestruturação produtiva (gerando precarização das condições de trabalho e aumento do desemprego);
- b) A (contra) reforma do Estado (particularmente na desresponsabilização estatal e do capital nas respostas à “questão social”);
- c) A transformação ideológica da sociedade civil (como arena de lutas) em “terceiro setor” (como espaço que assume harmonicamente as auto-respostas isoladas à “questão social “ abandonadas/precarizadas pelo Estado);
- d) A crise do Welfare State data dos anos 70, onde os ciclos neoliberais iniciam sua vida própria, avança nos anos 80, se consolida nos anos 90. A Europa passará por essas alterações de ordem política, econômica e social. Sendo assim, as ONGs, conforme debatem Montaño (2003), Gohn (2005), Paoli (2000; 2002), a partir dos anos 70, assumiram um claro papel articulador ao lado dos movimentos sociais como captador de recursos para eles.

As ONG's, quando surgiram, tinham como “missão” tanto contribuir para a melhor organização interna como para a articulação entre os movimentos sociais, além de transferir para estes os recursos captados de organismos estrangeiros. O ator principal, como nos referimos anteriormente, era o movimento sindical; a ONG passara a ser um importantíssimo ator coadjuvante.

No entanto, na última década do século que terminou, ocorreu uma monumental inflexão nesta relação – movimento social/ONG. Com efeito, as ONGs passaram paulatinamente, na década anterior, e esse movimento tem aumentado significativamente no ciclo atual a ocupar o lugar dos movimentos sociais, deslocando-os de seu espaço de luta e da preferência na adesão popular.

Quem necessariamente e o que pode ser considerado como o grande protagonista das referidas transformações? Como se fosse uma resposta simples, mas na verdade, uma resposta complexa quando se consegue interpretá-la não pelas especificidades corporativas das ONG's, mas pela sua dúbia representatividade social, pelo consenso e dissenso nos seus perfis, público alvo e participação, ou seja, somente imprimindo nossa observação pela totalidade social, podemos clarificar a interação privilegiada de dois atores sociais fundamentais: os neoliberais e os sociais democratas modernizados (Terceira Via).

O projeto neoliberal, onde tem e prevalece sua tese como projeto político na humanidade pouco mais de 20 anos, ao formular suas idéias a respeito da “dicotomia entre público e privado (Bobbio, 2004: 13)”, na perspectiva que a terceira

esfera (terceiro setor) entendida como extensão da sociedade civil, buscou centralidade na participação e representatividade através das ONGs. A melhor expressão do neoliberalismo em propagar sua lógica de mais liberdade e menos Estado corrobora para que essa liberdade não perca seu clima favorável de desenvolvimento na sociedade. Se essa liberdade for prisioneira das políticas do “pão e circo”, em outras palavras, o mercado não pode ficar preso nas mesmas amarras da servidão Keynesiana ao propor falsas promessas, tipo: ampliação das políticas públicas e o Estado amarrado aos movimentos sociais.

Como antídoto o neoliberalismo desenvolve um intenso processo de cooptação ideológica da “nova” representação social. Montaño (2003) extrai do pensamento de James Petras (1999), essa constatação:

há uma relação direta entre o crescimento dos movimentos sociais que desafiam o modelo neoliberal e o esforço [das agências do capital] para subvertê-los através da criação de formas alternativas de ação social, através de ONGs”. Com maior dureza ainda, Petras afirma que “à medida que cresceu a oposição ao Neoliberalismo, no início dos anos de 1980, os governos europeus e norte-americanos, juntamente com o Banco Mundial, aumentaram a destinação de verbas para as ONGs a solapar o Welfare state nacional oferecendo serviços sociais para compensar as vítimas das Corporações Multinacionais (Montaño, 2003: 272).

A Terceira Via sustenta a tese de mais sociedade civil e menos Estado, portanto, é compreensível que esta corrente política também não se diferencie dos neoliberais. Montaño (2003 : 59), “afirma de modo categórico que esquerda e direita e o terceiro setor: significam dois caminhos distintos, um mesmo projeto”. Assim, se define as atribuições do terceiro setor e concomitantemente para a sociedade civil.

A relação Estado, sociedade civil e ONGs não é algo tão simples de analisarmos nestes tempos de (re) configuração do Estado, o perfil público/privado da sociedade civil e o papel político representativo das ONGs. Como afirma Bobbio (2004: 47), *“essa relação axiológica atravessa ciclos que se renovam e compenetraram-se um no outro”*. Tentando dialogar com Bobbio e forçando o rigor metodológico podemos afirmar que vários segmentos se fazem presente reivindicando a representatividade pelas ONGs. O associativismo, o assistencialismo, a caridade, o comunitarismo, filantropia, que segundo Beghin

(2005) se divide em “*empresarial da caridade*” baseada nos princípios de Tocqueville e a neofilantropia empresarial nos princípios neoliberais espelhados em Hayek e Fridman, são claros exemplos do enfrentamento da que são disputadas pela “nova” representação social.

Há uma quantidade infindável de ONGs nestas disputas com diversidades de fins, que nem sempre justificam os meios. Elas disputam projetos sociais e concomitantemente recursos públicos do Estado, este mesmo Estado que tantas vezes é criticado de ineficiente, corrupto, clientelista. Com esses critérios e perfis contraditórios, muitas dessas ONGs, tem representatividade patronal (que estabelecem relações na maioria das vezes de filantropia empresarial), outras de caráter comunitário.

Segundo Montaño (2003), neste processo de dissenso há a profissionalização das ONGs, quando hoje passam a ser financiadas por entidades, muitas de caráter governamental, por meio das parcerias, ou quando contratadas pelo Estado (federal, estadual ou municipal), para desempenhar, de forma terceirizada, as funções a ele atribuídas, não parecem tão fiéis a seu dito caráter não governamental e a sua condição de autonomia e autogovernada. Podemos exemplificar essas entidades no sistema “S” (SESC, SENAI, SESI, SENAR, SENAT, SEBRAE), desenvolvendo parcerias com o governo na consecução de programas de alfabetização. Somam-se neste processo das parcerias as Fundações (Roberto Marinho, Rômulo Maiorana, Albrás, Abrinq, Telemar, Telefônica, Bradesco, Itaú, Embratel), as de caráter de Institutos sociais, como: Instituto Ayrton Senna, Ethos, Florestan Fernandes.

Finalmente, a sociedade precisa estar vigilante com determinadas entidades. Chama-nos atenção projetos vinculados a muitas dessas entidades ligadas a alguns parlamentares. Temos observado falsas propagandas fazendo incursões através de cursos básicos de microinformática, utilizando as “políticas públicas” por fundações como: Duciomar Costa (atual prefeito de Belém), WCosta (Wladimir Costa, Deputado Federal/PMDB). Alguns parlamentares estão denunciados no episódio dos sanguessugas/mensalão de desvio de recursos públicos destinados para determinadas ONGs.<sup>51</sup>

Outro perfil de ONGs são exclusivas para captação de recursos financeiros, ou seja, passam a garantir financiamentos para serem transformados

---

<sup>51</sup> - Recentemente a imprensa escrita, de modo geral, noticiou a possível instalação de uma CPI das ONGs.

exclusivamente em pagamento de altos salários de assessores, que, cada vez mais vão se tornando especialistas de projetos únicos de captação de recursos, na verdade, são burocratas e intelectuais orgânicos do capital alojados em muitas ONGs.

Neste sentido, é previsível que compreendamos as formulações do capital em transformarem as ONGs como centro irradiador das políticas sociais através da sociedade civil como parceira do Estado. Por que se infere que é previsível nossa compreensão sobre essa confusão do que significa o papel das ONGs no dias atuais?. Observemos que não há consenso em quem se faz representar no terceiro setor na perspectiva de representatividade dos movimentos sociais. Há um dissenso pelos objetivos (fins) que muitos segmentos de ONGs vem se propondo como parceiras do Estado (meios), haja vista que os interesses são diferenciados em suas estratégias de representatividade.

Creditamos complementar nossa abordagem destacando uma passagem na obra de Montaño, que pode deixar de forma mais explícita o binômio ONGs/terceiro setor:

Algumas categorias importantes dos movimentos sociais integrariam o terceiro setor: as organizações não governamentais (ONGs), as organizações sem fins lucrativos (OFSL), as organizações da sociedade civil (OSC), as instituições filantrópicas, as associações de moradores ou comunitárias, as associações profissionais ou categorias, os clubes, as instituições culturais, as instituições religiosas, dentre tantos outros exemplos. Desta forma, o conceito parece reunir tanto o Green Peace (de defesa ao meio ambiente, com tática radical) como o Movimento Viva Rio, as Mães da Praça de Maio (de luta política pelo esclarecimento e justiça sobre os detidos/desaparecidos na ditadura Argentina) como a Fiesp, o Movimento dos Trabalhadores Sem – Terra (de luta político-econômica pela reforma agrária) como a Fundação Roberto Marinho, as Creches Comunitárias (conquistas de moradores) como a caridade individual, o movimento pelas Diretas Já como as atividades “sociais” de um candidato a vereador, entre uma infinidade de casos (Montaño, 2003, p.56).

Portanto, o neoliberalismo disputou e disputa através de seus agentes a direção política dos movimentos sociais. Os fatos que apresentamos corroboram no sentido da confusão ideológica em que se encontram os movimentos sociais. O que nossos autores afirmam que esse fenômeno levou ao enfraquecimento do

movimento sindical e o movimento popular-comunitário alternativo, em função do movimento inverso e orgânico em direção ao capital que fizeram e fazem um setor significativo de ONGs, principalmente as que faturam recursos públicos e privados (terceirizando atividades do Estado e das empresas), e as que se profissionalizaram na captação de financiamentos local e multinacional.

Nas palavras de Gohn, a análise que sintetiza as transformações ocorridas no novo modelo de representação social:

A especialização das ONGs, em princípio, não foi a causa de sua fragmentação, pois elas passaram a trabalhar por projetos específicos, focalizados, e atuarem em redes. Redes temáticas de abrangência local, regional, nacional e transnacional. Quando surge um fato mais abrangente, as redes temáticas se entrecruzam. Os fatores que contribuíram para o enfraquecimento político das ONGs cidadãos e os sindicatos classistas foram: o crescimento e o fortalecimento do pólo associativo do Terceiro Setor, pouco ou nada politizado, com compromissos genéricos sobre o combate à exclusão social, com discurso diluidor dos conflitos sociais, preocupado apenas com a inclusão social em termos de integração social ao status quo vigente, sem questionar as bases do modelo de desenvolvimento vigente; a opção das ONGs pelo trabalho institucionalizado, que é uma necessidade, mas priorizando a via das parcerias com as políticas públicas (público/privado), o trabalho com políticas públicas levou a trabalhos concentrados em projetos e programas focalizados, para clientela específicas, desconsiderando-se os processos, os conflitos envolvidos e a universalização das demandas sociais (Gohn, 2005:90/91).

Toda a proposição de encadeamento que realizamos se destinou a abordar aspectos centrais importantes realizando o ponto de inserção entre o elemento irradiador – terceiro setor, mesmo que não tenha sido nosso objetivo desenvolver um capítulo específico sobre a temática. No entanto, observa-se que o mesmo possibilitou outros desdobramentos que transitaram dialeticamente no contexto dos termos sociedade civil, as parcerias e a participação cidadã. Além disso, as principais correntes teóricas deram vazão as modificações e adaptações dos movimentos sociais com sua nova representação social (ONGs), subsidiando a perspectiva de identificar neste mosaico a pedra referencial da inclusão digital.

### 3.7. TODOS OS CAMINHOS NOS LEVAM À INCLUSÃO DIGITAL

Neste item vamos discorrer sobre a inclusão digital, mediando com o projeto cidadania de inclusão digital do SERPRO. Trata-se de um projeto de políticas públicas integrado entre os diversos projetos de inclusão digital no cenário brasileiro.

Pretendemos mediar aspectos relacionados à origem da inclusão digital. Conforme Silveira (2003) as experiências de inclusão digital foram inicialmente experimentadas na Escandinávia e dali se espalharam para vários países do mundo, entre eles, o Estados Unidos, principal potência tecnológica do planeta. Em outras proporções, a inclusão digital se espalhou para os países da América Latina, em especial no Brasil.

Neste sentido, discorreremos a partir dessas raízes históricas como o tema inclusão digital se desenvolve no campo das políticas públicas ancoradas na ideologia de garantia de cidadania, onde seus resultados teóricos e práticos são de prover *Responsabilidade Social*, numa verdadeira cruzada para incluir tecnologicamente cidadãos desprovidos dos modernos recursos tecnológicos.

Além disso, focar como o SERPRO, enquanto empresa pública de tecnologia da informação, a partir de sua inserção no terceiro setor (lócus de formulação da responsabilidade social), abraça esta nobre causa ao desenvolver um projeto de microinformática básica (Projeto Cidadania Microcomputadores nas Escolas Públicas), como garantia de ampliar os horizontes da cidadania, onde em seu percurso histórico, desde o ano de 1997, aos nossos dias, ter se transformado na estrutura organizacional da empresa – no Programa SERPRO de educação tecnológica.

Acrescenta-se sua participação nas principais parcerias do governo federal de implementação de políticas públicas de responsabilidade social, interagindo com os

principais projetos do Programa Brasileiro de Inclusão Digital: GESAC<sup>52</sup>, Casa Brasil<sup>53</sup> e PC-Conectado<sup>54</sup>.

Comprometidos com essas premissas desenvolveremos a temática na perspectiva de que a mesma consiga demonstrar o quão foi necessária sua relação com os aspectos tratados anteriormente, como: terceiro setor, sociedade civil, parcerias, movimentos sociais, filantropia e neofilantropia.

### 3.8 ESTADOS UNIDOS: A HISTÓRIA DOS COMPUTADORES COMEÇA AQUI

Não seria mera fatalidade abordar o mundo dos computadores direcionando os fatos históricos para os Estados Unidos da América, país de primeiro mundo e integrante do chamado G-8. Considerado como grande potência econômica, política e tecnológica muitos dos estudiosos a respeito destas questões sintetizam as duas faces da moeda, seja dos resultados positivos bem como os elementos de contradições da sociedade americana.

Em vários componentes estatísticos, nos deparamos com números assustadores que colocam os EUA como a principal Nação possuidora da maior dívida interna e externa do planeta, problemas que se arrastam de um legado histórico que tem como consequência os problemas raciais, as discriminações e perseguições no grave problema dos processos de imigrantes de todos os continentes, do pânico causado pelo dia 11 de setembro de 2001, com a derrubada do grande símbolo financeiro do capitalismo mundial (as chamadas *torres gêmeas*),

---

<sup>52</sup> - O projeto GESAC foi iniciado no governo Fernando Henrique Cardoso e tinha como objetivo distribuir 3200 pontos de acesso a Internet através de quiosques, que seriam distribuídos em área de grande fluxo de pessoas. No governo LULA, o projeto passará por importantes formulações a partir das reivindicações da comunidade de tecnologia, onde readequou-se a estrutura do projeto com os 3200 pontos de acesso distribuídos em escolas e a formação de telecentros, que devem ser administrados pelas comunidades locais. Isto significa pelo menos 700.000 pessoas serão beneficiadas com o acesso a Internet, além de uma vasta gama de serviços em software livre, esta última, outra importante mudança na substituição da plataforma tecnológica proprietária para plataforma aberta.

<sup>53</sup> - O Projeto Casas Brasil telecentros e rádios comunitárias foram criadas no ano de 2003, quando o governo implementou o Programa Brasileiro de Inclusão Digital (PBID). O mesmo é coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, além disso, o projeto tem colaboração dos ministérios das Comunicações, Tecnologia, Desenvolvimento e Planejamento, Cultura e Educação. Para que se tornasse realidade conta com parcerias, como: Correios, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e SERPRO.

<sup>54</sup> - O Projeto Cidadão Conectado – Computador para todos, foi instituído pelo Decreto nº 5.542, de 20 de setembro de 2005, e faz parte do Programa Brasileiro de Inclusão Digital (PBID). Seu principal objetivo é promover a inclusão digital mediante a aquisição em condições facilitadas de soluções de informática constituídas de computadores, programas de computador (software) neles instalados e de suporte e assistências técnica necessárias ao seu funcionamento.

o conflito eterno contra o terrorismo. Além disso, não se pode negar que há índices preocupantes de desemprego, alcoolismo, drogas, problemas educacionais de analfabetismo nos EUA.

Segundo Fonseca (2001), não há esse país das maravilhas, na verdade, as relações são de aparência, fruto de uma mídia viciada que busca incutir no senso comum como uma sociedade perfeita e um modelo de mundo a ser seguida pelo resto do planeta.

Os fatores ligados ao contexto social nestes tempos de neoliberalismo evidenciados na sociedade americana, mencionados acima, se espraiam para outros locais, destacamos a própria Europa e América Latina. A grande “novidade” para esta superpotência no que se mais ouve falar em termos de sociedade tecnologizada também carrega em si os seus próprios germes do atual fenômeno da sociedade moderna, ou seja, a exclusão digital<sup>55</sup>.

Essa seria de certa forma uma surpresa quando nos propusemos a pesquisar sobre o assunto inclusão digital e nos depararmos que sobre o berço esplêndido do capitalismo temos este grande elemento de contradição, ou seja, não há democratização da tecnologia no centro das principais multinacionais de tecnologia, tendo como mega-estrela a Microsoft, de propriedade do número 1 em termos de fortunas, o bilionário Bill Gates.

Segundo Wilhelm (2002), respeitado as especificidades dos EUA, não temos políticas públicas que propiciem todos cidadãos incluídos. Como sociedade de contradições, observa-se a relação de cidadãos incluídos versus não incluídos. Observa-se também (reiteramos que observadas as especificidades), que as minorias nos EUA enfrentam os mesmos problemas dos países em desenvolvimento. Que há nichos no setor público e invariavelmente a educação, onde não se garante verdadeiras condições de igualdade para todos<sup>56</sup>.

O surgimento da máquina computador tem seu limiar histórico, inicialmente, no período 40/50, ou seja, período entre guerras. Para corroborar com o nosso recurso metodológico importamos a referência histórica de Silveira:

---

<sup>55</sup> - Autores, como: Anthony Wilhelm (2002), Pierre Lévy (1999) e Michael Dertouzos (2002) abordam a questão das desigualdades produzidas pelas tecnologias nos EUA como fenômeno da exclusão digital.

<sup>56</sup> - Segundo Silveira (2003), na cidade de Seattle (sede da Microsoft), Bill Gates patrocinou o Government Leaders Conference ocorrido no primeiro semestre. A renomada conferência objetivou debater proposições com vistas a garantir a informatização das escolas públicas. Na referida conferência, dois importantes senhores participaram: Bill Clinton e Al-Gore, ou seja, Presidente e Vice da superpotência americana.

*O primeiro computador eletrônico foi construído em 1945 para realizar cálculos balísticos, ou seja, o cálculo da trajetória dos mísseis. Chamava-se Eletronic Numerical Integrator and Calculator (Eniac), ocupava por volta de 100 metros quadrados, possuía 18 mil válvulas, sendo capaz de realizar 4.500 operações por segundo. Foi desenvolvido por matemáticos da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos, que comemoravam sua velocidade de processamento (clock) de 100 kHz. Suas 30 toneladas apresentavam 5 milhões de pontos de solda e consumiam 140 quilowatts. Esse computador não possuía monitor, nem teclado, ou seja, o computador ao nascer não era interativo com o usuário. Em 1951, depois de grandes avanços da computação, é apresentado pela Remington Rand o UNIVAC (Universal Automatic Computer) primeira máquina a processar dados numéricos e alfabéticos. Iniciando seu funcionamento em 1952, o UNIVAC armazena 1.024 palavras de 44 bits com um clock de 1 MHz, bem menos do que uma mini-agenda eletrônica encontrada hoje nas bancas dos camelôs nas ruas das grandes cidades (2004, p.31).*

Como se observa nas pesquisas de Silveira (2003;2004), ainda nos EUA avançava-se nas pesquisas em tecnologia computacional<sup>57</sup>. Trata-se de uma força produtiva necessária para atender as necessidades da indústria bélica e concomitantemente à guerra, controlar informações e subsidiar suas fortes investidas em interesses econômicos, políticos e bélicos.

O desenvolvimento deste processo histórico atravessou importantes ciclos na sociedade americana como potência dominante. Efetivamente a máquina computador tornou-se figura central na estratégia de sociedade globalizada, inicialmente, muito mais a interesses militares. Mas as experiências acumuladas nos ciclos de guerra constituíram-se em fator importante neste mosaico da economia mundial, tanto que em nossos dias volta-se para objetivos comerciais.

Nestes tempos de neoliberalismo como profetizou Hayek (1977) em seus caminhos da servidão ao defender a liberdade para a sociedade propugnando a defesa do deus-mercado. Neste caso, o manto sagrado repousa sobre a indústria da informática pela significativa importância de estar envolta da "liberdade", do desenvolvimento tecnológico e, concomitantemente produzir lucro.

---

<sup>57</sup> - Sergio Amadeu da Silveira enfatiza a relação entre empresas e universidades. Neste aspecto relacionado ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, outra grande empresa (IBM), depois de superar disputas internas a respeito do futuro dos computadores, a IBM resolve entrar nesse mercado. Lança em 1953, o Defense Calculator, denominado também de IBM 701. Conseguiu armazenar 4.096 palavras, superando o UNIVAC. Esses grandes computadores eram conhecidos como *mainframes*.

### 3.9 REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E A SOCIEDADE EM REDE.

O núcleo da Primeira Revolução Industrial foi a Inglaterra, no século XVIII. Já o centro dinâmico da Segunda Revolução residiu nos Estados Unidos e na Alemanha. Esta última também denominada de segunda revolução tecnológica -, nos últimos anos do século XIX. O uso intensivo das novas fontes de energia, principalmente da energia elétrica e do petróleo, acabou alterando a vida das cidades, das famílias e das Nações. O domínio e a disseminação das novas tecnologias redesenharam de tal forma o mundo que atualmente não saberíamos como viver em agrupamentos urbanos sem a energia elétrica.

Observando a história e os debates entre intelectuais da atualidade, é possível afirmar que estamos vivendo uma revolução tecnológica que produzirá efeitos tão devastadores quanto a primeira e a segunda revolução industrial? Vamos por partes. A nova revolução tecnológica tem recebido muitas denominações: Castell (2004) a chamou Revolução das Novas Tecnologias da Informação, Negroponte (1995),<sup>58</sup> preferiu denominá-la Revolução Digital, Jean Lojkin (1999) nomeou-a Revolução Informacional e Jeremy Rifkin (2001) a apontou como a Era do Acesso, entre tantas outras classificações.

Como em todas as anteriores, o sociólogo Manuel Castells (2004) alerta as disputas inter-grupais tentando usar o poder da tecnologia *“para servir à tecnologia do poder”*. Mas quando ocorreu a revolução das novas tecnologias? Os anos 60 registram no mundo o surgimento da Internet como uma das grandes invenções do Século XX e segue o seu percurso expansionista neste século. Até então, o computador era uma gigantesca máquina de calcular, ou melhor, de processar certo volume de dados. Muita coisa aconteceu até que se tornasse a principal ferramenta da comunicação e ocupasse papel de destaque na terceira revolução tecnológica, a revolução da informação.

Os interesses militares em dominar os ciclos estratégicos de guerra, mais uma vez, prevalecem em políticas centralizadas no aparelho de Estado com vistas ao controle das informações. Portanto, temos a guerra com sua funcionalidade em

---

<sup>58</sup> - Nicholas Negroponte – diretor do Media Lab do MIT (Massachusetts Institute Of Tecnology) defensor do laptot de US\$ 100. Segundo o mesmo, o referido computador destina-se para crianças de baixa renda para propósitos educacionais. O projeto de inclusão digital precisa ser financiado pelos governos, para distribuição gratuita às crianças em escolas públicas. O computador não será comercializado.

forma de teia, ou em uma rede de funcionamento e os americanos são considerados os grandes expoentes no surgimento da rede mundial.

A Internet é consequência das disputas entre o bipolarismo protagonizado entre americanos e soviéticos que ensejou a famosa crise dos mísseis (1962) em Cuba. Como uma necessidade militar os americanos desenvolveram o projeto Advanced Research Projects Agency (ARPA). Seu objetivo: pesquisar e desenvolver projetos militares que recuperem a vanguarda tecnológica norte americana. Neste caso, o uso da informática era vital, pois somente o computador permitia compartilhar dados e informações complexas.

No entanto, um projeto que dispusesse de computadores de grande porte (*mainframes*) encarecia demasiadamente os investimentos de pesquisa. Assim, a rede de comutação de pacotes de informação começou a se materializar. Sonhada por alguns, tais como Licklider, ex-pesquisador da *Lincoln Laboratório do Instituto de Tecnologia de Massachusetts*, que defendia a criação de uma rede intergaláctica de computadores, pensada e detalhada por outros especialistas, como Paul Baran, Larry Roberts, Ivan Sutherland e Bob Taylor. Torna-se, então, realidade em 1968 com a formação da *ARPANET*, acrônimo da ARPA Network.

A ARPANET, em 1969, consegue interligar quatro centros universitários dos Estados Unidos: Standford, Berkley, UCLA e UTAH. Estava surgindo a Internet, a partir de um projeto do Departamento de Estado norte-americano, cujo nascimento esteve diretamente vinculado à Guerra Fria e ao temor de um ataque nuclear.

Até atingir todo o planeta, a Internet seguiu um longo caminho, passando por várias fases. Para ligar as diversas redes de comunicação que utilizavam diferentes *softwares* e linguagens foi decisiva a criação dos protocolos de transferência de dados. Em 1974, Vinton Cerf e Bob Kahn escrevem o primeiro *paper* fundamentando o protocolo que permitiu a integração de todas as diversas redes que se multiplicavam com o avanço da disseminação da informática, o TCP/IP (Transmission Control Protocol/Internet Protocol), significa Protocolo de Controle de Transmissão/Protocolo de Internet. A partir disso, qualquer rede de computadores poderia configurar o envio de informações naquele determinado padrão, o TCP/IP. Isso assegurou a conectividade, ou seja, a ligação generalizada entre os computadores e entre redes de computadores, mesmo utilizando *softwares* e máquinas diferentes.

A partir dos anos 90, ocorre a explosão das conexões à Internet. Antes, a rede era muito restrita aos norte-americanos. Quando a Academia National Science Foundation, em 1984, assumiu o gerenciamento da rede criada pela ARPANET, menos de dez países estavam a ela conectados. Isso não significa que outras redes de computador não existissem. A França começou a conectar todo o seu território em uma rede de videotexto, com terminais não-inteligentes, denominado Minitel, em 1981.

O Brasil, nos anos 80, também experimentou a ligação de computadores e terminais de modo muito semelhante ao modelo Minitel. Por outro lado, a ligação em uma única rede de todas as demais redes de computador só se intensificou depois de 1989, com a queda do muro de Berlim e com a destruição do bloco soviético. A Internet é apenas isso: uma conexão mundial de todas as diferentes redes de computador.

Uma aplicação foi decisiva para a rápida popularização da Internet: o sistema de hipermídia para obter informações por meio da rede, conhecido como: WORLD WIDE WEB, hoje, o famoso (www) ou simplesmente Web. Inventado pela Cern (Laboratório Europeu de Física de Partículas), por iniciativa do pesquisador inglês Tim Berners-Lee, que queria criar um sistema de hipertexto para uso interno do laboratório. A comunidade de internautas logo assumiu o novo invento. Em 1991, é conectado à rede o primeiro servidor de Web. O sucesso foi total. Marc Andreessen, estudante de Ollinois, e seu amigo Eric Bina, em 1993, criaram o navegador que permitiu a explosão da Web, o Mosaic. Hoje bilhões de páginas em hipertexto ocupam o espaço virtual da Internet. Para navegar na Web todos precisam de um browser (navegador), um programa que lê os hipertextos e os coloca graficamente estruturados na tela do computador.

Portanto, essas chamadas invenções que interconectaram e revolucionaram os sistemas informacionais na sociedade desafiam-nos permanentemente no contexto das novas tecnologias em saber diferenciar seus efeitos e, concomitantemente, suas causas.

### 3.10 MOVIMENTO DE CONTRACULTURA NO MUNDO DOS COMPUTADORES.

Conforme Carneiro (2002), nos anos 70 ocorre o movimento de contracultura na sociedade com o chamado ciclo da microinformática. Como já afirmamos anteriormente os computadores eram utilizados apenas por universidades, grandes empresas e governos. Seu emprego estava voltado para fins bélicos e tratamento de grande volume de informações. Apesar de serem assuntos que envolviam, e que ainda envolvem, o poder de capital e informação de uma sociedade, este ambiente estava muito distante da realidade cotidiana da sociedade em geral.

Portanto, a trajetória dos microcomputadores inicia-se buscando romper esse limite de utilização, *“abrindo uma brecha na centralização e na posse de preciosas informações por alguns privilegiados”* (Breton, 1991, p.235).

Esse movimento chamado de contracultura, Carneiro (2002), reporta-se aos objetivos de um grupo de jovens<sup>59</sup> em instituir novas bases para a informática e revolucionar a sociedade. Até certo ponto, foram atingidos.

A utopia destes jovens vivenciando seus tempos da época dos hippies e fanáticos por eletrônica tinham a pretensão *“de desviar a nova tecnologia em favor da contra cultura”* (Lévy, 1999, p.43), aportada nos ideais do projeto via os microcomputadores, como um antídoto tão eficaz, quanto a humanidade vivenciou com a revolução ocorrida nas comunicações de massa através dos aparelhos de televisão alcançando os locais inimagináveis.

Esses jovens acadêmicos, que não dispunham de livre acesso aos computadores universitários, sentiram-se estimulados a buscar formas que tornassem essa tecnologia acessível não só para eles, mas para a sociedade em geral. Não se podia, na época, prever a amplitude da transformação que se aceleraria por meio dessa perspectiva. A sociedade da informação centralizada tornar-se-ia, progressivamente, uma sociedade da comunicação, uma sociedade das redes.

O próprio tamanho das máquinas, as exigências ambientais de refrigeração e a dificuldade de acesso e manipulação das linguagens de programação eram pontos que dificultavam o acesso popular, assim como as necessidades técnicas de

---

<sup>59</sup> - Entre os elementos desse grupo de jovens estavam Steve Jobs e Steve Wozniac, futuros fundadores da Apple, que iniciou a comercialização de microcomputadores já montados, fato este que facilitou a disseminação e uso do computador (1975; Bill Gates e Paul Allen, criadores do programa Basic (1975), que foi uma das mais populares linguagens de programação de microcomputadores.

operação e programação. A miniaturização dos componentes internos também foi um fator importante para a socialização deste equipamento. Muito além de outras tecnologias, que também atingiram de forma abrangente e transformadora o nosso cotidiano, a informática, cada vez mais miniaturizada e mais interligada com os meios de comunicação, invade o ambiente doméstico, o universo infantil, as pequenas empresas, a medicina, as pesquisas científicas e as escolas, transformando-se em uma poderosa ferramenta de comunicação e criação.

Nesse período, enquanto nos países desenvolvidos esse nicho tecnológico era dirigido por companhias novas, ansiosas por inserirem-se no recém surgido mercado de consumo, no Brasil, ainda que as pesquisas e estudos sobre essa tecnologia fizessem parte da comunidade acadêmica, os investimentos e o controle da informática voltavam-se unicamente para a área militar e para os computadores de grande porte, já que estavam preocupados com a dependência tecnológica estrangeira.

Portanto, o Século XX foi marcado por desenvolvimento acelerado da tecnologia eletrônica, com atenção especial para informática, o computador e a Internet, dentro do que, atualmente, denominamos tecnologias de comunicação e informação. Conforme Carneiro (2002) todo esse processo dá continuidade à tentativa do homem de dominar e interferir nos mecanismos da natureza e nos modos de vida existentes.

### **3.11 A INCLUSÃO DIGITAL ATRAVESSA FRONTEIRAS.**

A proposição de uma pesquisa acadêmica pode na tentativa de sua conexão em seus diversos capítulos, títulos e subtítulos, categorias, afirmações, enfim, ter conotação de repetição entre os mesmos. Abrimos este hiato neste preâmbulo, mas abordar a temática inclusão digital vem à tona velhos modismos: terceiro setor, parcerias, etc. No entanto, creditamos ser necessário fazer sucintas referências buscando mediar os aspectos históricos citados acima com o chamado mundo dos computadores.

Montaño (2003) abordou com muita precisão aspectos referentes às parcerias ideologizadas no terceiro setor e o papel destinado aos seus agentes políticos. As parcerias envolvem segmentos fundamentais no aparelho de Estado, entre eles, as

empresas, o governo (no sentido de governança), bem como a comunidade, se nosso olhar se voltar para o papel político metamorfoseado na ambiência da sociedade civil.

As chamadas parcerias na inclusão digital seguem o mesmo roteiro em relação ao terceiro setor nesta cruzada cívica contra o analfabetismo digital. Sendo assim, no Plano Decenal da Educação, os governos da América Latina buscaram desenvolver políticas visando evitar que mais um elemento do analfabetismo se alastrasse, haja vista as preocupações seculares no meio acadêmico com o analfabetismo convencional remontam algum tempo as preocupações na sociedade de um legado, que, tem oferecido possibilidades contraditórias de superação das condições de pobreza, miséria, etc.

O chamado desenvolvimento tecnológico nos países em desenvolvimento não fugiu muito ao escopo de serem caracterizados de Nações importadoras de tecnologia, haja vista, suas relações comerciais e políticas não se diferenciarem no retórico discurso da modernização, não levando em consideração as prioridades sociais, entre elas -, a educação, contradizendo com os reais interesses de universalização da cidadania.

No entanto, somos um país dependente da importação de tecnologia, muito embora nosso processo histórico indique que temos vários aspectos contraditórios em função de nossa autonomia sempre ter se colocado à prova de nossa capacidade em disputar em condições favoráveis em desenvolvimento tecnológico com as chamadas grandes potências, principalmente se levarmos em consideração nosso potencial no setor de microcomputadores e materiais eletroeletrônicos.

É nesta tríade terceiro setor, sociedade civil e parcerias que reside o receituário para superar o fenômeno do analfabetismo tecnológico em nosso país. Neste caso, as empresas e a comunidade foram projetadas como parceiras privilegiadas sempre com o discurso da responsabilidade social. Segundo os defensores do capital, a humanidade agradecerá esse gesto em nome desta grande cruzada cívica evitando a proliferação de mais um segmento do analfabetismo.

No espaço de relações políticas o governo não hesitou em deixar o controle através do MEC apenas como elemento burocrático, reduzindo as ações deste órgão de prover proposições visando que a educação buscasse revolucionar a combinação: educação com os recursos tecnológicos. Nos estados da federação, verifica-se o descaso das Secretárias Estaduais de Educação (SEDUCs), não

fiscalizando os chamados “cursinhos” de informática, combinação perfeita de como a educação e/ou educação tecnológica é tratada em segundo e terceiro plano, prevalecendo o desrespeito educacional ancorada na proliferação da indústria de diplomas e promovendo uma educação profissional de má qualidade.

Não é objeto de nossa pesquisa acadêmica, mas como efeito ilustrativo, o governo dispõe do PROINFO<sup>60</sup> (Programa que prevê a informatização das escolas públicas). Algumas escolas no país e em nosso estado já contam com laboratórios de informática sob a coordenação das Secretárias Estaduais de Educação, no entanto, há muitos problemas relacionados à infra-estrutura do PROINFO, falta de professores especializados em informática educativa, sem contar a necessidade mais premente de se obter resultados em políticas sociais utilizando estes laboratórios de informática em convergência com a educação pública.

Com a (des) responsabilização do Estado e as ações governamentais sendo apenas de controle burocrático, as parcerias entre empresa e comunidade trilharam pelo caminho das chamadas Casas de Acesso (telecentros<sup>61</sup>), locus adaptados para o Brasil a partir das experiências européias (Escandinávia), bem como das experiências americanas, experiências mais originais como medida de evitar a exclusão digital.

Queremos demonstrar no quadro a seguir (Figura 1) exemplo de proposições orçamentárias envolvendo o público e o privado (no caso americano denominam de medidas para evitar a exclusão digital). Vale ressaltar que este modelo americano com raríssimas modificações, pouco difere do modelo de parceria implementado em nosso país a partir de políticas adotadas pelo terceiro setor.

### **FIGURA 1**

---

<sup>60</sup> - O Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO) é um Programa Educacional criado pela Portaria nº 522/MEC, de 9 de abril de 1997, para promover o uso pedagógico da informática na rede pública de ensino fundamental e médio.

- O Programa é desenvolvido pela secretaria de educação à Distância (SEED), por meio do Departamento de Infra-estrutura Tecnológica (DITEC), em parceria com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais.

- Em cada unidade da Federação existe uma Coordenação Estadual Proinfo, cujo trabalho principal é o de introduzir as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nas escolas públicas de ensino médio e fundamental, além de articular os esforços e as ações desenvolvidas no setor sob sua jurisdição, em especial as ações dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE).

<sup>61</sup> - Os telecentros são espaços públicos com até 10, 15 ou 20 computadores com conexão à Internet em banda larga que oferecem acesso a rede mundial de computadores, cursos de informática básica e oficinas diversas, como comunicação comunitária, criação de Sites e Arte Digital, entre outras.

Departamento de Educação dos EUA	\$958M	Ano Fiscal 01
Departamento de Comércio dos EUA	\$130M	Ano Fiscal 01
Administração TI Incentivos Tributários	\$2.0B	Ano Fiscal 01-10
Fundo Universal de Serviços	\$3,6B	Ano Fiscal 99
Fundação Gates	\$1.2B	Ano Fiscal 99
Fundação AT&T	\$40M	Ano Fiscal 98
Intel	\$200M	Ano Fiscal 00-04
Verizon	\$70M	Ano Fiscal 00

**Fonte:** Anthony Wilhelm (principais iniciativas nacionais para solucionar a exclusão digital).

É oportuno de nossa parte fazer algumas considerações sobre a tabela acima. Em primeiro lugar, são recursos orçamentários que estão distribuídos nos respectivos anos fiscais que variam de 1999 até 2004; em segundo lugar, observa-se a proposição de recursos públicos do Tesouro Americano visando minimizar (grifo nosso) o fosso da exclusão digital; em terceiro lugar, mega-empresas de tecnologias, como: Microsoft, AT&T, Intel colaborando com o poder público.

No entanto, parte dos recursos dessas grandes multinacionais, através de suas fundações, não só desenvolvem políticas em seus países de origem, bem como participam de parcerias em nosso país. Destaca-se a participação da Microsoft no projeto de inclusão digital brasileiro através da ONG CDI - Comitê para Democratização da Informática, onde se garantiu a instalação de 18 telecentros no ano de 2005, envolvendo cifras de US\$ 70,5 mil para inclusão digital.<sup>62</sup>

Entre os exemplos de parcerias desenvolvidas, em âmbito paraense, destacamos a multinacional Albras Alunorte e a ONG CDI, que, segundo dados do setor de cidadania e responsabilidade social<sup>63</sup>, a empresa já patrocinou a implantação de 10 escolas de informática e cidadania (EIC) na cidade de Barcarena.

Nos primórdios nosso modelo de inclusão digital não oferecia condições ideais de infra-estrutura, suas necessidades estavam mais para retórica, modismo e uma espécie de agenda burocrática. O próprio país não sabia ainda como implementar os modelos de telecentros, sendo assim, as escolas públicas logo foram pensadas como um espaço que poderiam abrigar as primeiras experiências,

<sup>62</sup> - Jornal O Globo – Caderno de Informática, p.16, 01/4/2005.

<sup>63</sup> - Informações extraídas do site (<http://www.albras.net/responsabilidadesocial.htm>)

ou seja, de acesso à comunidade pobre as novas tecnologias. Como afirma Tenório (2001), as escolas públicas tão carentes de outros fatores estruturais, serviram de bode expiatório para a tão decantada em verso e prosa inclusão digital. Os chamados amigos da escola vibraram com essa grande possibilidade de finalmente reconhecerem a utilidade de nossas escolas públicas.

A inclusão digital em nosso país é projetada com as perspectivas de evitar a proliferação do analfabetismo digital. Partia-se do pressuposto que as noções básicas de informática eram suficientes, era o componente necessário para o nosso gasto cotidiano. Vale ressaltar que até os dias de hoje, essa premissa caracterizada de educação básica é implementada pela grande maioria dos agentes que vem desenvolvendo projetos de inclusão digital.

Será no governo de Fernando Henrique Cardoso, com o advento do projeto Comunidade Solidária, dirigido e coordenado pela ex-primeira dama do Brasil (Ruth Cardoso) que absorveu em suas responsabilidades a inclusão digital. Reitera-se que se realizavam e ainda se realizam parcerias entre o público e o privado. Neste caso, o SERPRO como Empresa Pública de Tecnologia do governo federal foi convocada para implementar a coordenação da inclusão digital na esfera pública. Hoje, temos outros órgãos implementando os avanços da inclusão digital no país, como a Eletronorte, Banco do Brasil, Caixa Econômica, SIVAM, Telefônica, Bradesco, Itaú, Telemar, Embratel, Albrás, etc.

O SERPRO iniciou suas primeiras experiências com a inclusão digital a partir do ano de 1997, na cidade de Porto Alegre em parceria com a administração municipal. Esse projeto, nos primórdios da inclusão digital, se inicia com problemas estruturais, haja vista que a própria empresa vinha atravessando um longo ciclo de reestruturação produtiva, portanto, nem mesmo o SERPRO dispunha de infraestrutura tecnológica adequada para absorver as demandas ordinárias do governo.

O projeto nacional do SERPRO iniciado em Porto Alegre se deu pelas condições favoráveis de estrutura do poder municipal,. No entanto, este legado histórico nos objetivos da inclusão digital levou a Empresa, a partir de 1999, a ampliar os interesses institucionais da inclusão digital para as chamadas Regionais de Operação do SERPRO.

Portanto, na cidade de Belém, a inclusão digital se inicia no ano de 1999, num projeto para prover microinformática básica. Esta experiência se deu na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mário Barbosa, localizada no Bairro da

Terra Firme. Observa-se que, no caso da experiência em nossa cidade, a parceria se realizou com o governo estadual, em 1999, dirigido politicamente pela coligação (PSDB/PFL). Observa-se, neste consórcio governamental, fortes ingredientes de propaganda, comunicando ares vitoriosos de desenvolvimento e modernização.

No caso da inclusão digital, os resultados positivos se mostraram pelo lado inverso, uma escola provida de carências estruturais (giz, quadro magnético, merenda escolar, carteiras, falta de professores, baixos salários, segurança pública, biblioteca, etc).

As carências estruturais já conhecidas e que circulam nas análises educacionais de muitos analistas da educação podem ser acrescida neste novo formato da parceria pela inclusão digital.

Podemos inferir tratar-se de mais um ingrediente que desnuda ao vivo e a cores a realidade cruel das escolas públicas. O SERPRO, ao prover a inclusão digital, deslocou um laboratório móvel para dentro das dependências da Escola Estadual Mário Barbosa. O computador “soou” como uma grande novidade para a comunidade, esta, “brindou” a parceria e renovou as “esperanças”, finalmente, dessa vez, cidadãos poderiam a partir da conclusão de um curso básico de microinformática, com carga horária de 20 horas, sentir-se “feliz” por estarem “incluídos” no mundo da tecnologia universal.

O curso de microinformática constava de ensinamento básico no âmbito de ferramentas, como: editoração de textos, cálculos básicos de planilha eletrônica e módulos de apresentação gráfica. Essas ferramentas no mundo das tecnologias proprietárias são conhecidas na linguagem tecnológica, como: (Word, Excel, Power Point). Nota-se uma ausência importante na inclusão digital, o curso não oferecia aprendizagem no mundo Web (ou seja, na utilização da Internet), reside aí o contraditório para quem está propagandeando incluir cidadãos no mundo das tecnologias e inseri-los na rede mundial.

Esse fenômeno é inteiramente explicável, haja vista que neste momento navegar na Internet não havia ferramentas de acesso disponível para todos os cidadãos, como ainda não está disponível até o presente<sup>64</sup>. Ressalta-se que, internamente, no SERPRO nem os próprios empregados tinham acesso irrestrito

---

<sup>64</sup> - Segundo o Censo 2001 (IBGE) a população de pessoas com acesso doméstico a computador é de 16.209.223.00, sendo que o total da população brasileira é de 169.872.850, o total de excluídos digitais por sua vez, é de 153.663.627.

como têm nos dias atuais, à rede mundial, haja vista que navegar na Internet nos quadros internos do SERPRO estava destinado para os setores especializados.

A tabela a seguir irá demonstrar o que denominamos de primórdios da inclusão digital em nossa cidade e concomitantemente em nosso Estado. O SERPRO neste período pode ser considerado como pioneiro ao iniciar um projeto de inclusão digital que posteriormente transformou-se num Programa de Educação Tecnológica.

**Figura: 2**

<b>ANO</b>	<b>ESCOLA</b>	<b>TOTAL DE ALUNOS</b>	<b>HOMENS</b>	<b>MULHERES</b>
1999	Mário Barbosa	20	8	12
2002		40	20	20

(Fonte: Responsabilidade pública e cidadania do Serpro – Intranet)

As experiências da parceria piloto deram-se com a Escola Pública Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mário Barbosa ilustrada conforme (Figura 2), num primeiro curso de microinformática realizado em 1999. Em seguida, repetiram-se novas experiências com duas novas turmas no ano de 2002, ou seja, no total foram 40 alunos formados em microinformática básica pertencente à referida escola. A seleção dos alunos deu-se pela própria escola através de seu corpo técnico e os respectivos professores. As exigências eram alunos do ensino fundamental com faixa etária inicial de 14 anos de idade.

Esses alunos deveriam morar no entorno da escola, com freqüência regular e com conceito entre regular a excelente ou com as notas de 07 a 10. Ou seja, os respectivos critérios tinham definição inicial dos órgãos burocráticos do MEC.

Como já mencionamos anteriormente, a escola Mario Barbosa não oferecia condições de estruturas, por exemplo, laboratório de informática. O SERPRO deslocou 11 microcomputadores que foram alocados na biblioteca da escola num verdadeiro vendaval educacional, adaptando-se procedimentos de infra-estrutura elétrica, móveis, assentos, refrigeração e recursos pedagógicos, enfim, todos esses recursos improvisados garantiram o curso de microinformática.

Com as primeiras experiências o SERPRO pôde decolar seu projeto principal de inclusão digital. A partir do ano 2001, adaptou-se o projeto cidadania microcomputadores nas escolas públicas para outros segmentos da sociedade como: ONGs, centros comunitários e associações filantrópicas.

A ampliação das atividades para estes segmentos voltadas para prover cidadania estava ancorada no movimento Comunidade Solidária vinculadas na imagem e militância do Sociólogo Herbert de Souza (Betinho), um dos fundadores do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas)<sup>65</sup> que posteriormente constituiu a Rede Solidária de Mobilização Social através do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela vida - COEP<sup>66</sup>.

Será nesta conjuntura que o SERPRO integrará e continua integrando a coordenação deste Comitê, com a missão específica de implementar políticas públicas de inclusão digital. Neste sentido, desenvolveu a partir das experiências dos cursos básicos de microinformática do Projeto Microcomputadores Nas Escolas Públicas, o Programa SERPRO de Inclusão Digital inserindo o projeto “Oficinas de Construção do Futuro”<sup>67</sup>.

**Figura 3: PROJETO OFICINA DE CONSTRUÇÃO DO FUTURO**

ANO	TOTAL DE CURSOS	TOTAL DE ALUNOS	HOMENS	MULHERES	VOLUNTÁRIOS
2001	03	60	15	45	08
2002	05	100	30	70	13
2003	05	125	50	75	15
2004	06	150	70	80	15
TOTAL	19	435	165	260	51

**Fonte: Responsabilidade Pública e Cidadania do SERPRO - Intranet**

Podemos ilustrar a referida figura 3 nas seguintes assertivas:

- O projeto Oficina de Construção de Futuro faz parte do Programa Serpro Cidadania de Inclusão Digital em conjunto com o projeto Microcomputadores nas Escolas Públicas.

- No ano de 2001, o projeto Microcomputadores nas Escolas Públicas foi instituído como projeto piloto em parceria com o COEP, funcionando como um projeto à parte. A partir do ano de 2002, por deliberação da empresa, fez e continua fazendo parte do Programa Cidadania de Inclusão Digital com os cursos sendo

<sup>65</sup> - Conferir em: <http://www.ibase.br>.

<sup>66</sup> - Conferir em: <http://www.coeplibrasil.org.br>

<sup>67</sup> - Trata-se de um projeto corporativo na área educacional, que utiliza a tecnologia da informação como facilitador do processo de aprendizagem para as comunidades carentes, contribuindo para a inclusão social. Desde seu nascedouro até a presente data já foram beneficiados 13.306 jovens por intermédio das Regionais do Serpro. Em todas elas, o papel dos empregados do SERPRO, atuando como voluntários, tem sido decisivo para o sucesso do projeto (fonte: Revista Tema, Ano XXX, nº 186, Julho/Agosto 2006, p.28).

desenvolvidos especificamente como a parceria do COEP. Outro fator que deve-se observar em relação ao item “**VOLUNTÁRIOS**”, diz respeito à mobilização dos empregados do SERPRO formados internamente para serem utilizados como Instrutores de informática.

No caso do Programa Oficinas de Construção do Futuro, em relação às parcerias, ocorreu a alteração no ator político, haja vista que em relação aos objetivos do COEP, os cursos se destinavam e se destinam especificamente para instituições de cunho assistencialistas e caritário.

Deve-se explicitar em relação às atividades dos cursos de microinformática, tanto no âmbito do COEP como nas escolas públicas passaram por mudanças em seu perfil, ampliado-se à participação de estudantes do ensino médio, alterando o limite de idade até 24 anos.

Será ainda em 2002 que outros aspectos serão modificados como frutos das experiências desenvolvidas no período 1997/1999. Neste ano de 2002 será ampliada a carga horária para 40 horas com a inclusão de aprendizagem básica de Internet.

No ano de 2004, os procedimentos institucionais e pedagógicos foram modificados e as escolas selecionadas não necessitariam mais estar no entorno do SERPRO. Sendo assim, foram realizados dois cursos básicos (Figura 4) na Escola Pública Estadual de Ensino Médio e Fundamental D. Pedro I, localizado nas mediações do conjunto residencial Marex, Bairro de Val-de-Cans.

**Figura - 4**

<b>ANO</b>	<b>ESCOLA</b>	<b>TOTAL DE ALUNOS</b>	<b>HOMENS</b>	<b>MULHERES</b>
2004	Esc. Estadual Ens. Fundam. e Médio D. Pedro I	80	35	55

Fonte: Responsabilidade pública e cidadania do serpro – intranet.

O quadro constante na (Figura 4) merece alguns comentários de nossa parte, em primeiro lugar os dados se referem ao projeto Microcomputadores nas Escolas Públicas. O cronograma de cursos de inclusão digital a partir da seleção das escolas passou por modificações. Por exemplo, não havia mais a exigência de somente

alunos do ensino fundamental, bem como a idade de 14 a 17 anos. O público alvo foi ampliado para o ensino médio e a idade ampliada até 24 anos.

Em segundo lugar, os laboratórios de informática passaram a ser integrado na escola e no SERPRO. No caso da escola D Pedro I, mudou-se a plataforma para as tecnologias livres (software livre)<sup>68</sup>, através da utilização das ferramentas de escritórios (distribuição Linux/Fedora 3.0): Write (editor de texto); Calc (planilha); Apresentação Gráfica (apresentação)<sup>69</sup>, ou seja, o pacote de escritório Openoffice 2.0. Cumpriam-se assim, as exigências do atual governo utilizando tecnologias livres em mais um Projeto pioneiro do SERPRO para a comunidade paraense.

Em terceiro lugar, apesar do ciclo inovador das tecnologias livres os problemas de infra-estrutura e pedagógicos não eram muito diferentes do período 1999/2000. Não havia laboratório de informática, precisava-se de um local climatizado, iluminação adequada, quadro magnético, eletricidade compatível. As exigências da Empresa, principalmente com a segurança de seu patrimônio, muito embora, as parcerias signifiquem que os atores pactuem seus interesses, a solução acatada pela comunidade escolar foi utilizar as dependências da biblioteca paralisando as atividades de pesquisa durante a realização do curso formatado para 40 horas.

Ainda na (Figura 4), observa-se que a realização do curso com carga horária de 40 horas, funcionando em dois turnos: (8 às 12h; 14 às 18h), absorvendo internamente duas semanas. Neste aspecto, a missão institucional do SERPRO em incluir cidadãos através das tecnologias se realizou, por outro lado, ao improvisar os recursos de infra-estrutura da escola para garantir o funcionamento do laboratório de informática nas dependências da biblioteca, deixou excluídos um número significativo de alunos que precisavam das dependências da biblioteca para leituras e pesquisas.

Nos primórdios dos cursos de microinformática, o SERPRO destinava 10 computadores. A partir de 2003 e com mais ênfase em 2004 ampliou o total de computadores para 20. Nos cursos eram aceitos 02 (dois) alunos (as) por computador (estação de trabalho), utilizando as próprias carteiras escolares. Neste caso, para um verdadeiro laboratório de informática já nos deparávamos com

---

<sup>68</sup> - O Programa Cidadania de Inclusão Digital ao desenvolver um protótipo piloto (Projeto Microcomputadores nas Escolas Públicas) na cidade de Belém (Escola Pública D. Pedro I) com a adoção das tecnologias livres (LINUX), posteriormente, estas experiências foram ampliadas para todas as regionais do SERPRO.

<sup>69</sup> - Esta ferramenta nas distribuições LINUX tem a mesma similaridade ao Power Point no Windows.

condições impróprias em relação à ergonomia, sem contar as dificuldades de climatização, quadro magnético apropriado, etc...

Os conteúdos referentes à Internet foram desenvolvidos nos laboratório do SERPRO, pois a Escola Pública D. Pedro I só dispunha de uma linha telefônica. Neste caso, não havia como improvisar a única linha telefônica da escola pelas inadequações na utilização de conexão (tecnologias) de banda larga<sup>70</sup>. Portanto, pela consistência técnica de comunicação a única linha telefônica, além de inadequada tecnologicamente não comportaria hospedar 20 estações de trabalho e um servidor diante da necessidade de todos os equipamentos disporem de conexão em rede.

No final, apesar das dificuldades como afirma Arroyo (2003), foi possível ainda pensar e realizar educabilidade nesses processos tão brutais, ou seja, os velhos dilemas sociais das escolas públicas que vai desde a infra-estrutura convencional a moderna infra-estrutura tecnológica.

Como se observa, a descrição in loco do curso de microinformática realizado na Escola Pública Estadual de Ensino Fundamental e Médio D. Pedro I evidencia-se que o Estado não tem garantido educação pública e de qualidade, além das mínimas condições de infra-estrutura que possibilitem inclusão social ao alcance da comunidade escolar.

Como nos mostra Antunes

é decisivo perceber que há um conjunto abrangente de metamorfoses e mutações que vem afetando a cidadania nesta fase de transformações no mundo produtivo dentro de um universo onde predominam elementos do neoliberalismo. (2002, p.46)

Outro aspecto se refere ao espaço de realização dos cursos nas dependências das escolas bem como nas dependências da empresa. Os objetivos se davam em razão das mudanças no viés das parcerias, haja vista que era

---

<sup>70</sup> - Também conhecida como Internet de alta velocidade, onde os tipos mais comuns de conexão de Internet de banda larga são a linha de assinatura digital (ADSL) e conexões via modem a cabo.

necessário que a comunidade passasse a conhecer as dependências da empresa, ou seja, a empresa abria suas portas definitivamente para a comunidade.

Era realmente uma revolução para uma empresa que surgiu na ditadura militar e sempre foi vista como algo intransponível em seus muros. O que propiciou tamanha transformação foram as políticas públicas com os projetos de assistência social dentro do espectro da responsabilidade social ancorada pelo terceiro setor, além das parcerias.

Vale destacar que também no ano de 2003, como política pública de ampliação da parceria da empresa com a comunidade, o SERPRO inaugura o seu primeiro telecentro interno chamado de SERPRO-cidadão, que funciona nas dependências da empresa, onde a comunidade pode acessar gratuitamente a rede mundial. Hoje, o SERPRO-cidadão é freqüentado majoritariamente por alunos carentes da rede pública em torno da empresa que dispõem de Internet totalmente gratuita numa demonstração de ampliação da política pública de inclusão digital.

**Figura 5: Projeto SERPRO-Cidadão**

<b>ANO</b>	<b>ACESSOS</b>	<b>NÍVEL FUNDAMENTAL</b>	<b>NÍVEL MÉDIO</b>	<b>NÍVEL SUPERIOR</b>
2003	135	45	65	25
2004	360	85	201	74
<b>Total</b>	<b>495</b>	<b>130</b>	<b>266</b>	<b>99</b>

**Fonte: Responsabilidade Pública e Cidadania do SERPRO - Intranet**

Como comentário complementar a respeito da figura 5, o telecentro SERPRO – Cidadão vem a cada ano crescendo o seu número de acesso, como se pode observar em relação do ano de 2003 para o ano de 2004. O ano de 2006, mesmo não sendo objeto de nosso período de abrangência de nossa pesquisa, registramos através de dados informatizados do SERPRO 680 acessos.

A partir do ano de 2002, no SERPRO, serão avaliadas todas as experiências na ambiência da inclusão digital a partir das atividades iniciadas desde o ano de 1997 com os cursos básicos de microinformática. A participação do MEC foi incipiente em avaliações pedagógicas, pois o mesmo se limitou ao controle burocrático institucional. Neste caso, as avaliações de caráter técnico e pedagógico se deram através de setores internos da empresa buscando dar visibilidade sobre a importância da educação. Como produto deste acúmulo, formatou-se o Programa

SERPRO de Educação Tecnológica concebido a partir das experiências da inclusão digital.

Sendo assim, nos dias atuais, a empresa desenvolve projetos agregados ao Programa SERPRO de Educação Tecnológica, como: SERPRO educação via satélite/DTCOM (esse projeto utiliza educação à distância). As experiências levaram a empresa a apostar nas tecnologias à distância para a formação permanente de seu corpo funcional, tanto é verdade, que a partir do ano de 2003 inicia o projeto da UNISERPRO<sup>71</sup>, uma escola virtual baseada em ferramentas de educação à distância (E@D).

Portanto, o SERPRO mantém uma política arrojada de formação permanente seja pela utilização das tecnologias à distância, seja pela formação presencial como instrumento educativo, todo o seu desenvolvimento a partir das experiências da inclusão digital e sua cultura de sempre ter funcionado como uma empresa/escola, onde muitas de suas necessidades foram e continuam sendo formadas nas dependências internas da empresa. Muitas dessas experiências continuam sendo implementadas nos projetos sociais da empresa e as parcerias com a comunidade, com as universidades ou outros atores e parceiros que estão de certa forma envolvidos nas questões das políticas públicas da empresa.

Agrega-se em termos de políticas de inclusão social a chamada acessibilidade, ou seja, prover políticas de inclusão digital em parcerias com as entidades de portadores de necessidades especiais. Neste caso, o SERPRO é um dos protagonistas do aplicativo Leitura Eletrônica – *Letra*<sup>72</sup>.

Trata-se de um projeto que oferece às pessoas com deficiência visual a oportunidade de acesso ao mundo da literatura. Esse projeto com suas características de inclusão digital e sua concepção social foi premiado no ano de 2005 pelo MEC e a UNESCO.

---

<sup>71</sup> - A UNISERPRO, é considerada uma Universidade Corporativa e faz capacitação profissional por meio de ações de treinamento e formação continuadas. Promove iniciativas de ensino presencial e a distância para todos os segmentos funcionais da empresa. Além de eventos de capacitação profissional e desenvolvimento no âmbito dos processos de trabalho das unidades, são realizados programas de graduação, pós-graduação e aprendizagem de idiomas. O universo de estudos engloba áreas como Tecnologia da Informação, Qualidade e Cidadania e cursos técnicos relacionados com os setores de atuação de clientes, como a Receita Federal, o Ministério do Planejamento e outros da administração pública.

<sup>72</sup> - Trata-se de um software desenvolvido pelo SERPRO, em parceria com o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), que transforma textos escritos em arquivos de áudio, permitindo a pessoas com deficiência visual acesso à informação.

Um simples projeto de inclusão digital se converteu em algo fundamental para a sociedade brasileira em todos os aspectos para política de inclusão social, haja vista que, segundo o IBGE em seu último censo (2001), agregados a números coletados em entidades médicas, universidades e programas especiais para deficientes visuais, mostram que, dos cerca de 2,5 milhões de brasileiros com graves distúrbios visuais, dentre eles em torno de 160 mil cegos, apenas dez mil tem acesso a computador com programas acessíveis, como no caso do *Letra*.

O SERPRO continua integrando por parte do governo as parcerias necessárias conjuntamente com o terceiro setor para implementar projetos de políticas públicas. No entanto, no atual governo buscou-se acompanhar as mudanças que foram propostas pela chamada comunidade de informática. O governo instituiu alguns dos projetos importantes e queremos destacar dois projetos de relevância. O primeiro dos projetos chama-se Casas Brasil, o mesmo constitui-se nas chamadas Casas de Acesso, onde todos os segmentos da comunidade podem participar através de Edital seletivo divulgado pelo governo referente à implantação dos chamados telecentros.

No geral, podem ser casas de acesso com 10, 15 ou 20 computadores de última geração, contando com infra-estrutura necessária para a sua instalação, além de dispor de acesso a Internet com conexão de banda larga. A comunidade participa através das parcerias via prefeituras, ONGs, Sindicatos, Associações Filantrópicas e, geralmente contribuem com alguma contrapartida.

No entanto, deve-se observar que a participação da comunidade dar-se-á através de um Conselho Gestor que se organiza e se estrutura em condições de prover a governança dos telecentros. O SERPRO participa junto com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica da coordenação do referido projeto que tem orçamento rubricado na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) no Congresso Nacional. Em Belém, nossa participação em termos do (Casas Brasil) são muito tímidas dispendo de somente duas casas de acesso: uma em nossa capital e outra na cidade de Santarém.

Outro projeto de ordem governamental de inclusão digital é o projeto GESAC (Governo Eletrônico de Serviços e Atendimento do Cidadão) em âmbito do Ministério do Planejamento. Este projeto está interligado com os chamados pontos de cultura com o Ministério da Cultura, garantindo para as escolas e os telecentros infra-

estrutura lógica e física, propiciando todas as condições para instalação de conexão via Internet em tecnologias de banda larga.

No caso da parceria do GESAC e os Pontos de Cultura do MINC, as mesmas se concretizam pelas instalações das Antenas que garantem a obtenção do sinal de satélite para conexão via Internet. Como há uma diversificação do projeto GESAC e os Pontos de Cultura em localidades dispostas geograficamente, ou seja, em localidades de difícil acesso para instalação de computadores, as comunidades, os municípios pactuam institucionalmente as parcerias visando à instalação e manutenção das antenas de conexão.

Outro projeto que tem conotação de inclusão digital chama-se o PC Conectado, onde as classes mais pobres podem adquirir uma configuração de computador financiada pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal em parcerias com a rede de lojas credenciadas no comércio brasileiro. Este projeto é vendido com uma configuração mínima que conforma tecnologias básicas de editores de textos, planilha de cálculos, apresentação de tecnologias de computação gráfica, além de navegador para Internet e sistema operacional em plataformas livres (GNU/Linux).

A proposta institucional do governo prevê que a configuração deste computador chegue aos lares brasileiros para as classes menos desfavorecidas em torno de R\$ 1.000,00 (mil reais), para pagamento em suaves prestações em até 36 meses. A ideia do governo em negociação com os empresários do setor de tecnologia, empresários da indústria e do comércio e com o aval de parte da comunidade de tecnologia (Profissionais da área de computação, Universidades e Empresas), é popularizar o computador no Brasil, ampliar o acesso às novas tecnologias e servir de alavanca em nosso desenvolvimento tecnológico. Com isso, renovam-se as esperanças de informatizar as escolas públicas na realidade e não mais como utopia.

A controvérsia deste projeto é que o governo, de certa forma, abandonou o projeto do computador popular, projeto este que visava informatizar as escolas do nosso país, sendo que todas as suas condições de infra-estrutura foram testadas e garantidas pela comunidade de tecnologia. Infelizmente esse projeto sofreu e continua sofrendo fortes resistências de multinacionais como a Microsoft, além disso, esse projeto custaria para a população pouco mais de US\$ 200.

Como afirmamos anteriormente não é nossa intenção detalhar em pormenores os referidos projetos. Nossa intenção foi de inseri-los em formato de

informações introdutórias com o objetivo de referi-los ao desenvolvimento do Programa Brasileiro de Inclusão Digital, bem como destacar a participação do SERPRO por sua importância nesta temática desde os primórdios da inclusão digital.

O grande diferencial desses projetos a partir do atual governo diz respeito ao debate instalado no país pela volta da possibilidade do país alcançar sua autonomia tecnológica no ciclo de computadores de pequeno porte (microinformática), haja vista nos dias de hoje no mundo vivenciarmos a convergência tecnológica entre as tecnologias proprietárias (Microsoft) e as tecnologias livres GNU/Linux).

Portanto, essa bipolaridade entre tecnologias livres e proprietárias, para o Brasil, debate-se a questão do chamado acesso ao código fonte (coração do sistema de um computador), ou seja, o sistema de linguagens de programação do computador.

Esse debate é de grande relevância para a comunidade, pois um país com autonomia tecnológica e que possa pensar em uma verdadeira inclusão digital tem que necessariamente lutar por sua liberdade de conhecimento. Neste sentido, o atual governo desenvolve nas esferas federais políticas de adoção de tecnologias de código aberto (o software livre).

O software livre desponta ocupando 30% no mercado mundial, desbravando a bandeira que um outro mundo é possível, ser livre das amarras de monopólios que um dia enfrentamos com a IBM. Hoje, lutamos contra o aprisionamento tecnológico da Microsoft, que através de sua mercadoria (Windows) e seus aplicativos agregados mantém os países totalmente dependentes de suas tecnologias, cobram grandes divisas em *copyrights* (direitos autorais) e patentes através do licenciamento (licenças de uso e instalação)<sup>73</sup> de seus produtos.

### **3.12 INCURSÕES SOBRE A INCLUSÃO DIGITAL**

Pretendemos, de certa forma, realizar nossas conclusões deste capítulo que versou sobre o SERPRO e a inclusão digital, tentando fazer incursões que

---

<sup>73</sup> - Conforme Silveira (2003), o Brasil enviou de remessa somente em licenças algo em torno de um bilhão de dólares no ano de 2004.

possibilitem um esboço resumido de dados sobre a inclusão digital no Brasil e que possam responder algumas de nossas inquietações.

Nos anos 90, o Brasil vivenciou o fenômeno da inclusão digital a partir de políticas formuladas no terceiro setor que têm em seus preceitos minimizar as condições desfavoráveis do analfabetismo tecnológico propiciando políticas públicas que possam garantir cidadãos incluídos.

Desta data para cá muitas situações conjunturais ocorreram em relação às políticas públicas, seja nos aspectos econômicos, políticos e sociais. A economia mundial não confirmou o *boom* que pudesse remover dos caminhos da servidão a relação entre pobres e ricos. Concordamos com Behgin (2003) que os principais pilares da economia mundial tem propiciado lucros para as empresas, principalmente os grandes conglomerados bancários, as empresas telefônicas e as gigantes de tecnologia: Microsoft, Google, Intel, IBM, AT&T. No entanto, o arrocho salarial, desemprego e concomitantemente a miséria estão no outro extremo da ponte para a classe trabalhadora.

Nos aspectos políticos, o cenário mundial tem propiciado “mudanças”, principalmente na América Latina, em função do esgotamento do ciclo do neoliberalismo. Observa-se a chegada de muitos governos de coalizão de centro-esquerda, principalmente no Brasil. Sendo assim, as feições dos atuais governos nesse cenário mundial, na sua grande maioria parece muito mais identificados com as teses da Terceira Via. Com isso, prevalecem as formulações da corrente política (tendência de suposta intenção progressista).

Nos aspectos sociais, continuamos com o sindicalismo vivendo seus ciclos sazonais de adormecimento e a retomada de uma pauta de reivindicações. Este ciclo sazonal no sindicalismo é resultante das políticas devastadoras do neoliberalismo. Cabe, nesta análise, fazer referências aos espaços ocupados por outros atores políticos no seio dos movimentos sociais, como no caso das ONGs. Nas análises das políticas sociais em que demos destaque a inclusão digital, também referenciamos as transformações que as mesmas passaram e continuam sendo influenciadas pelas políticas sociais dinamizada pela sociedade civil.

Um longo ciclo de atividades duradouras foi implementado sobre a inclusão digital, principalmente no último governo, com a perspectiva do Programa Brasileiro de Inclusão Digital, tendo nos telecentros o principal *lócus* de acesso. Vale ressaltar

que essas transformações, de certa forma, acompanharam e continuam acompanhando com dificuldades o ciclo de expansão das novas tecnologias.

Estas dificuldades não se referem somente às políticas de microinformática, mesmo com o advento de cidadãos inseridos à rede mundial. Como já afirmamos anteriormente, as condições de infra-estrutura (principalmente as conexões de banda larga) continuam não propiciando as mesmas condições de inclusão social para todos.

Neste caso, as minituarizações, das quais falamos anteriormente na carona do movimento de contracultura na sociedade continua a todo vapor. Atualmente, não podemos mais falar em inclusão digital sem a inserção das políticas de telecomunicações, seja: telefonia fixa e a telefonia móvel (celulares). Acrescentam-se a este emaranhado tecnológico outros segmentos relacionados às comunicações (sites, blog's, mídias digitais) no cenário mundial convergindo para as políticas de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC's).

Portanto, diagnosticar um esboço para um mapa da inclusão digital no Brasil deve-se levar em consideração este atual cenário das diversas políticas de inclusão social tendo o recorte necessário nas políticas de inclusão digital.

Podemos ilustrar estas transformações através das afirmações do Instituto Ethos<sup>74</sup> de Responsabilidade Social em parceria com o CDI (Comitê para a Democratização da Informática), de que o Brasil possui 148 milhões de brasileiros sem nenhum acesso a Internet justificando políticas e ações de inclusão digital, que além de capacitar os cidadãos para o uso das tecnologias contribuam para o desenvolvimento da cidadania.

Ainda nos reportando ao cenário nacional, em dezembro de 2003, a União Internacional de Telecomunicações (UIT), agência da Organização das Nações Unidas (ONU) organizou em Genebra a Cúpula Mundial Sobre a Sociedade da Informação (WSIS, na sigla em Inglês). Durante os três dias de conferência, que reuniu mais de 10 mil pessoas de 176 países no Palácio das Exposições (Palexpo), foram discutidos, entre outros assuntos, o problema da exclusão digital, as experiências de sucesso ao redor do mundo para combatê-lo e também como as Tecnologias da Informação e da Comunicação podem contribuir para superar as desigualdades sociais.

---

<sup>74</sup> - Assertiva constante no Manual – O que as empresas podem fazer pela inclusão digital, ano 2004, p.10.

No último dia, foi divulgada, uma declaração final, que, entre outros pontos, aponta o desafio de se usar a tecnologia para promover as metas de desenvolvimentos previstas na declaração do Milênio, da ONU: a erradicação da pobreza extrema e da fome; a conquista da educação primária universal; a promoção da igualdade entre os sexos e da valorização da mulher; a redução da mortalidade infantil; a melhora da saúde materna; o combate à Aids, à malária e a outras doenças; a garantia de sustentabilidade ambiental; e o desenvolvimento de parcerias globais para se alcançar um mundo mais pacífico, justo e próspero.

Na referida declaração final, aponta-se uma lista de princípios essenciais para uma sociedade da informação que beneficie a todos:

- melhora do acesso à infra-estrutura de informática e comunicação, bem como a informação e ao conhecimento;
- elevação da capacidade de acesso;
- aumento da confiança e da segurança no uso da tecnologia;
- criação, em todos os níveis, de um ambiente que incentive a adoção de tecnologia;
- incentivo e respeito à diversidade cultural;
- reconhecimento do papel dos meios de comunicação;
- atenção às dimensões éticas da sociedade da informação;
- incentivo à cooperação internacional e regional.

Essa conferência finaliza em seu relatório importante contribuição diante do que estamos debatendo:

Ao lado de governos e do terceiro setor, as empresas têm um papel importante na transformação das tecnologias da informação e da comunicação em ferramenta de inclusão social. Elas podem contribuir para o desenvolvimento de ações complementares à política pública, auxiliando as comunidades a se desenvolverem, a gerarem renda e ganharem autonomia.<sup>75</sup>

---

<sup>75</sup> - Disponível em <http://www.itu.int/wsis/documents>, traduzido para o artigo “Exclusão digital limita a inserção do Brasil”, Folha de S. Paulo, 13/4/2003, p. B4.

Em novembro de 2003, a União Internacional das Telecomunicações (UIT) divulgou um estudo sobre a inclusão digital no mundo. O Brasil ficou em 28º lugar, empatado com a Rússia, o México e as Ilhas Maurício. O estudo identificou 64 países com condições de inclusão melhores que o Brasil. A classificação teve como base o Índice de Acesso Digital (IAD), que leva em consideração:

- a disponibilidade de infra-estrutura;
- o poder aquisitivo do usuário;
- o nível educacional do usuário;
- a qualidade dos serviços;
- uso efetivo da Internet.

O Brasil ficou com 0.50 ponto, numa escala de 0 a 1. Em primeiro lugar na lista está a Suécia (0.85). Os países foram divididos em quatro grupos: o superior, o alto, o médio e o baixo. O Brasil está no nível alto, o mesmo de países europeus como Espanha, Portugal e Grécia e de sul-americanos como Chile, Uruguai e Argentina.

### 3.13 OS DESAFIOS

Consideramos alguns dos desafios prementes na perspectiva de se alcançar a inclusão digital inserida nas políticas de acesso. Em relação ao acesso à Internet, apesar de seu uso comercial existir no Brasil desde 1995, somente 30,3 milhões usavam a rede mundial em Janeiro de 2004.<sup>76</sup>

Além disso, segundo a Associação Brasileira dos Provedores de Acesso e Informação da rede Internet (Abranet), havia 1.219 provedores de acesso no País em agosto de 2002. Pode parecer bastante, mas somente 6% dos municípios brasileiros (cerca de 850) têm acesso local à Internet. Isso significa que 73 milhões de pessoas no país precisam fazer interurbanos se quiserem usar a rede mundial.

Em relação ao acesso à telefonia, não resta dúvidas que a privatização do Sistema Telebrás, em julho de 1998, só piorou as condições de acesso do cidadão comum. O grande mote da exclusão foram os preços da assinatura mensal do

---

<sup>76</sup> - Conforme Relatório de Desempenho Setorial da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), 08/2003, disponível em <http://www.abinee.org.br/abinee/decon/decon15.htm>.

telefone fixo que em média até o ano de 2005 havia sido reajustado em 110% desde a privatização.<sup>77</sup>

Desde a privatização, o número de celulares no País mais do que quintuplicou, passando de 7,4 milhões para 41,9 milhões. De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), 8,8% das residências brasileiras tem somente telefone móvel.

Quanto ao acesso aos computadores existem cerca de 15 milhões de microcomputadores no País. Segundo a pesquisa PNAD 2002, somente 14,2% das residências brasileiras possuem PCs. Desta forma, para ampliar a inclusão digital, é importante tornar disponível o acesso à Internet em outros locais, como o trabalho, a escola e os centros comunitários. Em 2002, foram vendidos cerca de 3 milhões de micros no País, incluindo máquinas de mesa e portáteis, de acordo com a empresa de pesquisa IDC.

No Brasil, a maior fatia das vendas não pertence a nenhum grande fabricante, nacional ou internacional, mas ao chamado “mercado cinza”, formado por pequenos integradores de PCs. As máquinas são montadas muitas vezes com partes e peças contrabandeadas e sem pagar imposto. O preço dos micros é uma das grandes barreiras à inclusão digital, para isso o governo lançou no final de 2005 o *Programa Computador Para Todos*, destinado a oferecer equipamentos de boa qualidade, com baixo custo para a população, “universalizando” a oportunidade de os cidadãos adquirirem seus maquinários pessoais, fato este, que já comentamos anteriormente.

Finalmente, a capacitação tecnológica requer nossa afirmação entendendo quais os limites da inclusão digital. Não basta ter acesso à infra-estrutura, aos telecentros, etc., é necessário saber como usá-la. A maioria dos programas de inclusão digital tem ênfase na educação (não significa que possuem as melhores práticas pedagógicas). Por outro lado, o treinamento no uso da tecnologia não é suficiente, caso o conhecimento não seja integrado ao dia-a-dia daquela que está sendo incluído digitalmente.

O acesso às tecnologias da informação e da comunicação também chamado de inclusão digital, está diretamente relacionado, no mundo atual, aos direitos básicos a informação e à liberdade de opinião e expressão. A inclusão digital é uma das muitas formas de manifestação da exclusão social. Não é um fenômeno isolado

---

<sup>77</sup> - Telefone fixo pré-pago só chegará em 2006. (O Estado de S. Paulo, 12/11/2005, p. B5).

ou que possa ser compreendido separadamente, pois se trata de mais uma consequência das diferenças já existentes na distribuição do poder e de renda. Num momento em que empresas e governos migram informações e serviços para os meios eletrônicos, o excluído digital passa a ter dificuldade de conhecer e de exercer seus direitos de cidadão.

A inclusão digital não se resume à disponibilidade de instalar computadores e de telefones, mas à capacitação das pessoas para o uso efetivo dos recursos tecnológicos. Para ser incluído digitalmente, não basta ter acesso a micros conectados à Internet. Também é preciso estar preparado para usar estas máquinas não somente com capacitação em informática, mas com uma preparação educacional que permita usufruir seus recursos de maneira plena.

Neste caso, não precisaríamos de paliativos, mas de verdadeiros instrumentos que nos orgulhassem de afirmar que a verdadeira inclusão social em nosso país acompanha o desenvolvimento em todos os sentidos da vida e que o tempo saudosos de uma verdadeira cidadania, respeitadas as proporções históricas de nossa época, privilegie a esfera dos direitos e deveres e, sobretudo, reforçando o conceito de justiça social.

## 4 CAPÍTULO III - CIDADANIA E COMUNIDADE

O presente capítulo aborda a cidadania como uma das categorias principais, relacionando-a à perspectiva de comunidade, evidenciando a relação histórica entre os conceitos, além de proporcionar subsídios para referenciar a conclusão desta pesquisa em consonância com as abordagens das categorias: sociedade civil e inclusão digital.

### 4.1 O NASCIMENTO DA CIDADANIA

É difícil datar com precisão o aparecimento do conceito de cidadania. Sabemos que seu significado clássico associava à participação política. O próprio adjetivo 'político', por sua vez, já nos remete a idéia de polis (Cidade-Estado Antiga). Podemos concluir, então, que foi justamente sobre esse tipo de organização urbana que se assentaram as bases do conceito tradicional de cidadania e de uma considerável parte de seu significado atual.

Baseado nos estudos das *póleis*, gregas e romanas, constatamos que muitas modificações ocorridas, resultado de transformações nos campos da técnica, da economia e da arte bélica, alteraram potencialmente as "*relações entre o poder e a sociedade*" (CARDOSO, 1985, p.28-29). Além disso, não podemos esquecer que a urbanização foi o fator que mais contribuiu para a evolução das póleis.

Apesar das diferentes definições do que seja cidadania, o seu caráter público originário da sociedade grega ainda permanece. Só podemos ser cidadãos em sociedade. Para isso, é fundamental que se conceba como se insere a relação deveres e direitos. Neste caso, o papel do Estado, conforme os princípios liberais, é buscar o equilíbrio necessário entre os interesses individuais e o interesse público. Ao longo da história, a cidadania vem se afirmando e consolidando como "conquistas de direitos". E isto de tal forma, que não podemos desvincular os chamados direitos: sejam políticos, sejam os econômicos e sociais de sua definição e de sua vivência.

Não há como discutir o conceito de cidadania sem que possamos abordar aspectos importantes de seus antecedentes, ou seja, nos reportamos aos primórdios

da ideologia liberal, onde o entendimento de cidadania atribui-se a um número pequeno de pessoas.

Encontramos em John Locke (1632-1714) a concepção de cidadania restrita. Segundo este pensador: os homens são livres e iguais porque são proprietários de seus corpos. No entanto, aos poucos vai se delineando nos seus escritos que a propriedade não é exatamente o corpo, mas o fruto que o corpo produz pelo trabalho ao se apropriar da natureza. Paulatinamente, o autor vai chegando à conclusão de que somente os que possuem propriedade privada são cidadãos.

Assim, se refere Ferreira:

Locke é bem claro em igualar escravos, mulheres, crianças e doentes mentais no rol dos excluídos, com o argumento de que só podem gozar dos mesmos direitos e deveres aqueles que tem condições de garantir seu próprio sustento e o de seus dependentes. Locke vai aos poucos esvaziando a possibilidade de sua afirmação inicial que todos: tem uma propriedade no próprio corpo. (1993, p.86).

Em contrapartida, Locke (1973), também vincula a propriedade ao fato do indivíduo trabalhar ou não trabalhar. Cada indivíduo só não trabalha e conseqüentemente enriquece se assim não quiser, só não adquire propriedade se for incompetente e preguiçoso.

Nessa perspectiva, a divisão da sociedade confere aos pobres determinados atributos: preguiça, indolência, degeneração, imprevidência. Conforme Ferreira (1993), Locke é taxativo ao associar esses fatos ao que caracteriza de implicações “psicossociais” não devendo ter complacência com esses tipos de indivíduos para não alimentar seus vícios.

Nessa assertiva lockeana, é necessário ter precaução para não se incorrer no equívoco de concordar que estamos diante da naturalização da condição social dos mesmos sem avaliar que esses fatos vêm associados ao processo histórico de estigmatização, além disso, o êxito econômico é visto como reflexo de virtude, o fracasso como signo de infâmia (Silva Jr, 2002).

Segundo Ferreira (1993), torna-se evidente o caráter restrito da cidadania nos primórdios da ideologia liberal, ou seja, assim como na gênese grega, a sociedade moderna considera no ambiente da cidadania apenas *alguns* como cidadãos.

Para corroborar com nossas afirmações, Ferreira (1993, p.84) afirma: *“O que Locke e seus seguidores não enfatizam é que a divisão social do trabalho e o processo de acumulação da riqueza estão na base dessas desigualdades.”*

É necessário situar que a luta do liberalismo pelos chamados direitos de liberdades, apesar de estar ligada a um contexto histórico específico, onde havia uma disputa por hegemonia entre a burguesia e a nobreza, foi o que impulsionou diversas lutas que ajudaram a ampliar o conceito de cidadania.

O positivismo pode ser visto como elemento balizador na questão do liberalismo em relação ao conceito ampliado de cidadania. Neste caso, a expressão maior dessas contribuições positivas do liberalismo foi com certeza a carta de direitos da Organização das Nações Unidas, confeccionada em 1948, que completa neste ano seus 58 anos. Esta carta se inspirou nas chamadas “Cartas” de direitos do Estados Unidos de 1776 e da Revolução Francesa de 1798.

Segundo Bobbio (2004), a conexão que se possa ser estabelecida entre o positivismo e a concepção da ideologia liberal promove paradoxos. Acrescenta que foi a afirmação do indivíduo, calcado nos princípios do individualismo, que criou a base para o reconhecimento dos direitos do homem.

Neste caso, Bobbio (2004), afirma que o individualismo é a base filosófica da democracia: uma cabeça, um voto. Podem ser exemplificados, como postulados reforçados na concepção liberal, a perspectiva da democracia representativa.

A Idade Média foi, em termos sociais, econômicos e políticos, um período de transformações e adaptações a uma nova realidade organizacional da sociedade. Assim, durante o processo de formação do feudalismo, muitas mudanças ocorreram nas atitudes mentais e nas relações entre o saber e a política. Estas alterações permitem-nos visualizar duas realidades distintas em termos sociais, mas muito parecidas na esfera política. Desse modo, devemos pensar, igualmente, em dois tipos de cidadania.

Num primeiro período, que se sucedeu à queda do Império Romano (séc. V), notamos uma perda no significado de cidadania, tal como herdado da Antiguidade. Uma nova organização social, baseada em ideais de fidelidade, tornou a participação política um assunto secundário. Nesse contexto, não são poucos os autores que, ao abordar o tema, referem-se à Idade Média como um período no qual as questões relativas à política cederam espaço à preocupação com outras questões, como, por exemplo, “o plano religioso (ARENDRT, 1995).”

Isso se deve em parte, às constantes invasões que fizeram da Europa um território no qual contrastavam instituições e costumes provenientes dos mundos bárbaro e romano. Como resultado, disso surgiu um tipo peculiar de organização social (nobreza, clero e camponeses), cujos reflexos foram sentidos até os finais da Idade Moderna.

Era, portanto, uma sociedade de ordens, diferenciadas tanto política quanto juridicamente. Clero e Nobreza detinham, respectivamente, saber e poder e, conseqüentemente, os direitos advindos do termo cidadania. Servos permaneciam alheios aos privilégios dos “cidadãos”, não podendo acessar o poder público, sem a mediação de outro estamento, detentor de maior poder.

Este quadro só começou a se reverter no contexto do renascimento urbano e da formação dos baixos Estados Nacionais. Esta fase, conhecida como Baixa Idade Média, foi a responsável pelo ressurgir da idéia de um Estado centralizado e, por conseqüência, da noção clássica de cidadania, ligada à concessão de direitos políticos.

Iniciava-se, assim, uma nova relação entre política, economia e sociedade, dado o dinamismo que o nascente capitalismo provocava. Houve espaço para o fortalecimento de uma burguesia nacional mercantil que aspirava aos mesmos direitos destinados aos estamentos privilegiados. Além disso, esse período proporcionou o desenvolvimento dos princípios teóricos que instauraram, tanto o Absolutismo Monárquico, quanto a moderna noção de cidadania.

Assim, visualizando o contexto medieval, podemos dizer que a noção de direitos políticos e cidadania tornou-se frágil demais, se comparada às necessidades materiais e espirituais impostas pela ruralização da economia e pela cristianização da sociedade. Por outro lado, o final desse período registrou profundas alterações sociais, produto da crescente urbanização. Houve, então, a necessidade de reformulação do antigo conceito de cidadania, o qual retomou o ideal de igualdade entre os cidadãos.

O processo de formação dos Estados Nacionais conheceu, paralelamente às mudanças dos quadros sóciopolíticos, a consolidação da burguesia como classe atuante, tanto política quanto economicamente. Mesmo assim, a centralização promovida pelo absolutismo monárquico manteve, por um longo tempo, o caráter hereditário do poder e as características estamentais da Idade Média.

Com um olho nas tradições do passado e outro no progresso do futuro, esse período representou uma transição. Foi o período das revoluções sociais, das transformações políticas e econômicas, das criações artísticas, do desenvolvimento das ciências, da disseminação do conhecimento, da busca da liberdade de pensamento e da igualdade entre os indivíduos e do nascimento do ideal de liberdade.

A partir dessas novas diretrizes, procurou-se construir uma sociedade mais justa. O aparecimento dessas novas idéias foi instigado pelo desenvolvimento do Capitalismo e pelas reformas religiosas do século XV. Estas, formularam novas visões sobre a espiritualidade, entre as quais podemos citar a prática da redenção, a qual valorizava o trabalho, em detrimento da caridade e da liberdade para interpretar as escrituras.

Nessa nova realidade, a burguesia lutava para conseguir poder. Apesar de sua proeminência econômica e do apoio recebido do Mercantilismo, essa camada ainda não havia se afirmado politicamente. Dessa forma, passou a contar com as formulações de uma nova “*intelligentisia*”, disposta a contestar os valores e as injustiças praticadas pelo clero e pela nobreza. Para isso, propagava maior autonomia de pensamento aos homens comuns. Como conseqüência disso, surgiram as idéias iluministas-liberais, produto dos avanços nas ciências experimentais e de uma nova racionalidade, por meio da qual se procurava entender o mundo.

Com efeito, houve inovações também para a concepção de cidadania. Mais próxima daquela experimentada por gregos e romanos, tinha na igualdade e na liberdade seus princípios básicos.

Foi com esse espírito renovador de igualdade e liberdade que Rousseau, concebeu as idéias de uma democracia liberal, baseando-se na razão e contrapondo-se ao direito divino (ROUSSEAU, 1980). Foram estas idéias que, mais tarde, serviram como substrato teórico das Revoluções Burguesas, ocorridas nos séculos XVI e XVIII europeus.

Esses pensamentos procuravam, antes de tudo, regular as relações de poder, garantindo aos cidadãos livre atuação civil, econômica e política. Rousseau contestava o uso da força como reguladora da sociedade. Esta, segundo seu entendimento, devia reger-se pela consciência múltipla dos direitos e deveres dos

cidadãos, os quais atuavam diretamente sobre si mesmos, no sentido de proporcionar a liberdade plena.

Nesta importante fase do capitalismo, vale ainda ressaltar que, enquanto as idéias de Rousseau continham um caráter de universalidade, as de Locke forneciam o argumento que a burguesia necessitava para firmar-se politicamente, ao associar o conceito de liberdade ao de propriedade material (LOCKE, 1973).

Podemos dizer, portanto, que essas inovações de pensamento nos remetem à atual concepção de Direito civil, levantando a questão dos direitos políticos e de quem os deve possuir e exercer. Essa problemática dos direitos foi o traço distintivo entre a burguesia e o povo. Quando a luta dos direitos, principalmente políticos, ambos distanciavam-se, prevalecendo os interesses da primeira.

Todas as idéias produzidas pelos iluministas traduziam o pensamento político da época, influenciando tanto os movimentos de independência na América, quanto as Revoluções Inglesa e Francesa. Ao mesmo tempo, o ideal de sociedade, daí surgido, já apontava desigualdades no campo social. A situação trouxe inúmeros prejuízos para a cidadania, restringindo a sua prática, assim como observou J. M. Barbalet:

a concessão de cidadania para além das linhas divisórias das classes desiguais parece significar que a possibilidade prática de exercer os direitos ou as capacidades legais que constituem o status do cidadão não está ao alcance de todos que os possuem (BARBALET, 1989, p.13).

Simultaneamente à ampliação da esfera da cidadania, as diferenças de classe operavam no sentido de limitar os atributos políticos dos cidadãos. Este aspecto da evolução do conceito de cidadania é o que nos fornece o maior número de ensaios críticos. Autores afeitos ao materialismo histórico, liberais do século XIX e mesmo estudiosos da atualidade vêm nessa questão a principal fonte dos limites à prática efetiva da cidadania na contemporaneidade.

## 4.2 DEBATE ATUAL SOBRE CIDADANIA.

Percebemos, então, como o conceito de cidadania percorreu diversos ciclos históricos abarcados nos principais modos de produção, vinculando-se cada vez mais às mudanças nas estruturas sociais. Contudo, é impossível não notar os avanços nos campos da técnica e da política provocaram na sociedade impactos tão radicais em tão pouco tempo, influenciando indiretamente os direitos e deveres dos cidadãos. Sobretudo nos séculos XIX e XX, esses progressos transferiram para a esfera da cidadania toda uma gama de desajustes oriundos do sistema de classes.

A necessidade de compreender o conceito atual de cidadania à luz dessas questões sociais veio-nos como herança do processo de formação das democracias modernas. Como sabemos, a Independência dos Estados Unidos e o processo revolucionário francês acabaram por delinear um novo tipo de Estado. Os ideais de liberdade e de igualdade, embora tivessem uma origem propriamente burguesa, contribuiu para a inclusão de um maior número de indivíduos no *corpus* político das sociedades. Contudo, os anseios da população economicamente menos favorecida ainda não estavam vinculados ao campo dos direitos sociais. Isto explica, em parte, porque a grande maioria dos estudos contemporâneos sobre cidadania, como, por exemplo, os de Marshall e Barbalet, têm nas desigualdades de classe o componente fundamental (MARSHALL; 1967; BARBALET; 1989).

Mais do que isso foi o legado das lutas sociais observadas em diversos países, ao longo dos séculos XIX e XX, responsável pelo caráter reivindicatório da cidadania, tal como a conhecemos.

Hoje, uma variedade de atitudes caracteriza a prática da cidadania. Assim, entendemos que um cidadão deve atuar em benefício da sociedade, bem como esta última deve garantir-lhe os direitos básicos à vida, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, trabalho, entre outros.

Como consequência, cidadania passa a significar o relacionamento entre uma sociedade política e seus membros. Os reflexos dessa condição no direito internacional, por outro lado, impulsiona esse conceito ao de nacionalidade.

Mas foi apenas com as guerras mundiais e com o temor à extrema violência dos conflitos e de seus subprodutos, como foram os regimes totalitários, que a sociedade civil e os órgãos internacionais, como a ONU, entenderam ser os direitos humanos uma questão de primeira ordem para o tema da cidadania contemporânea.

Infelizmente, as garantias constitucionais e os acordos firmados entre as Nações Unidas não foram suficientes para promover as condições necessárias ao exercício de uma cidadania plena, com liberdade, igualdade e garantia de direitos humanos. Muitas são as denúncias sobre violações desses direitos, e, embora muitas das sociedades políticas atuais sejam democráticas, observamos muitos cidadãos à margem dos processos de decisão política e alienados de seus direitos essenciais.

A situação, antes de significar uma falência das sociedades democráticas, como afirmam alguns autores, denota a validade do debate sobre as classes sociais e seu impacto sobre a cidadania.

Acompanhando esta perspectiva, o sociólogo inglês T. H Marshall mostra como o desenvolvimento da cidadania até o século XIX esteve intimamente submetido à questão das relações entre classes sociais antagônicas. Segundo esse autor, esta diferenciação seria inerente à própria relação entre os direitos e a camada que os teria fomentado.

Neste sentido, a cidadania aparece dividida em distintas categorias, com o intuito de demonstrar o desenvolvimento desigual de cada uma delas e a quais setores pertenciam (MARSHALL, 1967).

Assim, por exemplo, surge a cidadania civil, que marca a superação da situação observada na Idade Média, garantindo os direitos quanto à liberdade e à justiça e vinculando-se diretamente à burguesia. Já a cidadania política surge com a universalização de seu próprio conceito e com ampliação dos direitos civis. Estes, segundo Marshall, aparecem com a diferenciação classista, sobretudo nos séculos XIX e XX, período no qual a efervescência dos conflitos sociais cobrara do poder público uma atuação no sentido de suavizar o mal que as desigualdades econômicas causam aos indivíduos, colocando uma rede de proteção de política social por baixo dos desfavorecidos (BARBALET, 1989).

Esta nova consciência sobre as diferenças no interior do status de cidadão acentua os debates sobre a exclusão social, os direitos humanos e mesmo sobre a atuação política da sociedade civil. Por outro lado, no atual estágio do Capitalismo, falar em cidadania significa considerar, igualmente, as próprias mudanças ocorridas na sociedade, nos valores e na educação, proporcionados pelas inovações da realidade tecnocientífica.

De certa forma, o contexto agitado do século XX foi responsável pela efervescência da temática dos direitos humanos. No período compreendido pelas duas guerras mundiais, verificou-se um estado de tensão que, muitas vezes, favoreceu a prática de violências institucionalizadas, instigando o poder de reivindicação da sociedade civil (BARBALET, 1989).

Contudo, foi somente após a Segunda Guerra Mundial que se observou uma nova relação entre os direitos sociais e o poder público. A criação, na década de 1940, dos Estados de Bem-Estar Social (Welfare State), confirma o pressuposto de que o temor à revolução é que propicia as reformas sociais. Entretanto, foi a própria estrutura previdenciária desses órgãos, aliada às oscilações na economia mundial, que os tornaram um fardo para o Estado. Assim sendo, a falência deste Estado de Bem-Estar Social, na década de 1970, revelou a fragilidade dessas reformas. Estas, aplicadas como “meros paliativos” (Silva Jr: 2002) não favoreceram alterações nas estruturas responsáveis pelas desigualdades sociais.

Temos, então, associado ao atual conceito de cidadania, um repertório teórico e mesmo prático, cuja amplitude acompanha o próprio desenvolvimento das sociedades modernas. Contudo, a extensão desses direitos à totalidade da população não possibilitou a garantia da liberdade e da igualdade idealizadas por Rousseau. Para isso, contribuíram todas as transformações vistas nas estruturas econômicas e sociais.

Na longa luta para ampliar a representatividade do direito de voto e, portanto, redefinir o direito de cidadania, a Inglaterra, mãe da Revolução Industrial, serve de exemplo. Em 1892, a Lei da Reforma deu maior representatividade política aos centros urbanos, em detrimento das áreas rurais; a decisiva atuação das *trade unions*<sup>78</sup> conseguiu impor uma legislação trabalhista, a redução da jornada de trabalho e melhores salários. Em 1967, o *Ato da Reforma* concedeu direito de voto a todos que tivessem residência própria ou que pagassem aluguel acima de um valor estipulado. Em 1884, o mesmo direito foi estendido aos trabalhadores. Em 1893, o Partido Trabalhista foi formalmente organizado e, em 1918, o sufrágio universal

---

<sup>78</sup> - Os empregados das fábricas também formaram associações denominadas *trade unions*, que tiveram uma evolução lenta em suas reivindicações. Na segunda metade do século XIX, as *trade unions* evoluíram para os sindicatos, forma de organização dos trabalhadores com um considerável nível de ideologização e organização, pois o século XIX foi um período muito fértil na produção de idéias antiliberais que, serviram à luta da classe operária, seja para obtenção de conquistas na relação com o capitalismo, seja na organização do movimento revolucionário cuja meta era construir o Socialismo objetivando o Comunismo. O mais eficiente e principal instrumento de luta das *trade unions* era a greve.

masculino foi finalmente estabelecido, tendo as mulheres que esperar o final da década de 1920, para conquistar o mesmo direito.

Por outro lado, podemos dizer que todos esses anos de evolução acabaram por afirmar que a cidadania de fato só pode se constituir por meio de acirrada luta cotidiana por direitos e pela garantia daqueles que já existem.

Notamos maior preocupação com a difusão desses direitos, seja por meio de educação formal, seja pelos meios de comunicação. Programas de televisão debatem temas como: violência, habitação, saúde, educação e outros direitos básicos. Livros didáticos e paradidáticos fomentam a discussão sobre o status de cidadão e os direitos humanos; outros associam ao desenvolvimento da cidadania uma discussão sobre os meios de comunicação e o próprio capitalismo (DALARI, 1998; COVRE, 1991).

Desse modo, o debate contemporâneo conta com uma série de coletâneas de textos e publicações sobre o tema. Por iniciativa pública ou dos meios acadêmicos, fomentam-se discussões e propostas, para tornar público um tema tão importante da vida em sociedade.

Nesse sentido, problemas recorrentes, como as violações dos direitos humanos, as ineficiências no campo social e o processo de pauperização manifestado na periferia do capitalismo, mostram que a cidadania exige mais do que o simples ato de votar ou de pertencer a uma sociedade política. Cabe, portanto, à sociedade civil, caráter representativo como sujeito político dialético na legítima defesa de verdadeiros processos universalizantes dos cidadãos. Nisso consiste a essência da cidadania atual.

Após traçarmos esse quadro evolutivo do conceito de cidadania, podemos dizer que, apesar da existência de profundas desigualdades sociais, esse termo evoluiu com o passar dos anos. Ampliou a abrangência de sua concepção, abraçando todas as classes sociais. Deixou de restringir-se apenas à participação política para relacionar uma série de deveres da sociedade para com o cidadão. Apesar disso, apenas a teoria é igualitária. Na prática ainda há muito que se fazer para que os direitos e deveres sejam os mesmos para todos. Seja como for, a busca pela realização da máxima “cada homem, um voto” continua a ser perseguida.

A concretização deste ideal requer, entretanto, um esforço coletivo. Dessa forma, há necessidade de suprir as muitas carências oriundas das dificuldades de condições, do descaso do poder público em áreas vitais, como saúde e educação,

por exemplo, e da própria incorporação do significado antigo de cidadania, como guardiã e fonte de direitos. Seria proporcionada, assim, uma qualidade de vida merecida por todos os seres humanos, sem restrições.

O quadro evolutivo tratado acima demonstrou que, mesmo dentro de cada Estado-nacional, o conceito e a prática de cidadania vêm se alterando ao longo do tempo histórico. A cada modo de produção, o conceito de cidadania esteve relacionado às transformações a que esteve submetida à sociedade.

Como demarcar o(s) período(s) para que possamos fazer a relação com o referido quadro histórico acima? É necessário sintetizar o período que estamos analisando sem perder de vista nossas principais categorias: Sociedade Civil, Movimentos Sociais, Cidadania e Inclusão Digital. Há, no entanto, todo o cuidado rigoroso que a abordagem não desvirtue a centralidade desta pesquisa.

A cidadania no Brasil se transformou no centro das reivindicações pelos movimentos sociais durante o período do regime militar. O Estado centralizado e autoritário patrocinou vários momentos de cerceamento da liberdade e participação da sociedade civil a partir de expedientes (atos institucionais), muito deles ligados às proposições de reformas no aparelho de Estado.

Podemos situar algumas passagens, mesmo que sejam breves, às proposições de resgate da cidadania neste período. A crise econômica causada pelo esgotamento do modelo de endividamento com o FMI trouxe à tona a inflação, tendo reflexos nas políticas sociais: emprego, salários, saúde, educação, habitação, saneamento, etc.

Na esteira de conquistar direitos em nome da cidadania, inserimos as lutas sociais dirigidas pelos metalúrgicos do ABC reivindicando o confisco da inflação, neste caso, vários atores políticos se engajaram neste importante movimento social com destaque para a igreja católica progressista, intelectuais, políticos de oposição e estudantes.

Esse movimento de caráter reivindicatório desfraldava a bandeira de resgate da cidadania, foi o estopim para a efervescência de muitos outros movimentos de caráter reivindicatório em sintonia com a sociedade civil, mudando o perfil do país<sup>79</sup>.

A formatação da constituição cidadã foi o ápice, que vários autores, como Gohn (2005); Pinsky (2003); Silva Jr. (2002); Silva (2003); (Lima: 2000); (Tapia:

---

<sup>79</sup> - Nos Capítulos I e II já mencionamos várias dessas conquistas...

1995), entre outros, consideram, guardada as devidas proporções, a retomada do processo democrático no Brasil. Vários direitos e deveres foram consagrados como resultados das lutas sociais<sup>80</sup>.

A partir desta efervescência dos movimentos sociais, muitas outras conquistas ganharam destaque no país. Assim, fazemos referências ao Estatuto do Idoso (Lei 10.71/2003); Lei de Defesa do Consumidor (Lei nº 0.078, de 1990); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90); Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003), Lei de Defesa dos Portadores de Necessidades Especiais (Decreto nº 5.296/2004)<sup>81</sup>.

Como afirma Silva Jr (2002), este recorte conjuntural, que observamos em nossa sociedade, esta intrinsecamente ligado ao movimento de expansão do capital, tendo reflexos diretos nas possibilidades para os direitos sociais, isto é, para a cidadania. As lutas travadas em favor dos direitos, à luz da constituição cidadã incorporaram o espírito de ampliação das políticas públicas com base no pendulo teórico do Welfare State, mesmo que esse modelo, com base no fundo público, estivesse totalmente esgotado. Este foi o ponto de mutação nas reformas do aparelho de Estado, em descompasso com o ritmo que o capital imprimia nas outras polis.

Com o advento das políticas neoliberais, vamos observar o movimento de contra-tendência nas questões sociais. Nesse momento, as políticas de austeridade monetária e fiscal são acionadas, ao lado da busca de reformas de ordem geral que produzam um novo estágio de desenvolvimento do capitalismo mundial.

Efetivamente, não temos a mesma intensidade nas questões sociais sob o mesmo olhar de ampliação das políticas públicas, a história através dos *mentores dos caminhos da servidão* nos reservou o desmonte do Estado de Bem-Estar Social, por meio de estratégias coercitivas juntamente com seu respectivo “pacto social”, num contexto de mundialização do capital, condição imprescindível de expansão na insana superação de suas crises.

Nesse movimento de “universalização”, um intenso processo de mudanças radicais tem lugar, tendo como alvo a construção de um novo pacto social e em

---

<sup>80</sup> - Não se pretende ser a prolixidade, mas apenas exemplificar que o debate sobre cidadania no Brasil em diversas obras, relacionadas a qualquer tema dentro do espectro das Ciências Sociais, leva muito em consideração os direitos consagrados na Constituição Cidadã de 1988 num ápice das lutas sociais.

<sup>81</sup> - Efetivamente, as conquistas por cidadania na sociedade brasileira não se restringem a estes itens destacados, no entanto, o cotejamento destes dar-se em função de sua projeção política a partir deste outro ator político -, as ONGs e os mesmos terem outro caráter reivindicatório, diferente das lutas sociais sindicais.

razão disso, reformas institucionais são realizadas em profusão, a começar pelas reformas dos Estados, com expressão direta nas esferas da cidadania.

Esse desmonte em formato de reforma institucional se concretizou na avalanche das privatizações, no forte discurso que a coisa pública precisava estar no mesmo compasso da mundialização do capital. Neste sentido, vários setores considerados estratégicos foram privatizados, entre eles, energia, telecomunicações, petróleo, Portos (cabotagem)<sup>82</sup> tendo reflexos na privatização das políticas públicas.

A sociedade civil, ressignificada em seu papel, passa a ter funcionalidade de gestora em atividades que não estão na órbita do Estado-nacional. Este, analisado sob o ponto de vista de não ser um ente interventor nas regulações sociais, mas produtor de relações políticas contemplando o mercado e seus novos agentes financiadores.

Esse movimento levará à privatização das políticas públicas, limitando a cidadania à mercantilização em suas relações políticas. O resultado social tem conseqüências jamais imaginadas para a sociedade. As políticas sociais terão o caráter de assistencialismo, filantropia, neofilantropia e muitos dos deveres e obrigações se limitaram nestas condições impostas pela dinâmica do capital.

A luta pela ampliação da cidadania retrocede em segmentos importantes da sociedade, teremos movimentos de caráter contraditório como foi o movimento de combate à fome, pela vida e contra a miséria coordenado pelo sociólogo Betinho em controvertidas parcerias, entre elas com a Rede Globo e várias empresas privadas. Para muitos autores, esta incursão reforçava a cooptação da sociedade civil e seus agentes políticos, principalmente os movimentos sociais na figura central das ONGs.

A propaganda apontava na direção da participação cidadã, consubstanciando-se numa pluralidade de atividades em nome do resgate da cidadania. Neste caso, há outros movimentos de caráter reivindicatório capitaneados por dois importantes personagens: o voluntário e o empresário ativista solidário. Podemos destacar ações voltadas para a cidadania com este espectro como: Criança Esperança, da Rede Globo; Amigos da Escola através da militância de alguns organismos como: UNICEF, UNESCO, Fundação Abrinq e o Instituto Ayrton Senna.

---

<sup>82</sup> É a navegação realizada entre portos interiores do país pelo litoral ou por vias fluviais.

Nos exemplos acima de parcerias, o setor público participa na concessão de recursos de infra-estrutura e financiamento público, mesmo que o Estado seja considerado ineficiente e não garantidor de suas responsabilidades com os direitos e deveres dos cidadãos.

Não há como dissociar as mutações, neste tempo de neoliberalismo, do papel destinado à sociedade civil com o advento das parcerias em prover cidadania para uma melhor qualidade de vida, ser solidário aos mais necessitados como as campanhas de arrecadação de alimentos e brinquedos aos pobres durante as datas natalinas, ação cidadania global, etc. Esse controverso movimento para a nova feição da cidadania passa indubitavelmente pela consonância do movimento terceiro setor<sup>83</sup>, em perfeita exigência e adaptação do movimento de acumulação de riqueza do capital.

Observa-se, portanto, uma infundável relação de ações dos diversos setores que se orientam pela atual concepção de sociedade civil, discursando “que outra cidadania é possível”. Com a inserção do Brasil no ciclo das novas tecnologias e comunicação, e, preocupados com o fenômeno do analfabetismo digital, a chamada cidadania digital (Lévy: 1999) propugnou por políticas públicas que visasse incluir cidadãos tecnologicamente.

Com este propósito e diante da cruzada contra este novo fenômeno do analfabetismo digital, várias iniciativas foram estabelecidas no Brasil. As mesmas incluem programas sociais de inclusão de tecnologias dos mais diversos matizes, que envolvem a iniciativa privada, órgãos públicos e associações filantrópicas. A grande maioria das políticas públicas de cidadania vinculadas a inclusão digital, em maiores proporções, interage com as parcerias via o movimento terceiro setor.<sup>84</sup>

Temos pleno acordo com o fechamento na abordagem de Maria da Gloria Gohn (2005) que as políticas neoliberais dos anos 90, com sua reestruturação na base produtiva e no papel do Estado (encolhendo-o), ao mesmo tempo que expandia o mercado, tem levado a uma diminuição da esfera social onde se desenvolve a cidadania que defendemos – a cidadania plena, moldada na tradição republicana, que pressupõe o conhecimento e a consciência ética dos processos políticos da polis e do mundo em que se vive.

---

<sup>83</sup> - Já analisado no Capítulo II

<sup>84</sup> - Ver Cartilha de Inclusão Digital (Disponível em <http://www.ethos.org.br>)

O neoliberalismo atribuiu um novo significado e, ao mesmo tempo, criou um novo tipo de cidadania: a cidadania voltada para o mercado ou adquirida através deste. Trata-se de um processo de desvirtuamento, no qual o cidadão transforma-se em cliente, consumidor de bens e serviços, e não mais detentor de direitos, direitos esses que deveriam ser alcançados pelo acesso aos serviços públicos estatais. Exemplos desses serviços tratados pela lógica mercadológica são a educação e a saúde. Os “clientes” são tratados como objetos das ações e não como sujeitos. Entendemos sujeitos como “suporte estável e universal das representações – designadas sempre à esfera do humano e suas relações histórico-culturais, onde tais sujeitos reinam como entidade onipotente, plena, garantida por uma “tecnologia” do conhecimento intitulada razão.

Em resumo, a análise histórica revela-nos que encontramos atributos do termo cidadania de ordem jurídica (o mais extenso, dado pelas leis e juridização da ordem (sociais, econômicas, políticas e culturais), de ordem normativa (como deveria ser o comportamento dos cidadãos ou de um “bom cidadão”) e atributos construídos pelas Ciências Sociais, tanto na Sociologia como na Ciência Política, relacionando cidadania para além do debate sobre os direitos e as obrigações (ou deveres), entrando no campo de discussão sobre a igualdade/desigualdade; universal/particular; público/privado, singular/diverso, pertencimento/desfiliação etc.

O conjunto dessas categorias possibilitou o desdobramento do conceito de cidadania em cidadania ativa e cidadania passiva numa perspectiva processual e não atribuída, dada a priori, naturalizada pelos códigos legislativos. O que irá definir a cidadania será um processo onde se encontram redes de relações, conjunto de práticas (sociais, econômicos, políticas e culturais), tramas de articulações que explicam e ao mesmo tempo sempre estão abertas para que se redefinam as relações dos indivíduos e grupos com o Estado.

O Estado é sempre elemento referencial definidor porque é na esfera pública estatal que se assegura os direitos, da promulgação à garantia de acesso, e as sanções cabíveis pelo descumprimento dos direitos já normatizados e institucionalizados. Portanto, exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais.

### 4.3 A EMERGÊNCIA DAS COMUNIDADES: DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS.

Do ponto de vista empírico, entendemos comunidade como um conjunto diferenciado de pessoas, com uma organização informal, com a predominância de contatos face-a-face-a-face com uma base de interesses comuns. É importante distinguir comunidade de associação, que é uma organização mais formal, com estatuto, quadro administrativo, dirigentes, e regimento reconhecido.

Estes conceitos, embora operacionais e provisórios, permitem-nos distinguir os agrupamentos, como por exemplo, um grupo de vizinhança que pode ser entendido como uma comunidade, a reunião de grupo diferenciado de pessoas para falar de seus problemas e suas angustias. De forma específica, caracteriza-se como uma comunidade no momento do encontro e desfaz-se para transformar-se em possível rede de relações a partir do momento em que o encontro termina.

Podemos afirmar que a inclusão digital, como parte das políticas públicas para prover a cidadania no interior de uma escola, de um centro comunitário, de uma associação filantrópica ou outra instituição, também se caracteriza como conceito de comunidade no momento do encontro e, desfaz-se para transformar-se possivelmente em rede de relações a partir do momento em que o encontro termina.

Uma primeira dificuldade aparece à medida em que esses conceitos empíricos não estão ancorados em nenhuma teoria e, portanto, são restritos.

Como é entendida comunidade segundo o senso comum?

No dicionário Houaiss o verbete comunidade tem 15 significados diferentes logo, na linguagem empregada pelo comum o termo é vago, impreciso e abarca um número de significados.

O significado do vocábulo comunidade se complica quando tornamos o substantivo simples em substantivo composto: comunidade monástica, comunidade digital e/ou virtual. Neste caso, porque estamos referindo-nos a grupos que têm uma organização formal, uma hierarquia e que, portanto, fogem ao significado inicial do termo por nós empregado. Complica-se mais quando tornamos valores, crenças e mitos que permitem que pessoas se identifiquem, mas sem uma base territorial ou outra referência precisa: comunidade de orquídeas, (uma associação) comunidade judaica, comunidade cristã, comunidades virtuais.<sup>85</sup>

---

<sup>85</sup> - Inserir as comunidades virtuais está entre nossa opção por complementar o enunciado em diálogo com o dicionário Houaiss.

No dicionário de Sociologia, o termo comunidade, significa:

É essencialmente ligada ao solo, em virtude de seus componentes viverem de maneira permanente em determinada área, além da consciência de pertencerem ao mesmo tempo ao grupo e ao lugar, e de partilharem o que diz respeito aos principais assuntos de suas vidas. Tem consciências das necessidades dos indivíduos, tanto dentro como de seu grupo imediato e, por essa razão, apresentam tendência para cooperar estritamente (1997, p.45).

No senso comum, o significado é amplo, vago, confuso, à medida em que mistura, muitas vezes o que conceituamos como associação ou instituição.

Já na perspectiva sociológica, levar-se-á em consideração as principais correntes, principalmente discorrendo sobre as afirmações conceituais de cidadania e comunidade.

Sendo assim, como a sociologia têm abordado o conceito de comunidade?

Um exame sumário da bibliografia sociológica sobre o tema mostra que o termo tem sido objeto de preocupação das mais diferentes teorias e isto desde os clássicos da Sociologia conceituando comunidade em oposição à sociedade. Durkheim (apud Sader:1988) ou tomando-os como termos complementares, Weber (1994). Todos esses autores estavam preocupados em caracterizar os pequenos agrupamentos humanos em contraposição aos grandes agrupamentos regidos por relações formais e institucionalizados.

Na bibliografia brasileira, o termo comunidade esteve atrelado ao termo sociedade como partes complementares e interdependentes. As perspectivas teóricas de abordagem variaram e variam bastante, mas sempre tiveram como denominador comum a ligação conceitual como forma de entender a parte – a comunidade, no todo – a sociedade (Fernandes, 1975).

Os chamados estudos de comunidade que caracterizaram pesquisas sociológicas na década de 60 procuraram entender como a vida de pequenas localidades podia, ao mesmo tempo, ser parte de um todo e ser explicadas por este todo. Esta linha de pesquisa esgotou-se e diversificou-se em outras temáticas que abordaram mais diretamente os conflitos e as tensões entre grupos.

---

O tema comunidade desaparece da pesquisa empírica e vai, a partir da década de 70, surgir associado à prática política.

Na década de 70 as preocupações com as questões agrárias e a modernização da agricultura levaram à formulação de programas de desenvolvimento de comunidade. Partia-se do pressuposto que as populações rurais, ancoradas em relações baseadas na tradição, tinham resistência à mudança e que cabia aos profissionais provocar a difusão de inovações, a modernização econômica das populações rurais fazendo-as focalizar a produtividade e a racionalidade.

A avaliação, através de trabalhos empíricos, dos descaminhos do chamado desenvolvimento de comunidade permitiu uma re colocação dos problemas de pesquisa, demonstrando até que ponto as populações rurais haviam sofrido, com o processo de modernização.

Martins afirma que:

ao mesmo tempo, um processo de desenraizamento e da migração para as cidades ou para as vilas pobres próximas das grandes fazendas de onde saíram deslocados para cenários de poucas oportunidades e de nenhuma qualidade de vida (2002, p.219).

Na década de 80, a partir das colocações da Teologia da Libertação, formulam-se as comunidades eclesias de base que buscam mobilizar as populações rurais contra a opressão sócioeconômica com um ideal democrático de participação social (Betto: 1981). O progressivo abandono pela igreja, da prática das comunidades eclesias de base, substituídas pelas organizações de renovação carismática, mostra os reveses que implicam a prática política, mesmo dentro de uma instituição como a Igreja Católica. Reveses, limitações e empecilhos foram amplamente analisados por (Baraglia ;1991; Prandi ;1997; Pierrucci ;1997).

Na década de 90, surge a comunidade solidária como base para a implementação de uma política social pelo Estado que procura quebrar as relações de clientelismo e implantar programas e projetos com propósito de desenvolver o capital social das populações desprivilegiadas, (Cardoso; Franco; Oliveira; 2000).

Neste início de década, temos a pluralidade das comunidades virtuais, fortalecendo a concepção de democratização da informação e inclusão social, ou

seja, fala-se de cidadania digital nos pressupostos das teorias sociológicas. O primeiro requisito da comunidade virtual é ser um grupo de pessoas que estabelecem, entre si, relações sociais. Essas relações "*são construídas através da interação mútua*" (PRIMO, 1998) entre os indivíduos, em um período de tempo, tendo a permanência - entendida como espaço temporal contínuo de relacionamento - entre seus requisitos fundamentais (PALACIOS, 1998).

Na sua abordagem, Palácios, enumera os elementos que caracterizariam a comunidade:

o sentimento de pertencimento, a territorialidade, a permanência, a ligação entre o sentimento de comunidade, caráter corporativo e emergência de um projeto comum, e a existência de formas próprias de comunicação (1998, p.15)

#### **4.4 AS COMUNIDADES VIRTUAIS BASEADAS NO CONCEITO SOCIOLÓGICO**

Analisar as comunidades através do sentimento de pertencimento, ou "pertença", seria a noção de que o indivíduo é parte do todo, coopera para uma finalidade comum com os demais membros (caráter corporativo, sentimento de comunidade e projeto comum); a territorialidade, o locus da comunidade; a permanência, condição essencial para o estabelecimento das relações sociais.

Segundo Lévy (1999) uma comunidade virtual é formada a partir de afinidades de interesses, de conhecimentos, de projetos mútuos e valores de troca, estabelecidos num processo de cooperação. Elas não são baseadas em lugares e filiações institucionais, muito menos em "obrigações", sejam elas de que tipo forem. Um curso não é "concluído" por um aluno. Para que este o conclua é necessário que tenha algum envolvimento, motivação, etc. E esta motivação deve ser bem mais consistente do que uma ordem de um superior.

Em se tratando das comunidades virtuais de aprendizagem, Lévy (1999), afirma que as relações on-line estão muito longe de serem frias. Elas não excluem as emoções. Entre os participantes de comunidades virtuais também se desenvolve um forte conceito de "moral social". Uma espécie de código de conduta, um conjunto de leis não escritas, que governam suas relações, principalmente com relação à pertinência das informações que circulam na comunidade. Ou seja, não é necessário

impor o que "pode" e o que "não pode" em uma comunidade. Ela mesma se auto-regula, se organiza. Se não for assim, não é uma comunidade.

A "moral" de uma comunidade virtual é a da reciprocidade, ou seja, se aprendemos algo lendo as trocas de mensagens, é preciso também expressar o conhecimento que temos quando uma situação problema ou questionamento for formulado. A responsabilidade de cada cidadão envolvido no processo, a opinião pública e seu julgamento aparecem naturalmente (e bem claramente!) no ciberespaço, pois, durante os processos de interação, os participantes ativos constroem e expressam competências, que são reconhecidas e valorizadas de imediato pela própria comunidade. Líderes surgem naturalmente. Papéis são assumidos claramente. Há o 'implicante', o 'contestador', o 'meigo' (Lévy, 1998), e esse papéis, *todos*, fazem parte e constituem a comunidade.

Na análise da teoria weberiana, como ciência, tem como ponto de partida a distinção entre quatro tipos de ações.<sup>86</sup> Para o debate em Weber sobre comunidade, tanto a ação efetiva quanto a tradicional produzem relação entre pessoas (relações pessoais coletivas e comunitárias) dando-nos noção de comunhão e conceito de comunidade.

Para Weber, comunidade e sociedade coexistem. A comunidade existe dentro do interior da sociedade, como por exemplo, a família (comunidade) que desenvolve relações sociais no interior da sociedade. Este fato mostra a diferenciação em relação a Durkheim que entende que a comunidade é anterior a sociedade, ou melhor, a comunidade se transforma em sociedade.

Não poderíamos deixar de expressar a abordagem de Tocqueville em relação como o mesmo trata o binômio: comunitarismo e comunidade. Seu principal objetivo consiste em construir uma comunidade baseada em valores centrais, como identidade comum, solidariedade, participação e integração. Os direitos devem ser

---

<sup>86</sup> - A ação racional com relação a um objetivo é determinada por expectativas no comportamento tanto de objetivos do mundo exterior como de outros homens e utiliza essas expectativas como condições ou meios para alcance de fins próprios racionalmente avaliados e perseguidos. É uma ação concreta que tem um fim específico.

- A ação racional com relação a um valor, é aquela definida pela ciência consciente no valor interpretável como ético estético, religioso ou qualquer outra forma – absoluto de uma determinada conduta. O ator age racionalmente aceitando todos os tipos de riscos, não para obter um resultado exterior, mas para permanecer fiel a sua honra, qual seja, à sua crença consciente no valor.
- A ação afetiva é aquela ditada pelo estado de consciência ou humor do sujeito, é definida por uma reação emocional do ator em determinadas circunstanciais e não em relação a um objetivo ou a um sistema de valor.
- A ação tradicional é aquela ditada pelo hábitos, costumes, crenças transformadas numa segunda natureza, para agir conforme a tradição o ator não precisa conceber um objeto, ou um valor nem ser impelido por uma emoção, obedece a reflexos adquiridos pela prática.

conferidos á medida que as obrigações são cumpridas, supondo-se que os indivíduos são membros de comunidades políticas maiores.

#### **4.5 CIDADANIA E COMUNIDADE: RELAÇÕES ENTRELAÇADAS.**

O objeto dessa discussão foi de oferecer subsídios em como tratar da relação do referido binômio: cidadania e comunidade. Bauman (2003), em seus estudos sobre o conceito de comunidade em tempos de globalização, afirma que somos convidados a refletir não apenas e restritivamente em termos semânticos, mas também a partir da ideologia que o envolve, ou seja, a partir da pré-concepção acrítico desse conceito que nos remete sempre à idéia de uma "coisa boa". Essa definição, positiva a priori, sempre reafirmada e raras vezes questionada, é também expressa, na definição de Ferreira da Silva (2000) citado no texto, como "círculo aconchegante", talvez por nos remeter, segundo a definição de Lówy (2000), a um agrupamento "distinto, pequeno e auto-suficiente". Em uma concepção mais elaborada teoricamente, a concepção de comunidade segundo Heidegger (1995) relaciona-se à idéia de entendimento, não à de consenso.

Entretanto, de onde viria essa percepção à priori positiva e positivada do conceito de comunidade? Seja na mitologia grega, seja na bíblica, a idéia de paraíso está ligada à idéia de inocência, de pertencimento a um grupo sem interesses individualistas. A perda desse paraíso está guardada em nossa memória; temos uma memória da felicidade que tínhamos e que não é mais passível de aceder e que se transformou em utopia. Existe em nós, se assim podemos dizer, portanto, um saudosismo atávico que reproduz e reinventa, no conceito de comunidade, a idéia do paraíso perdido, em que o senso de pertencimento fazia-nos sentir-nos "dentro do ninho", confortáveis e seguros. Por outro lado, comenta o autor, existe uma tensão entre essa utópica e almejada segurança com a idéia de liberdade, ainda que o último conceito não seja devidamente explorado pelo autor, permanecendo uma concepção de liberdade excessivamente imprecisa.

À medida em que a vivência em comunidade significa a perda da liberdade, esse processo acaba gerando uns dos dilemas mais significativos para

compreensão das dinâmicas sociais da contemporaneidade. Paradoxalmente, almejamos e resistimos à segurança coletiva, em prol da liberdade individual.

Além disso, Bauman (2003) tinha como preocupação entender e diagnosticar o Século XX, em especial os últimos 50 ou 60 anos, ou seja, uma condição de vida pós-moderna destituída ainda, segundo ele, de uma visão de mundo pós-moderna. O avanço das discussões está no fato de o autor localizar na Revolução Industrial e na formação do Estado-nação o processo de desconstrução da idéia de comunidade, estabelecendo com esses processos sociais, resultados e ápices do projeto da modernidade uma relação causal com os dilemas com que nos confrontamos hoje.

Estes dilemas estariam na separação e a conseqüente tensão entre os produtores e as fontes de sobrevivência, os negócios e o lar, que resultaram por um lado na busca livre pelo lucro, mas também, por outro, o rompimento dos laços morais e emocionais. Como conseqüência, temos duas tendências que acompanharam o capitalismo moderno: por um lado, o esforço de substituir o entendimento natural pelo ritmo regulado da natureza, tradição personificada nas rotinas artificialmente projetadas e coercitivamente impostas e monitoradas.

Por outro, a tendência de criar do nada um sentido de comunidade dentro do quadro de uma nova estrutura de poder, ou seja, a busca pela naturalização dos padrões de conduta impostos pelo processo de racionalização, "abstratamente projetados e ostensivamente artificiais" (Bauman, 2003, p. 39). Temos assim, a exigência de um controle forte, porém difícil de realizar e segundo Bauman (2003), este fato se evidencia nas figuras emblemáticas de Ford e Taylor. Face às insuficiências das tentativas de manipulação e adequação dos trabalhadores às tendências mencionadas acima, oriundas do início do século XX, temos a emergência da idéia de desregulamentação sob uma dupla possibilidade. Normalmente analisada como uma relação única entre mercado e Estado, Bauman (2003) lança um novo olhar sobre o tema, vendo nele uma via de mão dupla: ele é também um processo entre mercado e trabalhadores.

Como os custos da regulação dos trabalhadores é alto (necessidade de instrumentos de controle e capatazes), o sentimento de incerteza torna-se o mecanismo mais simples de dominação da classe trabalhadora. A incerteza quanto

ao futuro do emprego, sua precariedade, faz com que a empregabilidade não seja assegurada nem pelo cargo que se exerce nem pela qualificação do trabalhador, nem por qualquer outro motivo. Em uma sociedade de risco, o medo vem "de dentro" das pessoas.

As conseqüências desses refinamentos históricos das formas de exploração, perpetuação e aprofundamento da divisão da sociedade em classes econômicas têm como resultado a formação de guetos, expressão extrema da negação do conceito de comunidade. Como afirma Bauman (2003), se a idéia de comunidade foi destruída, a de comunitarismo como "pertencer a" continua uma demanda em nossa sociedade. Essa demanda estaria orientada, segundo o autor, nas duas formas de autoridades possíveis no mundo contemporâneo: a autoridade dos especialistas – geralmente a classe que tem acesso aos bens culturais – e a autoridade numérica – em que o conceito de identidade como categoria "mental", por oposição a uma categorização econômica, que já não dá mais conta de explicar a realidade, procura estabelecer marcos explicativos que dêem conta da multiplicidade dos entes sociais.

Essas grandes massas a partir de Hobsbawm (2000), resultantes da desarticulação de sua organização em termos de comunidade, inventaram historicamente como substitutivo o conceito de "identidade", em que o pressuposto de ser diferente acaba gerando um processo de distanciamento, separação e divisão cada vez maior entre as pessoas. Reconhece-se a dificuldade de trabalhar com essa categoria (identidade) pelo fato de não podermos, em um processo político, supor a superioridade ou a inferioridade de uns sobre os outros. Mas também, tomando de empréstimo as reflexões de Taylor (1997), devemos levar em consideração que o reconhecimento como igual é inaceitável – uma crítica direta à postura multiculturalista. Ainda que essa crítica proceda em termos de argumentação lógica, cremos que o universo identitário que é o ponto de partida para a organização de inúmeras organizações não-governamentais tem sido relevante para constituição de comunidades, ainda que com inúmeras limitações.

Se esse diagnóstico da realidade é convincente e seus efeitos perversos são perceptíveis em nosso cotidiano, restam duas questões a serem respondidas: se podemos (em termos teóricos e práticos) e se devemos (em termos ético-morais)

reconstruir a idéia de comunidade hoje, residindo aqui, talvez, a principal dificuldade teórica dos vários aqui tratados, ou seja, a implementação prática do mesmo.

Nesse aspecto, remetemos com base nas análises desses autores observar as relações entrelaçadas entre cidadania e comunidade, como afirma Tocqueville (apud Gohn, 2005) “a cidadania é uma virtude a ser conquistada no exercício de práticas identitárias; é uma prática em busca do bem comum.”

As referidas análises sobre o conceito de comunidade, portanto, reiteram nossas assertivas sobre os objetivos de um projeto de prover cidadania através das políticas públicas de inclusão digital, reservado seus pressupostos culturais, políticos, sociais, compostos de fortes valores que se coadunam perfeitamente à noção de cidadania como participação na comunidade na concepção clássica dos comunitaristas. Segundo os referidos autores já abordados incisivamente nesta obra, sua concepção não desapareceu, muito pelo contrário, ela retorna com grande força neste século, não como ideal utópico, mas como prática efetiva de pequenos grupos no interior da sociedade civil numa luta complexa contra os efeitos desagregadores da globalização.

Até o presente, é pequena a produção de conhecimento sobre o tema comunidade. Estudos pontuais, no entanto, fazem uma avaliação crítica das práticas atreladas a esta formulação de política social, que por sua vez, também está sujeita aos reveses e limites institucionais governamentais e políticos-partidários (Fonseca, 2001).

Em suma, ao que tudo indica, chegamos a um descaminho na conceituação sociológica, pois comunidade aparece atrelada à prática política, ou então, as formas vagas e imprecisas tem múltiplos significados e são de pouca valia para um entendimento mais preciso e emprego mais rigoroso do termo. Neste paradoxo, tanto a cidadania como valor universal, bem como a caracterização de comunidade ligada à participação, pertencimento, acesso, direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei, enfim, essa complexa relação social que, ao longo de seu tempo histórico, indicam ter similitudes ou constituíram-se em corpos separados, no entanto, as nossas verdadeiras razões não podem perder de vista a necessidade permanente de construirmos uma sociedade de indivíduos inclusos com valores e sentimentos verdadeiramente universais.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos a presente dissertação, pretendemos disponibilizá-la como uma contribuição acadêmica, bem como dispor para a sociedade e para a comunidade de tecnologia paraense, um suporte teórico com base num acervo documental e uma revisão plural bibliográfica que versou sobre um projeto de políticas públicas de inclusão digital.

O referido Projeto, durante o transcurso piloto de suas experiências, transformou-se no Programa de Inclusão Digital da Empresa de Tecnologia da Informação – SERPRO, órgão público vinculado ao Ministério da Fazenda. Nosso intuito foi de dialogar através do que caracterizamos de “análise sintetizada”, a importância da empresa SERPRO no projeto desenvolvimentista brasileiro como necessidade das políticas de reformas consubstanciadas no aparelho de Estado.

Além disso, acrescentamos a participação desta empresa pública, em conjunto com várias instituições de pesquisas, entre elas, as universidades brasileiras, a iniciativa privada no projeto ousado e utópico de desenvolvimento tecnológico do país. Sendo assim, nossos apontamentos confirmam que a lógica do “caminho da servidão” profetizada pelos pertencentes à “Escola de Chicago” não conseguiu nos intimidar, aceitando o determinismo histórico, sepultando a bandeira histórica de autonomia tecnológica de nossa sociedade.

O SERPRO é parte constitutiva do desenvolvimento tecnológico. Vários de seus compartimentos institucionais internalizam diversos projetos de relevada importância para a prospecção tecnológica, tanto para a empresa quanto para o país. A adoção de novas tecnologias no país tem forte ligação com o projeto “modernizador” do SERPRO, mesmo que o discurso de “modernização e crescimento econômico” possa ter conseqüências sociais para os cidadãos e este fato fica corroborado no ciclo neoliberal de redução do Estado e a privatização das políticas públicas.

O SERPRO, como uma empresa concebida num modelo disciplinar, centralizado e autoritário no regime militar, neste ciclo da globalização abriu-se como parceira da comunidade, interage em conjunto com outros atores políticos no espectro da sociedade civil nesta “cruzada cívica” de integrar uma rede nacional de mobilização social, contribuindo como instituição pública na consecução de

cidadania. Está envolta no que se propaga de pós-modernidade em prover cidadania digital, como assim teoriza o movimento terceiro setor.

A parceria do SERPRO com a comunidade tornou-se orgânica no Programa Cidadania de Inclusão Digital, como um programa nacional a partir dos anos 90, desenvolvendo sua primeira experiência piloto na Escola Estadual de Ensino Médio e Fundamental Mário Barbosa, localizado no entorno da empresa, no Bairro da Terra Firme. Neste caso, discorreu-se sobre as principais informações sócio-econômicas a partir de sua base de dados informatizadas, registradas nos meios eletrônicos da empresa<sup>87</sup>. Acrescentamos no Programa Cidadania de Inclusão Digital a adoção das chamadas tecnologias livres (GNU/Linux). Neste aspecto, discorreu-se também sobre o projeto piloto que implementou tecnologias em *software livre* realizado na Escola D. Pedro I, localizada no Bairro do Marex. Este fato, reafirmou dois importantes componentes na pesquisa. Primeiro, o período da pesquisa (1999/2004), em segundo, a dimensão do programa como projeto piloto que se espalhou para outros *lôcus* da comunidade: centros comunitários e associações filantrópicas, bem como para todas as regionais do SERPRO atendendo uma diretriz do governo LULA como parte do Programa Brasileiro de Inclusão Digital à adoção das tecnologias livres<sup>88</sup>.

Por último, a adoção de duas plataformas no Programa Cidadania de Inclusão Digital (tecnologias proprietárias versus tecnologias livres), esboçamos no plano teórico desta pesquisa a partir do diálogo com vários autores, que a contracultura tecnológica (Moraes: 2000) inverte o sentido “monolítico tecnológico” para vivenciarmos a convergência tecnológica.

Com base neste novo paradigma, a literatura aqui pesquisada confirma que os dias atuais renovam o sentimento de comunidade nos preceitos das teorias sociológicas, contribuindo historicamente para conceituarmos as chamadas comunidades virtuais, muito embora, como afirma Bauman (2003) com base em Weber e Durkheim, reforcem as distinções entre a ação afetiva e a ação tradicional.

Este aspecto foi interessante para notarmos como as teorias sociológicas neste fio condutor vêm sendo analisadas em várias experiências que tratam das

---

<sup>87</sup> - Todas os Projetos Institucionais do SERPRO são públicos e encontram-se disponível em seu portal: <http://www.serpro.gov.br>. Em relação ao banco de dados de vários Projetos e Programas Corporativos como o Cidadania Microcomputadores nas Escolas Públicas são disponibilizados em rede interna (Intranet), com disponibilidade somente com autorização dos setores competentes da empresa.

<sup>88</sup> - O Programa Brasileiro de Inclusão Digital (PBID), foi instituído mediante o decreto presidencial nº 4.901 em 26.11.2004.

comunidades tradicionais para subsidiarem as controvertidas comunidades virtuais. Esta adaptação, em nosso desenvolvimento teórico nesta pesquisa, deu visibilidade aos nossos objetivos e só reforçou os traços marcantes entre cidadãos incluídos versus excluídos.

As comunidades virtuais não se localizam como espaço de interação para todos, pois, não basta apenas o “querer” para se fazer membro de uma comunidade virtual, ter identidade e pertencer, é necessário que várias condições sociais e econômicas em sociedade venham a garantir o referido status.

Para um cidadão interagir e fazer parte de uma comunidade virtual, o mesmo precisa ter todas as condições que lhes garantam a sua participação e inclusão. Recursos como possuir uma configuração (Um computador com periféricos de rede, conexão de banda larga, provedor de acesso à Internet, dispositivos de voz e imagem, sistemas de segurança anti-vírus), são alguns requisitos que possibilitam aos cidadãos se conectarem no mundo virtual, realizar pesquisas, acessarem as condições mais plurais na sociedade da informação.

Essas condições sociais de inclusão de poucos e exclusão de muitos, portanto, são reafirmadas quando a pesquisa do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), mostra que apenas 11,4% dos domicílios brasileiros tinham computador com acesso à Internet em 2003. Este percentual correspondia a 7 milhões de pessoas entre uma população aproximadamente de 180 milhões de habitantes.

Para finalizar, em relação as nossas questões problemas, afirmamos os seguintes pressupostos;

- Em primeiro lugar, as reformas de redução do Estado no espectro de privatização das políticas públicas, readequou-se ao papel ressignificado da sociedade civil, visando garantir cidadania com base na produtividade do capital, neste caso, se evidencia a (des)responsabilização do Estado (Sguissardi: 2001), mantendo-se o *modus operandis* da exclusão social;

- Em segundo lugar, as condições adversas do “fenômeno” analfabetismo digital não foram superadas, muito embora, não menosprezemos as iniciativas de políticas públicas de inclusão digital. Neste sentido, destacam-se as políticas ampliadas no atual governo, como a adoção do Programa Brasileiro de Inclusão Digital, locus como: Casas Brasil, Telecentros, Cidade Digital, Cidade do

Conhecimento da USP, Gesac, PC-Conectado, Laptop de U\$ 100, CDI, enfim, uma pluralidade de políticas sociais no espaço de relações das novas tecnologias.

No entanto, estes atores políticos, mesmo com o discurso de estarem interagindo em rede, têm demonstrado uma profunda dispersão, prevalecendo o individualismo, muito embora, o movimento terceiro setor tente inverter via o *marketing empresarial* essa nossa afirmação aclamando as controvertidas parcerias;

Essas múltiplas experiências estão pulverizadas no escopo da sociedade civil, capitaneadas pelas ONGs, reforçando o cerne do neoliberalismo de enaltecer os valores individuais em detrimento da totalidade social.

- Em terceiro lugar, as chamadas metas desenvolvidas e os resultados obtidos nas políticas de Inclusão Digital. Constata-se que a grande maioria dos dados estatísticos encontram-se dispersos por conta de seu espaçamento geográfico e pela falta de um órgão que centralize essas informações<sup>89</sup>.

A dispersão dos dados estatísticos transformou-se entre as dificuldades de projetarmos através de gráficos as metas aferidas em inclusão digital num plano macro. Os dados consubstanciados em gráficos, infográficos e tabelas levam sempre em consideração uma parte do Brasil, ou seja, as regiões sul e sudeste. Este aspecto já demonstra o quão são as concepções de exclusão social, tendo o olhar sobre o fenômeno da inclusão digital internalizado na cabeça pensante de uma elite sulista sob a benção das instituições: Abrinq, CDI e Instituto Ethos. Mesmo os dados dispersos em formato de “metas”, e “resultados”, a vasta literatura plural que pesquisamos, os dados contidos no Programa Cidadania de Inclusão Digital, além dos poucos dados de Inclusão Digital no Estado do Pará, corroboram para reiterar nossa conclusão que a inclusão digital como política pública de inclusão social está perfeitamente adaptada nos limites das políticas compensatórias, contribuindo de modo tímido para o conceito clássico de universalização da cidadania.

Baseando-se nestas afirmações e nas reflexões decorrentes da revisão bibliográfica realizada, fica evidente que este trabalho não se esgota aqui, assim como se constata também que a literatura e as práticas nacionais no âmbito da avaliação das políticas públicas de inclusão digital possuem um longo caminho a percorrer, mesmo que o fenômeno do analfabetismo digital venha a ser tratado por alguns setores como algo descolado da totalidade social e, este *apartheid* social

---

<sup>89</sup> - Aqui me baseio nos questionamentos do IBASE, propondo que o governo institua um órgão para concentrar todas as informações sobre as experiências de inclusão digital em nosso país.

está referendado, infelizmente, nos altos índices de analfabetos e excluídos em nossa sociedade.

A constatação de que a “nova questão social” (Montaño: 2003) continua em aberto evidencia-se no exército de analfabetos em crescente até os anos 1990, muito embora, a estatística do IBGE, do ano de 2002, nos mostra que o analfabetismo, em números absolutos, diminuiu pela primeira vez em nossa história! Esta afirmação e os dados da mesma, referem-se a pessoas com mais de 15 anos<sup>90</sup>.

Finalmente, nossa pesquisa fez referências aos principais projetos políticos<sup>91</sup>, “projetando-nos” numa grande potência, alçando vôos no discurso do desenvolvimentismo. Entrecortado neste projeto de sociedade, deposita-se a necessidade permanente de uma educação transformadora. Almeida (2005) que analisa o binômio: educação e tecnologia neste período histórico, trás experiências de debates em que se discute a introdução do computador na escola<sup>92</sup>.

Assim, Almeida (2005), afirma:

Atravessamos “vinte e um anos” advindo de uma economia global e concentradora com inúmeras contradições nas políticas sociais, evidenciando grandes dificuldades de superação das mazelas clássicas (2005, p.19).

Todos os caminhos são longos, principalmente na educação. É preciso que a verdadeira responsabilidade social, a qualidade social da educação, não seja restrita aos sinônimos da exclusão tipo “analfabetismo digital”. Este, e todos tipos de exclusão, deverão ser superados com verdadeiras políticas de inclusão social. Como assim nos ensinou o grande mestre Paulo Freire: a cidadania almejada deve garantir aos cidadãos reais condições de aprendizagem com acesso as novas tecnologias, ao ler, escrever, contar e participar dos conhecimentos científicos, artísticos e culturais da humanidade.

---

<sup>90</sup> - Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

<sup>590</sup> - Assim nos referimos nos Capítulos I e II.

<sup>92</sup> - Concordamos com Almeida e Silveira, que o projeto transformador de educação deve volver todo o nosso olhar para que a escola seja o único e verdadeiro **lócus** de inclusão social.

## 6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando José de. **Educação e informática: os computadores na escola**. Cortez: São Paulo, 2005.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária (7ª Edição), 1995.

ARROYO, Miguel González. **Ação política sobre a formação profissional**. Revista de formação sindical Outras falas (Escola Sindical 7 de Outubro/CUT), nº 3, Belo Horizonte, Agosto/2000, p. 76-77.

\_\_\_\_\_. Educação e exclusão da cidadania. In: **Educação e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2003. p.48-60.

ANTUNES, Ricardo. **A lógica destrutiva na era do extremo irracionalismo**, In Revista margem esquerda: ensaios marxistas. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. In: **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. 3. ed: São Paulo. Cortez. 2002, p.35-48.

ANDERY, Maria Amália. **Para compreender a ciência**. 13.ed. São Paulo, EDUC, , 2004. p.9-15.

BARAGLIA, Mariano. **Poder na Igreja e as comunidades eclesiais de base**. Tese de Doutouramento. FFLCH-USP, 1991.

BARBALET, J. M. **A cidadania**.: Coleção Epistemologia e Sociedade. São Paulo: CPV. 1989, p.10-38.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Trad.Plinio Dentzien, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BEGHIN, Nathalie. **A filantropia empresarial: nem caridade, nem direito**. São Paulo: Cortez, 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda dos direitos**. São Paulo. Editora Cortez, 2005.

BETTO, Frei – **o que é comunidade eclesial de base**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política**. 11. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2004, p.13-49.

\_\_\_\_\_**QUINZE ANOS DEPOIS**. Trad. Liliana Liganá e Ivan Neves Marques Junior. Revista da USP. São Paulo, nº 61, , p. 238-231. março/maio. 2004

\_\_\_\_\_**BOVERO, Michelangelo. Sociedade e Estado na filosofia política moderna**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, disponível em:  
<<http://www.unibratec.com.br/28horas/diretorio/leins9394.pdf>>, acesso em: 02 de dezembro de 2006.

BRETON, Philippe. **A história da informática**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **A Cidade-estado antiga**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1985.

CARDOSO, Ruth, FRANCO, Augusto; OLIVEIRA, Miguel Darcy – Um novo referencial da Comunidade Solidária, In PNUD – **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Seminário “Estratégias Inovadoras de Parceria no Combate à Exclusão Social”**, 24/25 Janeiro 2000.

CARNEIRO, Raquel. **Informática na educação: representações sociais do cotidiano**, São Paulo: Cortez, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura;.v.2. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

COELHO, Simone, C. T. **Terceiro Setor: Um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. Editora Senac: São Paulo, 2000.

COUTINHO, C. N. "Prefácio", In: SEMERARO, Giovanni, **Gramsci e a sociedade civil**. Petrópolis, Vozes, 1999. p.9/12.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini (org.). **A cidadania que não temos**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DURKHEIM, E. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1984.

\_\_\_\_\_. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 1998.

COSTA, Sérgio. **Do simulacro e do discurso: esfera pública, meios de comunicação de massa e sociedade civil**. In: Boletim de Comunicação e Política do Núcleo Piratininga de Comunicação. Rio de Janeiro: v.IV, n. 2, 1977.

CRUZ, Renato. "MANUAL" **O que as empresas podem fazer pela inclusão digital**. São Paulo: Instituto Ethos, 2004. Disponível em: <http://www.uniethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3684&Alias=Uniethos&Lang=pt-BR>, acessado em 11 de novembro de 2006.

CUNHA, Luis Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.

\_\_\_\_\_. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez,. 2005.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Cidadania e direitos humanos**. Coleção Polêmica. São Paulo: Brasiliense, 1998.

DERTOUZS, Michael. **A revolução inacabada**. Trad. Maria Claudia Lopes, Futura: São Paulo, 2002.

Dicionário Houaiss da língua portuguesa. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Rio Objetiva, 2001. p. 21.

EISENBERG, José, CEPIK, Marco (Orgs.). Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica. In: WILHELM, Anthony, **A democracia dividida: a Internet e a participação política nos Estados Unidos**. Coleção Humanitas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 235/293.

EVANS, Peter. **Informática: metamorfose da dependência**. Novos Estudos, CEBRAP. n.15, 1986.

FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1975.

\_\_\_\_\_. **Sociologia da educação como “sociologia especial”**, In, Maria Alice, M. Foracchi; Luiz Pereira (Org.), Educação e Sociedade, 5. ed., São Paulo: editora Nacional, 1970.

FERREIRA, Nilda Tevês. **Cidadania: uma questão para a educação**. São Paulo: Nova Fronteira, 1993.

FIDALGO, Fernando Selmer. **Qualidade, novas tecnologias e educação**. Revista Movimento de Cultura Marxista. Belo Horizonte: Editora UFMG: 1996.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio M., **Foucault e Heidegg: a ética e as formas históricas (e do não habitar)**. Revista de Sociologia da USP. São Paulo: Tempo Social, v.7, n.12, p.139-149, 1995..

FILHO LOURENÇO, M. B. **Introdução ao estudo da escola nova**. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

FIORI, José Luis. **O vôo da coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro**. Rio de Janeiro. Record, 2003.

FONSECA, Ana Maria Medeiros da. **Família e política de renda mínima**. São Paulo: Cortez, 2001.

FONSECA, Marília. O banco mundial e a educação: reflexões sobre o caso brasileiro, In: GENTILI, Pablo. (org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Vozes: Rio de Janeiro, 2001

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital, e metamorfose conceitual no campo educacional; In GENTILI, Pablo (Org), **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 5ª ed. Cortez: São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_, Educação e formação humana: ajustes neoconservador e alternativa democrática, In: GENTILI, Pablo, SILVA Tomaz Tadeu (Org), **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 7ª ed. Vozes: Rio de Janeiro, 1999.

\_\_\_\_\_. **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. In: "APRESENTAÇÃO" Cortez: São Paulo, 2002. p.9/11.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

Fundação Getúlio Vargas. Mapa da Exclusão Digital. Disponível em:<[http://www2.fgv.br/ibre/cps/mapa\\_exclusao/apresentacao/apresentacao.htm](http://www2.fgv.br/ibre/cps/mapa_exclusao/apresentacao/apresentacao.htm)> Acesso em: 14 novembro 2006.

GARCIA, Joana. **A “Filantropia Empresarial”** ou de como transformar o negócio em social. 2002. 253 f. Tese de Doutorado (Serviço Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2002.

GENNARI, Emilio. **Neoliberalismo e Estado: do mito para a realidade**. São Paulo, Centro de pesquisas vergueiro. 2001.

GENTILI, Pablo. **Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias**. In: GENTILI, Pablo (Org) *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. 9. ed. Vozes: Rio de Janeiro, 2001.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. Paul Fiker. São Paulo: EDUSP, 2005.

\_\_\_\_\_. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social democracia**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

\_\_\_\_\_, **Sociologia**. 4ª ed. Artmed: Porto Alegre, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

GRINSPUN, Mirian P. S. Zippin (org). **Educação tecnológica: desafios e perspectivas**. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 2001.

HEGEL, Georg, Wilhelm, Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**, trad. Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HAYEK, F. **O caminho da servidão**, Porto Alegre: Globo, 1977.

HOBSBAWM, Eric. **O novo século**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

JOHNSON, Allan G. **Comunidade**. Dicionário de Sociologia. Jorge Zahar: Rio de Janeiro: 1997. p.45/46.

LANDIM, Leilah (org). **Ações em sociedade: militância, caridade, assistência, etc.** Rio de Janeiro: Nau, 1998.

\_\_\_\_\_. **Manual dos Direitos Sociais da População**. In (Org) José Prata de Araújo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** Coleção TRANS Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 160.

“\_\_\_\_\_ **Cibercultura**. tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_ **A máquina universo: criação, cognição e cultura informática**. Porto Alegre, Artes Médias, 1998.

LIMA, Rosangela Novaes. **As relações intergovernamentais e as políticas educacionais**. Tese de Doutorado (Políticas Públicas) Universidade Estadual de Campinas/SP: Faculdade de Educação, Campinas,2000.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril cultural, 1973, pp. 88/95).

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1999.

LOWY, Michael. **A guerra dos deuses, religião e política na América Latina**. Vozes: Petrópolis, 2000.

MARSHALL, Thomas, Humprey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARX, K. **A mercadoria**, “O fetichismo da mercadoria” In: O Capital. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, vol. I, Livro I, 1994.

MATOS, Patrícia de Oliveira. **Análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após os II PND**. Piracicaba: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz; Universidade de São Paulo, 2002. 184p. Dissertação de Mestrado em Ciências, Área de Concentração: Economia Aplicada..

MATTAR, Hélio. **Os novos desafios da responsabilidade social empresarial**. Coleção Reflexão, São Paulo: Ethos, ano 2. n. 5. jul.2001.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MELLO, Guiomar Namó de. **Cidadania e competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio**. São Paulo, Cortez, 1993.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez,.2003.

MORAES, Raquel de Almeida. **Informática na educação**. Rio de Janeiro, Editora DP&A, 2000.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2001.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. São Paulo: Cia. das letras, 1995.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para a sociedade civil**. 2. ed.,São Paulo: Cortez, 2005.

O'CONNOR, James. **A crise do Estado capitalista**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Francisco de. **Privatização do público, destituição da fala e anulação da política**: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de PAOLI, Maria Célia (Orgs.). Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global. Petrópolis: Vozes; 1999.

PALACIOS, Marcos. O medo do vazio: comunicação, sociabilidade e novas tribos. In **Idade Mídia**. Organizador: Antonio Albino Canelas Rubim. Salvador, EDUFBA, 1998, p. 88/106.

PAOLI, Maria Célia.. **Empresas e responsabilidade social**: os enredamentos da cidadania no Brasil. In Santos, Boaventura de Souza (Org.), Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2003.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Reforma do Estado para a cidadania**. A reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Editora34, 1998.

PETRAS, James. **Neoliberalismo**: América Latina, Estados Unidos e Europa. Col. Sociedade e ambiente, n. 3. Blumenau: Furb, 1999..

PIERRUCI, Flávio. **As religiões no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1997.

PINSKY, Jaime. **INTRODUÇÃO**", - História da cidadania. Contexto: São Paulo, 2003. p. 9/13.

Por quê reformar a universidade? – Declaração mundial sobre a educação superior da UNESCO, disponível em:

[http://www.unesco.org.br/noticias/opiniao/artigow/reformaruniversidade/mostra\\_documento](http://www.unesco.org.br/noticias/opiniao/artigow/reformaruniversidade/mostra_documento) Acesso em: 02 dezembro 2006.

PRANDI, José Reinaldo. **Um sopro do espírito: a renovação conservadora do catolicismo carismático**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1997.

**Revista Fonte**: Centro de Informática na educação da IBM do Brasil. São Paulo: ed. Independente. Ano I, n. 01/02, 1994.

**Revista Tema**. Revista do SERPRO: (1964 – 2004) 40 anos de transformações. Brasília, ed. Independente. Ano XXVIII, n. 176. novembro/dezembro 2004.

REZENDE, Flávio da Cunha. **Por que filham as reformas administrativas?** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2004.

RIFKIN, Jeremy. **A era do acesso**: transição de mercados convencionais para networks e o nascimento de uma nova economia. São Paulo: Makron Books, 2001.

ROBBINS, L. **Teoria da política econômica**. São Paulo: Ibrasa/USP, 1972.

ROUSSEAU, Jean, Jacques. **O contrato social e outros escritos**. 5 ed. São Paulo:, Cutrix, 1980.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80), São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. **Século XX: uma biografia não autorizada**. São Paulo, Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, Boaventura (Org.), **Democratizar a democracia**: os caminhos democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Laerte Moreira dos. **A concepção liberal da cidadania e limites**. Mimeo – Escola Técnica Federal do Pará de São Paulo, 1993.

SILVA, J. P. . **Cidadania e Reconhecimento**. In: José Mauricio Domingues; Leonardo Avritzer. (Org.). Teoria Social e Modernidade no Brasil. 1. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000, v.1. p. 123/135.

SILVA Jr, João dos Reis da. **Reforma do Estado e da educação: No Brasil de FHC**. São Paulo, Xamã, 2002.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Teorias explicativas sobre a emergência e o desenvolvimento do Welfare State**. Revista Política e Trabalho. João Pessoa. Editora da UFPB. n.15, setembro 1999.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e participação na 'reforma' do Estado**. Cortez: São Paulo, 2003.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão digital : A miséria na era da informação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2003.

SIMON, I **O Impacto das redes: estudos de informação e comunicação, ano 2000**. Disponível em <http://www.usp.br/iea/info.com.html>.

\_\_\_\_\_. **Exclusão digital: A miséria na era da informação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Software livre: A luta pela liberdade do conhecimento**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo (Coleção Brasil Urgente), 2004.

SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudanças na produção**. 2. ed. Cortez: São Paulo, 2001.

TAPIA, Jorge. **Trajetória da política de informática no Brasil**. Campinas. Editora: Papyrus, 1995.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self: a construção da identidade moderna**. São Paulo: Moderna, 1997.

TEIXEIRA, A. **Pequena introdução à filosofia da educação**. São Paulo: Nacional, 1975.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O Local e o Global – limites e desafios da participação cidadã**. Cortez: São Paulo, 2001.

TENÓRIO, Robinson. **Computadores de papel: Máquinas abstratas para um ensino concreto**. São Paulo: Cortez, 2001.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. **Democracia na América**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VARGAS, Milton. **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo, Editora UNESP, 1994.

WEBER, Max. **Conceitos Básicos de Sociologia**. São Paulo: Moraes, 1994.

#### **SITES CONSULTADOS:**

<http://www.filantropia.org.br>

<http://www.coepbrasil.org.br>

<http://www.fundabring.org.br>

<http://www.gife.org.br>

<http://www.mct.gov.br>

<http://www.cgee.org.br/sodre/cncti.php>

<http://www.serpro.gov.br>

<http://www.albras.net/responsabilidadesocial.htm>

<http://www.ibase.br>

<http://itu.int/wsis/documents>

<http://www.abinee.org.br/abinee/decon15.htm>

<http://www.ethos.org.br>

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.inep.gov.br>

<http://www.proinfo.mec.gov.br>

<http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao>

<http://www.ufpa.br>

<http://www.ufrn.br>

<http://www.ufba.br>

<http://www.ufpb.br>

<http://www.scielo.br>

<http://www.ufma.br>

<http://www.cut.org.br>

<http://www.cnte.org.br>

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)